

dzijkl



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Julho de 2012

SOLICITAÇÃO DE ACORDO TRIENAL AO ABRIGO DA FACILIDADE DE CRÉDITO ALARGADO

No contexto da solicitação de um acordo trienal no âmbito da Facilidade de Crédito Alargado (ECF, na sigla em inglês), os seguintes documentos foram publicados e estão incluídos neste pacote:

- **Relatório do Corpo Técnico** sobre a solicitação de um acordo trienal ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado, elaborado por uma equipa de técnicos do FMI após as discussões concluídas em 17 de Maio de 2012 com as autoridades de S. Tomé e Príncipe sobre a evolução da economia e as políticas económicas. O relatório do corpo técnico foi concluído em 6 de Julho de 2012, com base nas informações disponíveis à altura das discussões. As opiniões expressas no relatório são as da equipa de técnicos e não reflectem necessariamente as opiniões do Conselho de Administração do FMI.
- **Anexo Informativo** elaborado pelo corpo de técnico do FMI.
- **Análise da Sustentabilidade da Dívida** elaborada pelos corpos técnicos do FMI e do Banco Mundial.
- **Comunicado de Imprensa** que resume as opiniões do Conselho de Administração conforme expressas durante a discussão de 20 de Julho de 2012 sobre a solicitação do acordo ECF.
- **Pronunciamento** do Administrador para São Tomé e Príncipe.

Os documentos relacionados abaixo foram ou serão publicados separadamente.

Carta de Intenções enviada ao FMI pelas autoridades de S. Tomé e Príncipe*

Memorando de Políticas Económicas e Financeiras das autoridades de S. Tomé e Príncipe*

Memorando Técnico de Entendimento*

*Também incluídos no Relatório do Corpo Técnico

A política de publicação de relatórios do corpo técnico e outros documentos permite a supressão de informações que possam influenciar os mercados.

Para adquirir exemplares deste relatório, entre em contacto com:

International Monetary Fund • Publication Services
700 19th Street, N.W. • Washington, D.C. 20431
Telefone: +1 202 623-7430 • Fax: +1 202 623-7201
E-mail: publications@imf.org • Internet: <http://www.imf.org>

Preço unitário: USD 18,00

Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C.



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

SOLICITAÇÃO DE ACORDO TRIENAL AO ABRIGO DA FACILIDADE DE CRÉDITO ALARGADO

6 de Julho de 2012

PRINCIPAIS TEMAS

Contexto. O desempenho económico tem sido bom a despeito do ambiente económico complexo. O crescimento do PIB real teve uma ligeira aceleração para 5% em 2011, e a inflação continua a apresentar uma tendência descendente, atingindo uma taxa homóloga de 8,6% em Maio de 2012. O PIB real deve recuar ligeiramente, para 4,5% em 2012, como reflexo das incertezas mundiais persistentes e do abrandamento dos investimentos com financiamento externo no primeiro semestre do ano. A médio prazo, o crescimento do PIB não petrolífero deve atingir 6% ao ano, em linha com a expansão n turismo, agricultura e construção (o crescimento do PIB total deve ser acentuadamente mais elevado após o início esperado da produção petrolífera em 2015). A inflação deve cair para um dígito no médio prazo, apoiada pela paridade cambial com o euro e a manutenção de políticas orçamentais prudentes.

Quadro de políticas. O programa económico das autoridades para o médio prazo, ancorado pela nova Estratégia Nacional de Redução da Pobreza, objectiva manter a estabilidade macroeconómica e acelerar as reformas estruturais à medida que a economia se prepara para o início da produção de petróleo em 2015. Em vista do alto risco de sobreendividamento e dos ventos contrários que afligem a economia mundial, o programa prevê uma orientação orçamental cautelosa, com medidas para manter o défice primário interno em linha com o financiamento disponível não gerador de dívida, em simultâneo à mobilização de mais receitas internas para custear despesas prioritárias em infra-estruturas e para redução da pobreza. Ele também prevê uma agenda ambiciosa porém realista de reformas estruturais para reforçar as finanças públicas e os quadros de política monetária, supervisão bancária e combate ao branqueamento de capitais. A assistência bem orientada do FMI apoiará a implementação do programa.

Solicitação de um acordo ao abrigo da ECF. Na carta de intenções anexa, as autoridades solicitam um novo acordo trienal ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado (ECF, na sigla inglesa) no montante de DSE 2,59 milhões (35% da quota) em apoio ao programa económico de médio prazo. Espera-se que o acordo ECF tenha um papel catalítico para que os principais parceiros de desenvolvimento de S. Tomé e Príncipe mantenham ou alarguem a sua ajuda ao país, por forma a ajudar a atender as necessidades do país em termos de balança de pagamentos e a manter as reservas internacionais em níveis apropriados. O memorando de políticas económicas e financeiras aqui incluído descreve em mais detalhes os objectivos do programa e medidas de política que o governo de S. Tomé e Príncipe prevê sejam tomadas no período 2012–15.

Aprovado por
David Owen e
Dhaneshwar Ghura

As discussões realizaram-se em S Tomé, entre 4 e 17 de Maio de 2012. A equipa da missão foi formada pelos Srs. Ricardo Velloso (chefe), Wendell Daal, Justin Matz (todos do AFR) e Francesco Luna (ICD). O Sr. Oumar Diakite (OED) acompanhou a missão e participou de todas as discussões de políticas. A missão reuniu com o Ministro das Finanças e Cooperação Internacional, Sr. Américo d'Oliveira dos Ramos; com a Governadora do BCSTP, Sra. Maria do Carmo Silveira; com o Ministro de Obras Públicas e Recursos Naturais, Sr. Carlos Vila Nova; com outras autoridades e representantes do sector público e dos principais parceiros de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe.

SUMÁRIO

CONTEXTUALIZAÇÃO	4
DESENVOLVIMENTOS ECONÓMICOS RECENTES	6
O PROGRAMA MACROECONÓMICO A MÉDIO PRAZO	7
A. O quadro macroeconómico de 2012–15	7
B. Fortalecer as finanças públicas	8
C. Melhorar a gestão monetária e a estabilidade financeira	11
D. Outras reformas estruturais	12
ESTATÍSTICAS, CAPACITAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA	13
ACESSO AO PROGRAMA, CONDICIONALIDADE E RISCOS	13
AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO	14
TABELAS	
1. Principais Indicadores Económicos, 2008–15	20
2. Operações Financeiras do Governo Central, 2008–15	21
3. Operações Financeiras do Governo Central, 2008–15	22
4. Síntese das Contas do Banco Central, 2008–15	23
5. Síntese Monetária, 2008–15	24
6. Indicadores de Solidez Financeira, 2008–12	25
7. Balança de Pagamentos, 2008–15 (Milhões de USD)	26
8. Balança de Pagamentos, 2008–15 (Percentagem do PIB)	27
9. Necessidades e Fontes de Financiamento Externo, 2008–15	28
10. Principais Indicadores Económicos, 2008–15	29

11. Objectivos de Desenvolvimento do Milénio _____	30
12. Cronograma de Desembolsos no âmbito do Acordo ECF, 2012–15 _____	31
13. Critérios de Desempenho e Metas Indicativas para 2012–13 _____	32
14. Indicadores de Referência Estruturais para 2012–13 _____	33
15. Indicadores da Capacidade de Pagamento ao FMI, 2010–17 _____	34

FIGURAS

1. Desenvolvimentos Macroeconómicos Recentes _____	16
2. Indicadores Orçamentais, 2005–12 _____	17
3. Evolução da Moeda e do Crédito _____	18
4. Sector Externo, 2005–11 _____	19

CAIXA

1. Avaliação <i>Ex Post</i> de programas do FMI de longa duração _____	5
--	---

APÊNDICES

I. Carta de Intenções _____	35
II. Nota Técnica sobre o Tratamento da Produção de Petróleo no Quadro Macroeconómico _____	61

ANEXOS

I. Memorando de Políticas Económicas e Financeiras para 2012–15 _____	37
II. Memorando Técnico de Entendimento _____	52

CONTEXTUALIZAÇÃO

1. São Tomé e Príncipe – a terceira mais pequena economia do mundo – tem uma estreita base de produção e exportação e é altamente vulnerável aos choques externos e dependente dos fluxos de ajuda. A base de exportações do país, constituída principalmente pelo cacau e pela indústria emergente do turismo, embora esteja em crescimento, é muito pequena. O elevado défice da balança corrente tem sido financiado por transferências oficiais, investimento directo estrangeiro e bónus de assinatura para a exploração de petróleo. A ajuda externa oficial financia cerca de 93% do programa de investimento público do país.

2. As incertezas relacionadas com o início da exploração de petróleo na Zona de Desenvolvimento Conjunta (ZDC) com a Nigéria diminuíram consideravelmente. A companhia petrolífera francesa Total, que adquiriu a licença de prospecção da Chevron em Dezembro do ano passado, tem uma plataforma petrolífera *offshore* numa zona exclusiva nigeriana adjacente. Esta plataforma será utilizada para extrair petróleo da ZDC por perfuração horizontal, facilitando assim o início das operações na ZDC, uma vez que não é necessário instalar uma nova plataforma *offshore* completa. É, portanto, agora muito provável que a produção comercial de petróleo tenha início em 2015, embora existam ainda incertezas quanto às quantidades que serão produzidas.

3. O governo que tomou posse em Agosto de 2010, sob a liderança do Primeiro Ministro Patrice Trovoada, tem uma orientação reformadora. Está a trabalhar no sentido de tornar S. Tomé e Príncipe mais resiliente aos choques externos através de políticas macroeconómicas estáveis e de reformas estruturais orientadas para o

reforço das instituições. O partido no governo não dispõe de maioria parlamentar, mas tem podido contar com o apoio de partidos mais pequenos.

4. O desempenho no âmbito do acordo ECF recentemente expirado não foi linear.

A primeira e única avaliação foi concluída em Fevereiro de 2010. As avaliações subsequentes acabaram por ser interrompidas, primeiro por derrapagens em relação às metas do programa, e depois por atrasos na conclusão de um nova Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP). As autoridades apertaram, no entanto, a política financeira pública em 2010 e 2011 e colocaram o programa de finanças públicas novamente no bom caminho. Verificaram-se bons progressos na implementação das reformas estruturais ao abrigo do programa, embora muitas medidas, tais como a criação de uma central de risco de crédito, tenham levado mais tempo a implementar do que estava previsto.

5. O governo ultimou a sua nova ENRP.

A nova ENRP estabelece prioridades para as acções em torno de quatro pilares: reforma institucional para promover a boa governação; políticas para um crescimento sustentável; desenvolvimento do capital humano e melhores serviços sociais básicos; e coesão social. Neste contexto, o governo definiu vários objectivos estratégicos, a alcançar até 2016: crescimento anual de, pelo menos, 6%; reduzir, em pelo menos 6 pontos percentuais, a parcela da população que vive abaixo do limiar da pobreza (actualmente cerca de 65%); assegurar que toda a população tenha acesso a serviços sociais; reduzir significativamente as diferenças sociais e de género; reforçar a capacidade institucional e a autoridade e credibilidade do Estado; e garantir a sustentabilidade ambiental.

6. Foi recentemente efectuada uma avaliação *ex post* (AEP) (Caixa 1). Os Directores saudaram os progressos realizados por S. Tomé e Príncipe e sublinharam que o prosseguimento da participação do FMI se basearia nas recomendações feitas na AEP. Salientaram que, para reforçar a apropriação e a implementação, o programa deveria estar plenamente de acordo com as prioridades e o calendário estabelecidos pelas autoridades e ser apoiado por assistência técnica bem focalizada por parte do Fundo.

7. Apesar do alívio substancial da dívida no âmbito da iniciativa HIPC e da Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral (MDRI), S. Tomé e Príncipe continua em alto risco de sobreendividamento. A mais recente análise conjunta da sustentabilidade da dívida realizada pelo FMI e pelo Banco Mundial salienta que a carga da dívida continua elevada, especialmente em relação às exportações, situando-se em 292%. A estreita base de exportação e a alta dependência das importações fazem com que o país seja vulnerável a choques externos.

Caixa 1. Avaliação *Ex Post* de programas do FMI de longa duração

A AEP concluiu que os programas apoiados pelo FMI na última década desempenharam um papel útil na ajuda a S. Tomé e Príncipe para alcançar a estabilidade macroeconómica e avançar com as reformas estruturais. A AEP abrangeu três programas apoiados pelo PRGF/ECF (2000-03, 2005-08, 2009-12) e um programa monitorizado pelo corpo técnico (2002). Durante este período, S. Tomé e Príncipe conheceu um crescimento económico considerável, sem ter sentido qualquer crise macroeconómica de maior. No entanto, o controlo dos défices orçamentais e da inflação constituiu um desafio. Foram-se eficazmente implementando reformas estruturais de ano para ano, embora a partir de uma base baixa e com alguns atrasos, nas áreas das finanças públicas e da gestão dos recursos naturais, das operações monetárias e da supervisão bancária e, mais recentemente, do ambiente de negócios. Foi prestada uma assistência técnica considerável em apoio das reformas estruturais, mas houve um desencontro entre a prestação de AT e o foco dos programas.

Embora os programas apoiados pelo FMI tenham identificado adequadamente as questões-chave para as reformas estruturais, o excesso de condicionalidade e os limites na apropriação prejudicaram a execução dos programas. A concepção e a condicionalidade dos programas serviam de apoio a políticas que procuravam fazer face aos desafios que se colocam a um pequeno Estado insular. Todavia, o desempenho no âmbito dos programas foi dificultado pelo elevado número de condições estruturais postas após cada avaliação, dada a pequena dimensão do país e a sua capacidade limitada. Além disso, a apropriação dos programas antes de 2005 parece ter sido limitada. As perspectivas de alívio da dívida e de apoio financeiro de Portugal à paridade cambial (factores externos) e as alterações constitucionais que conduziram a governos mais estáveis (factor interno) contribuíram para uma maior apropriação e melhor implementação dos programas a partir de 2005.

O novo acordo ECF procura ir ao encontro de várias recomendações-chave da AEP:

- Dando ênfase a políticas que criem a devida protecção contra choques e riscos futuros, como, por exemplo, eventuais atrasos no início da produção de petróleo;
- Racionalizando os critérios quantitativos de avaliação do desempenho e a condicionalidade estrutural;
- Alinhando melhor a agenda de reformas estruturais do programa com as prioridades e o calendário das autoridades, por forma a aumentar a apropriação; e
- Assegurando que a assistência técnica do FMI apoie a implementação do programa.

DESENVOLVIMENTOS ECONÓMICOS RECENTES

8. O desempenho económico de S. Tomé e Príncipe continua a ser bom apesar do ambiente externo complexo.

O crescimento do PIB real atingiu 5% em 2011, reflectindo um recrudescimento do investimento directo estrangeiro e de outros fluxos de capital no sector privado (Tabela 1, Figura 1). Apoiada pela paridade cambial com o euro e por uma política orçamental prudente, a inflação homóloga tem continuado na sua tendência decrescente, tendo atingido 8,6% em Maio de 2012.

9. O governo continuou a fazer progressos na consolidação orçamental, mas a eliminação dos atrasados intragovernamentais mantém-se fugidia.

O défice primário interno baixou para 3% do PIB em 2011 (Tabela 2 e 3, Figura 2), devido aos esforços realizados para conter os gastos não prioritários e melhorar a arrecadação de receitas mediante o reforço da aplicação da legislação fiscal e o aumento da cobrança de impostos em atraso. Apesar deste progresso, em 2011 o governo acumulou novos atrasos nos pagamentos à empresa pública de águas e electricidade (EMAE), os quais ascenderam a cerca de 0,5% do PIB e se deveram sobretudo à falta de pagamento das contas de consumo ao nível das autoridades locais. A EMAE, por sua vez, acumulou novos atrasos nos pagamentos à empresa importadora de petróleo (ENCO) que, por seu turno, levaram à acumulação de novos atrasados no imposto sobre os combustíveis.

10. O crescimento da massa monetária está a desacelerar, em consequência de um abrandamento do crescimento do crédito ao sector privado. Após um forte crescimento em 2009-10 (que rondou, em média, os 40% ao ano) para financiar o consumo, o crédito ao sector privado desacelerou para cerca de 15% em 2011, quando as novas fontes de crédito

começaram a diminuir e se registou um aumento dos níveis da dívida das famílias (Tabelas 4 e 5, Figura 3). O crescimento do crédito foi praticamente nulo no primeiro trimestre de 2012, uma vez que os bancos aumentaram as provisões para empréstimos não produtivos (mais abaixo) e passaram a ser mais selectivos à luz das informações sobre potenciais clientes fornecidas pela recém-criada central de risco de crédito.

11. O BCSTP continua a tomar medidas para fortalecer o sector financeiro.

A rentabilidade dos bancos e o rácio capital/activos ponderados pelo risco melhoraram em 2011 (Tabela 6), reflectindo este último a exigência do BCSTP de que os bancos não rentáveis aumentem o capital e todos os bancos aumentem o respectivo rácio capital/activos ponderados pelo risco para mais de 10%. O rácio de empréstimos mal parados aumentou, contudo, no total, de 15% em Setembro de 2011 para 21% em Março de 2012, ao que parece devido a atrasos (temporários) nos pagamentos aos empreiteiros de grandes obras de construção civil.

12. O défice da balança corrente melhorou ligeiramente em 2011 (Tabelas 7, 8 e 9, Figura 4). A conclusão de alguns projectos de investimento contribuiu para um abrandamento do crescimento das importações, que mitigou, em parte, o impacto do aumento dos preços dos combustíveis a nível internacional na balança comercial. Acresce que a estagnação do crescimento do crédito no final de 2011 e, em linhas mais gerais, um certo abrandamento da actividade se traduziram num declínio das importações de bens de consumo. Os fluxos de capital do sector privado financiaram apenas parte do défice da conta corrente. As reservas internacionais brutas mantiveram-se praticamente inalteradas, em cerca de 4,5 meses de importações.

O PROGRAMA MACROECONÓMICO A MÉDIO PRAZO

13. O programa económico das autoridades para 2012-2015, ancorado na nova ENRP do governo, tem por objectivo manter a estabilidade macroeconómica, assegurar a sustentabilidade orçamental e da dívida, e acelerar a reforma estrutural à medida que a economia se prepara para o início da produção de petróleo em 2015. O programa contém medidas destinadas a manter o défice primário interno em linha com o financiamento disponível não gerador de dívida, mobilizando simultaneamente receitas internas adicionais para despesas em infra-estruturas prioritárias e para redução da pobreza. Inclui também uma agenda de reformas estruturais ambiciosa e realista, para reforçar as finanças públicas e os quadros da

política monetária, da supervisão bancária e do combate ao branqueamento de capitais. Os objectivos macroeconómicos fundamentais do programa a médio prazo são:

- Elevar para cerca de 6% a taxa anual de crescimento real do PIB não petrolífero;
- Reduzir a inflação para menos de 10% e mantê-la, em linhas gerais, alinhada com a inflação internacional; e
- Manter as reservas internacionais brutas num nível suficiente para cobrir pelo menos 3 meses de importações em apoio à paridade cambial, o que é considerado adequado dado o apoio adicional prestado pela linha de crédito portuguesa.¹

A. O quadro macroeconómico de 2012-15

14. O quadro macroeconómico a médio prazo assenta no princípio de que a produção e as exportações de petróleo terão início em 2015. Prevê uma aceleração do crescimento real do PIB para 6% em 2014, apoiada pela expansão do turismo, da agricultura e da construção civil. Entre os motores de crescimento contam-se a exploração das plataformas petrolíferas da Zona de Desenvolvimento Conjunta (ZDC) e da Zona Económica Exclusiva (ZEE), o investimento em projectos de infra-estruturas para apoiar o desenvolvimento do turismo, e os trabalhos num porto de águas profundas (que deve ter início em 2014). O previsto arranque da produção e das exportações de petróleo em 2015 impulsionará consideravelmente o crescimento do PIB nesse ano e reduzirá de forma significativa o défice da balança corrente.²

15. Em 2012, porém, prevê-se que o crescimento económico desacelere para 4,5%, reflectindo os efeitos do decréscimo de pagamentos relacionados a projectos. Após a conclusão de vários projectos de investimento público em larga escala em 2011, o investimento público abrandou no primeiro semestre de 2012. Espera-se uma retoma do crescimento no segundo semestre, impulsionada por projectos de construção para beneficiar o aeroporto, o porto e as estradas, e para converter o cais de pesca num centro comercial.

16. Segundo as projecções, a inflação deverá diminuir a médio prazo para menos de 10%, sustentada pela paridade cambial. Não se espera que o início da produção de petróleo tenha um impacto substancial na inflação, uma vez que a Conta Nacional do

¹ As autoridades têm um acordo com Portugal, segundo o qual este país está pronto a prestar apoio sob a forma de uma linha de crédito até 25 milhões de euros, caso as reservas internacionais desçam abaixo de três meses de importações.

² A projecção para 2015 difere sobremaneira da incluída no último relatório do corpo técnico sobre as consultas ao abrigo do Artigo IV (Relatório do FMI No. 12/34). Para mais detalhes, ver a Nota Técnica no Apêndice II.

Petróleo (CNP) absorverá a maior parte do fluxos relacionados com este produto. Apesar da evolução favorável da inflação até à data, as autoridades reviram em alta – de 6 para 8% – as projecções nesta matéria para o final de 2012, a contar com o projectado aumento dos preços dos combustíveis a nível nacional no segundo semestre.

17. Os riscos para as perspectivas a médio prazo resultam de potenciais atrasos no início da produção de petróleo e da possibilidade de as quantidades produzidas

B. Fortalecer as finanças públicas

Quadro da política orçamental (MPEF ¶16)

18. O programa orçamental do governo a médio prazo é largamente determinado pelas perspectivas de produção e exportação de petróleo. Embora possa haver mais espaço orçamental quando a produção de petróleo começar, atendendo ao elevado risco de sobreendividamento e às incertezas que persistem é importante manter uma posição cautelosa em matéria orçamental durante todo o período do programa.

19. Neste contexto, o governo reconhece a necessidade de continuar a apoiar-se sobretudo em financiamentos não geradores de dívida, incluindo levantamentos da CNP (até 20% do saldo em dívida no final do ano transacto, para 2012–14)³ e donativos em apoio ao orçamento, reforçando simultaneamente a arrecadação de receitas e contendo os gastos não prioritários. Com base nas projecções actuais, espera-se que o espaço orçamental aumente a partir de 2015, dadas as receitas do petróleo. O corpo técnico do FMI e as autoridades concordaram que este espaço adicional deveria ser utilizado para aumentar as despesas em infra-estruturas e para redução da pobreza. Assim, o governo fixará como objectivo um défice primário interno de cerca de 3% do PIB (equivalente a cerca de

nos primeiros anos não serem substanciais.

A este respeito, o corpo técnico do FMI e as autoridades discutiram um cenário alternativo (sem petróleo), em que o crescimento projectado do PIB seria 0,5 ponto percentual inferior ao do cenário com petróleo durante o período de 2013-14, devido à redução dos fluxos de IDE relacionados ao petróleo e à diminuição do investimento público, dada a ausência de receitas ligadas ao petróleo (Tabela 10). A médio prazo, prevê-se que o crescimento anual seja sustentado, rondando a média histórica de 5,5%.

3,9% do PIB não petrolífero) no final do programa.⁴

20. Para 2012, o governo tem como meta um défice primário interno de cerca de 3,25% do PIB,⁵ compatível com o financiamento não gerador de dívida disponibilizado pelo Banco Mundial e pela Guiné Equatorial, e com os levantamentos da CNP. Para alcançar este objectivo, o corpo técnico do FMI e as autoridades chegaram a

³ A Lei da Gestão das Receitas Petrolíferas (LGRP) foi elaborada com a ajuda da Noruega e do Banco Mundial e satisfaz as normas de boas práticas internacionais. Contém fortes disposições em matéria de governação e responsabilidade, que asseguram que a gestão das receitas do petróleo seja equilibrada e transparente. O princípio condutor da LGRP é que, a partir do segundo ano de produção, todas as receitas petrolíferas serão depositadas num fundo permanente, utilizando-se uma taxa de rentabilidade real a longo prazo (limitada a 5%) aplicada ao saldo das contas do ano anterior para determinar o montante anualmente transferido para o orçamento. Para uma apresentação detalhada sobre a gestão da riqueza proveniente do petróleo em S. Tomé e Príncipe, ver WP/06/183 e o Relatório do FMI No. 06/329.

⁴ O espaço orçamental adicional é limitado no primeiro ano de produção de petróleo porque a LGRP prevê um período transitório nesse ano.

⁵ De acordo com o orçamento aprovado e as recomendações da última consulta nos termos do Artigo IV (Relatório do FMI No. 12/34).

acordo quanto à necessidade de prosseguir os esforços para mobilizar recursos internos adicionais e conter os gastos não prioritários. Os planos do governo para mobilizar mais receitas incluem: i) alargar a matéria colectável assegurando o cumprimento das leis fiscais e aumentando a eficiência das administrações fiscais e aduaneiras; e ii) aumentar (gradualmente) o preço dos combustíveis no país em 10%, o que permitirá à ENCO liquidar os impostos sobre combustíveis em atraso e passar a pagar a tempo esses mesmos impostos. O governo concordou com o corpo técnico que é crucial continuar a controlar a despesa, contendo os gastos com bens e serviços e impondo restrições orçamentais rigorosas aos governos locais e regionais para evitar derrapagens na execução do orçamento e a acumulação de atrasados, protegendo simultaneamente os gastos prioritários mediante o aumento do investimento financiado pelo Tesouro para a redução da pobreza e o desenvolvimento.

21. O programa orçamental do governo tem como meta um défice primário interno de cerca de 3% do PIB em 2013 e 2014. O corpo técnico do FMI saudou o empenho das autoridades em prosseguir os esforços no sentido de mobilizar receitas fiscais adicionais, incluindo medidas para modernizar as administrações fiscal e aduaneira, por forma a torná-las mais eficientes e eficazes, e outras medidas para alargar a matéria colectável, tais como o reforço das acções de inspecção através de investigações, uma melhor análise das declarações de impostos, uma selecção mais judiciosa dos contribuintes a inspecionar, e a utilização de técnicas de inspecção modernas. Para alcançar o objectivo de redução da pobreza é fundamental que o governo continue com os esforços para conter a despesa discricionária não prioritária, protegendo simultaneamente as despesas para redução da pobreza. Além do financiamento a partir da CNP, o governo já

confirmou o apoio ao orçamento por parte do Banco Mundial e espera-se que consiga financiamento adicional não gerador de dívida vindo de parceiros bilaterais regionais, incluindo a Guiné Equatorial, o Gabão e Marrocos.

22. No caso de se verificarem atrasos significativos no início da produção de petróleo ou se as quantidades produzidas nos primeiros anos não forem substanciais, o ajustamento orçamental terá de continuar no médio prazo. O governo manifestou o seu empenho em tomar medidas adicionais para salvaguardar a estabilidade orçamental, se houver indícios de que esse risco potencial venha a concretizar-se. Nessas circunstâncias, o governo está preparado para introduzir um ajustamento orçamental adicional de cerca de um ponto percentual do PIB em 2015. Este ajustamento é adequado para reduzir o défice primário interno e assegurar o seu alinhamento com o financiamento disponível não gerador de dívida, o qual se prevê seja de 2% do PIB no médio prazo. Neste caso, o governo está empenhado em introduzir medidas adicionais do lado das receitas para alargar a matéria colectável e em conter ainda mais a despesa discricionária não prioritária.

Reformas estruturais para fortalecer as finanças públicas

23. O corpo técnico e as autoridades partilham a opinião de que a estratégia de reformas a médio prazo para fortalecer as finanças públicas deveria centrar-se na mobilização de receitas internas mediante a melhoria da administração fiscal e aduaneira e o reforço da transparência e da gestão das finanças públicas.

Melhorar a administração fiscal e aduaneira

24. O corpo técnico e as autoridades concordaram que aumentar a arrecadação de receitas é uma prioridade. As receitas fiscais de S. Tomé e Príncipe (16,5% do PIB em 2011) são baixas em comparação com as dos seus pares subsarianos e de outros pequenos Estados insulares. Para ajudar a atingir o objectivo a médio prazo de aumentar o rácio impostos/PIB para 18% do PIB não petrolífero, o governo planeia desenvolver uma estratégia de reformas para 2013-15 no sentido de modernizar a administração fiscal (indicador de referência estrutural, Dezembro de 2012) e preparar até ao final do ano uma estratégia de reformas para a administração aduaneira, com a assistência técnica do FMI e de outros parceiros do desenvolvimento (MPEF ¶18). A fim de assegurar que a implementação do processo de reformas seja bem-sucedida, o governo tomará as seguintes medidas para reforçar a administração fiscal: i) reestruturação da Direcção de Impostos (DI) mediante o reforço da coordenação entre a administração fiscal regional e o gabinete central e a segmentação dos contribuintes entre grandes empresas e outros contribuintes; ii) reforço das operações fiscais através da melhoria do registo dos contribuintes, da gestão dos *dossiers*, da monitorização do cumprimento das disposições em matéria fiscal, da execução e gestão dos atrasos no pagamento de impostos, da informatização e da educação dos contribuintes; e iii) aumento da capacidade da administração fiscal (MPEF ¶19).

Reforçar a gestão das finanças públicas e a transparência

25. Como parte da sua estratégia de reformas a médio prazo para continuar a reforçar a gestão das finanças públicas e a transparência, o governo tomará medidas para (MPEF ¶21–¶23):

- i) Implementar cabalmente a Lei de 2007 sobre o Sistema Administrativo e Financeiro do Estado, a chamada Lei do SAFE, introduzindo regras de transparência na referida Lei ao abrigo das quais sejam publicados dados fiscais chave segundo um calendário previamente anunciado.
- ii) Reforçar a supervisão financeira pública, utilizando o recém-introduzido sistema electrónico do Sistema Administrativo e Financeiro do Estado (SAFE-e) para apresentar – pela primeira vez em duas décadas – as contas gerais do Estado à Assembleia Nacional e ao Tribunal de Contas, com início em 2013 (indicador de referência estrutural, Junho de 2013).
- iii) Resolver a questão dos atrasados cruzados, trabalhando em estreita colaboração com a ENCO e a EMAE para: a) conciliar e certificar o *stock* de contas por pagar; e b) chegar a acordo sobre uma estratégia para resolver estes atrasos e impedir a futura acumulação de moras entre estas entidades (indicador de referência estrutural, Dezembro de 2012).

C. Melhorar a gestão monetária e a estabilidade financeira

26. As autoridades monetárias e o corpo técnico do FMI concordaram que o BCSTP deveria pôr a tónica no reforço da gestão monetária, na manutenção da estabilidade financeira e no aumento da credibilidade do sistema financeiro.

27. O BCSTP continuará a fortalecer a gestão monetária. As autoridades referiram, a este propósito, que é importante que o banco central melhore as suas previsões em matéria de liquidez e as suas operações cambiais (MPEF ¶ 25). Para este efeito, o BCSTP: a) continuará a trabalhar em estreita colaboração com o Ministério das Finanças, para facilitar o fluxo de informações entre as duas instituições e coordenar as operações de política orçamental e monetária, e b) elaborará – com a assistência técnica do FMI – um quadro para a previsão de liquidez, as reservas internacionais e as contas do Estado (indicador de referência estrutural, Dezembro de 2012).

28. O reforço da supervisão bancária e a redução do risco de dificuldades no sistema bancário serão essenciais para salvaguardar a estabilidade financeira e aumentar a credibilidade do sistema financeiro. Para salvaguardar a estabilidade financeira, o banco central prevê (MPEF ¶27):

- i) Reforçar a supervisão bancária:
 - a) procedendo à supervisão *in loco* de mais dois bancos em 2012 (indicador de referência estrutural, Dezembro de 2012); b) concluindo a supervisão *in loco* dos restantes três bancos até 2013 (indicador de referência estrutural, Junho e Dez. de 2013); c) contratando mais supervisores para ajudar a aumentar a frequência das supervisões *in loco*; e d) dando formação ao pessoal em matéria de supervisão baseada no risco;
- ii) Passar em revista os planos de negócios dos bancos comerciais e dar início à análise de soluções de reestruturação para os bancos que não se mostrarem

capazes ou dispostos a recuperar a rentabilidade;

- iii) Tomar medidas para assegurar que esteja criado em 2014 um quadro jurídico e regulamentar sólido para tratar do caso dos bancos problemáticos.

29. Uma gestão cuidadosa das reservas internacionais é essencial para o quadro monetário de S. Tomé e Príncipe, baseado na paridade cambial. O corpo técnico e as autoridades concordaram que as reservas internacionais brutas devem manter-se acima dos três meses de importações durante todo o período do programa, a fim de reforçar a credibilidade do vínculo cambial. As autoridades referiram que o acordo com Portugal, que garante apoio de emergência às reservas caso as reservas internacionais caiam para menos de três meses de importações, proporciona apoio adicional à paridade cambial. À luz da crise económica e financeira internacional, o corpo técnico sublinhou a importância de diversificar a carteira de activos como precaução contra riscos de contraparte, cambiais e de liquidez. A este respeito, o BCSTP procurará investir as suas reservas internacionais em activos financeiros de alta qualidade e dará prioridade à liquidez sobre o rendimento ao decidir sobre a composição da carteira (MPEF ¶26).

30. O BCSTP continuará também a aumentar a transparência (MPEF ¶28). Para cumprir as normas internacionais em matéria de informação financeira, as autoridades introduzirão um novo plano de contas para o banco central em 2013. O BCSTP manterá o seu sítio na Internet com dados actuais sobre agregados monetários e macroeconómicos e publicará atempadamente as suas demonstrações financeiras auditadas anualmente. Como parte dos esforços que está a desenvolver para melhorar a informação e proteger os consumidores, o BCSTP pedirá aos bancos que publiquem as suas contas trimestrais preliminares.

D. Outras reformas estruturais

Reforçar a gestão da dívida externa

31. Para além das medidas já tomadas, as autoridades pretendem continuar a reforçar o papel institucional da gestão da dívida externa (MPEF ¶29–¶31). Como parte das reformas neste domínio, o governo atribuiu ao Departamento da Dívida Externa um papel estratégico na monitorização e gestão da dívida. Neste contexto, o governo elaborou, em colaboração com a *Debt Relief International* (DRI) e a missão DeMPA do Banco Mundial (missão de avaliação do desempenho em matéria de gestão da dívida), um projecto de lei que estabelece a responsabilidade e a estrutura governativa do Departamento da Dívida Externa e define o seu quadro estratégico. Após a aprovação pela Assembleia Nacional, em Abril de 2012, dos princípios gerais de uma nova lei de gestão da dívida, o articulado da lei está agora a ser discutido na especialidade, esperando-se que o texto final seja aprovado e publicado no segundo semestre de 2012.

Reforçar o quadro CBC/FT

32. S. Tomé e Príncipe foi recentemente colocado na lista pública de jurisdições de alto risco e não-cooperantes do Grupo de Acção Financeira Internacional (GAFI).

O GAFI apelou a S. Tomé e Príncipe para que diligencie no sentido de: i) criminalizar adequadamente o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo; ii) criar uma Unidade de Inteligência Financeira (UIF) plenamente operacional e que funcione eficazmente; iii) assegurar que as instituições financeiras e as actividades e profissões não financeiras designadas fiquem sujeitas a regulamentação e supervisão adequadas em matéria de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo (CBC/FT); e iv) implementar sanções eficazes, proporcionadas e dissuasivas para punir pessoas singulares ou colectivas que não

respeitem os requisitos nacionais em matéria de CBC/FT.

33. O governo manifestou o seu pleno empenho em fazer face às deficiências do quadro CBC/FT. Em particular, com a assistência técnica do Departamento Jurídico do FMI, o governo tenciona (MPEF ¶33):

- i) preparar os necessários projectos de alterações à Lei CBC/FT, que foi aprovada em 2008 e actualizada em 2010, com vista a enviar essas alterações à Assembleia Nacional pouco tempo depois e a tentar obter a sua aprovação até ao final de 2012 (indicador de referência estrutural, Dezembro de 2012); e
- ii) reforçar as operações da UIF, dotando-a de mais pessoal e facilitando a formação do seu pessoal, a fim de reforçar as funções nucleares daquela Unidade, nomeadamente a recepção, análise e disseminação de relatórios de transacções suspeitas provenientes de profissionais e instituições financeiras e não financeiras.

Melhorar o ambiente de negócios

34. O corpo técnico e as autoridades partilharam a opinião de que são necessárias mais reformas para apoiar um maior crescimento e ajudar a reduzir a pobreza (Tabela 11). O Relatório *Doing Business* do Banco Mundial de 2012 classificou S. Tomé e Príncipe entre os principais reformadores do ano passado. O governo identificou na nova ENRP as áreas-chave para reformas no sentido de revitalizar o sector da energia e promover a participação do sector privado (MPEF ¶34). Com o envolvimento do Banco Mundial, as autoridades começaram a pôr em prática uma estratégia a médio prazo para tornar a empresa pública de águas e electricidade (EMAE) comercialmente viável.

ESTATÍSTICAS, CAPACITAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

35. O governo tenciona continuar a trabalhar no sentido de melhorar o sistema estatístico (MPEF 135). As autoridades estão a tomar medidas para introduzir novas melhorias no sistema de Contas Nacionais e prevêem utilizar o inquérito aos orçamentos familiares que foi concluído em 2011 como base para reponderar os componentes do índice de preços no consumidor e alargar a sua cobertura a todo o país. O governo está a desenvolver esforços, com a assistência do FMI, para melhorar as estatísticas da balança de pagamentos.

36. O corpo técnico e as autoridades reconhecem que a criação de capacidades e

a assistência técnica são fundamentais para o sucesso da implementação do programa económico de médio prazo (MPEF 136). O governo continuará a trabalhar em estreita colaboração com os seus parceiros tradicionais de desenvolvimento nas áreas prioritárias da gestão das finanças públicas, da administração fiscal e aduaneira, da gestão monetária, da supervisão bancária, da gestão da dívida e do quadro CBC/FT. O governo procurará participar do Centro Regional de Assistência Técnica do FMI em Acra, AFRITAC Ocidental 2, a inaugurar brevemente, o que permitirá um melhor acesso a assistência técnica e formação e facilitará o acompanhamento técnico em áreas críticas de reforma.

ACESSO AO PROGRAMA, CONDICIONALIDADE E RISCOS

37. Acesso e faseamento. O nível de acesso proposto ao abrigo da ECF equivale a 35% da quota (DSE 2,59 milhões). Se todos forem efectuados todos os desembolsos no âmbito do acordo, o saldo da dívida de STP com o FMI atingirá 54,9% da quota. Este nível de acesso relativamente baixo é suficiente para cobrir as necessidades previstas da balança de pagamentos e ajudar a manter as reservas internacionais a um nível adequado, imediatamente acima dos três meses de importações, durante o período do programa. O acordo com Portugal proporciona ao banco central recursos adicionais para apoiar a paridade cambial, se necessário, sob a forma de uma linha de crédito até 25 milhões de euros. A ECF desempenhará, portanto, sobretudo um papel de catalisador e ajudará a

garantir o financiamento por parte dos principais parceiros de STP para o desenvolvimento, incluindo Portugal, a UE, o BAfD e o Banco Mundial. Os recursos da ECF estão programados para serem desembolsados em parcelas iguais ao longo do período do programa (Tabela 12).

38. Condicionalidade do programa. O programa inclui critérios de desempenho quantitativos e medidas estruturais macrocríticas relacionadas com áreas básicas da especialização do FMI. De acordo com as recomendações da AEP no sentido de reforçar a apropriação e a implementação, a agenda de reformas estruturais prevista no programa é inteiramente compatível com as prioridades e o calendário das autoridades e será apoiada por assistência técnica bem focalizada por

parte do Fundo. Neste contexto, as autoridades e o corpo técnico chegaram a acordo sobre indicadores quantitativos e critérios de desempenho, bem como sobre indicadores de referência estruturais centrados no reforço das finanças públicas e nos quadros para a política monetária, a supervisão bancária e o combate ao branqueamento de capitais (Tabelas 13 e 14). Para monitorizar outros elementos quantitativos chave do programa, as autoridades e o corpo técnico acordaram também metas indicativas para os atrasados internos, a base monetária e as despesas de redução da pobreza. O programa incentivará o melhoramento das estatísticas económicas, especialmente para as contas nacionais e as estatísticas da balança de pagamentos.

39. Foi iniciada uma avaliação actualizada das salvaguardas do BCSTP, que será concluída antes da primeira avaliação do programa. O BCSTP está sujeito a auditorias externas por uma firma de grande reputação e as demonstrações financeiras são publicadas, embora com alguns atrasos. A auditoria de 2011 já foi concluída e os resultados serão publicados.

40. S. Tomé e Príncipe é altamente vulnerável a choques externos, mas os riscos para os recursos do Fundo são baixos. A exposição ao risco em baixa resulta de uma recessão prolongada na Europa, com um potencial efeito de abrandamento na ajuda, no IDE e nas remessas. A capacidade do país para reembolsar o FMI é sólida (Tabela 15).

AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO

41. O programa económico do governo para o médio prazo é compatível com a estratégia de crescimento e redução da pobreza consignada na nova ENRP. O programa aproveita também as recomendações contidas na recente AEP. Tem por objectivo a estabilidade orçamental e inclui uma agenda de reformas estruturais ambiciosa e realista para fortalecer as finanças públicas e os quadros de política monetária, supervisão bancária e combate ao branqueamento de capitais.

42. Embora o quadro orçamental do governo para o médio prazo seja prudente, é crucial resolver a questão dos atrasados intergovernamentais. O programa orçamental estabelece o correcto equilíbrio entre os esforços do governo para mobilizar receitas adicionais e conter os gastos não

prioritários em linha com o financiamento não gerador de dívida disponível. O corpo técnico incentiva fortemente as autoridades a trabalharem com a ENCO e a EMAE no sentido de resolver o problema dos atrasados de pagamento cruzados.

43. Para mitigar o risco de sobreendividamento, o governo precisa de manter políticas de endividamento externo prudentes. Embora o quadro orçamental subjacente seja compatível com os recursos não geradores de dívida disponíveis, o corpo técnico incentiva fortemente o governo a recorrer sobretudo ao financiamento na forma de donativos para a execução do programa de investimento público. Se o governo tiver de contrair empréstimos para financiar despesas de capital, esses empréstimos devem ser contraídos em condições altamente

concessionais, para ajudar a mitigar o risco de sobreendividamento.

44. É importante que o governo se mantenha empenhado em usar de prudência orçamental para conseguir uma estabilidade macroeconómica duradoura.

Embora o nível actual das reservas internacionais proporcione apoio suficiente para a paridade cambial, sem esquecer a linha de crédito de Portugal, o governo deveria estar preparado para apertar mais a política orçamental conforme necessário para manter a viabilidade da vinculação ao euro.

45. A gestão cuidadosa das reservas internacionais é crucial para o quadro monetário de S. Tomé e Príncipe, baseado na paridade cambial.

As autoridades estão empenhadas em manter as reservas internacionais brutas acima dos três meses de importações. Será também importante investir as reservas internacionais em activos de alta qualidade, pondo mais ênfase na liquidez que

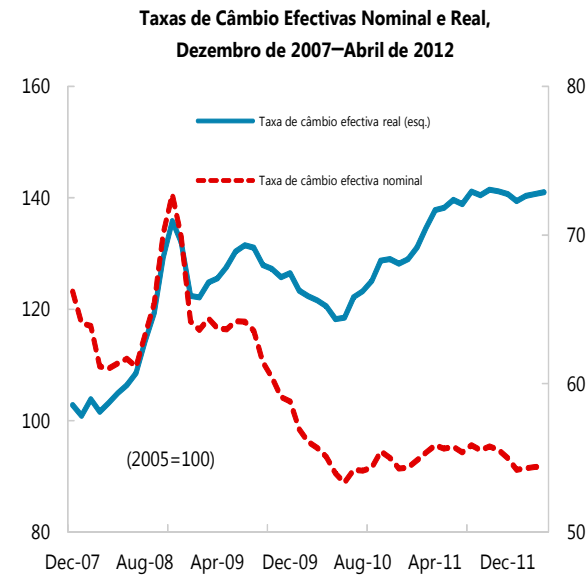
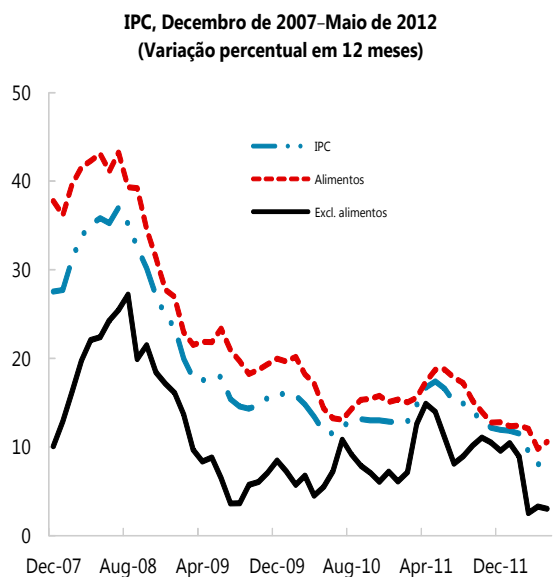
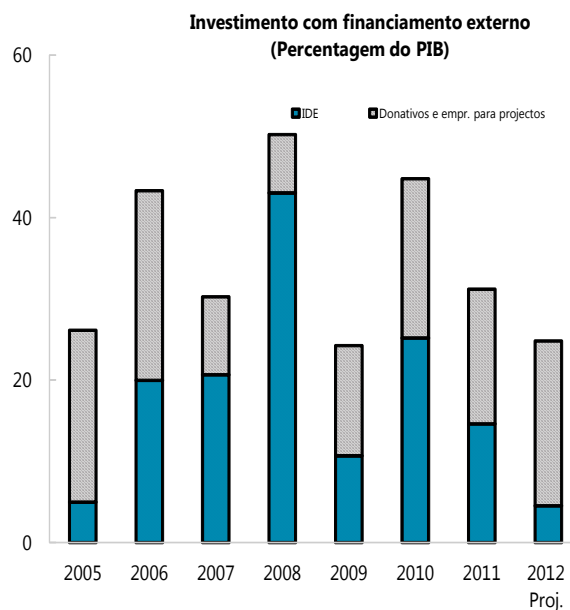
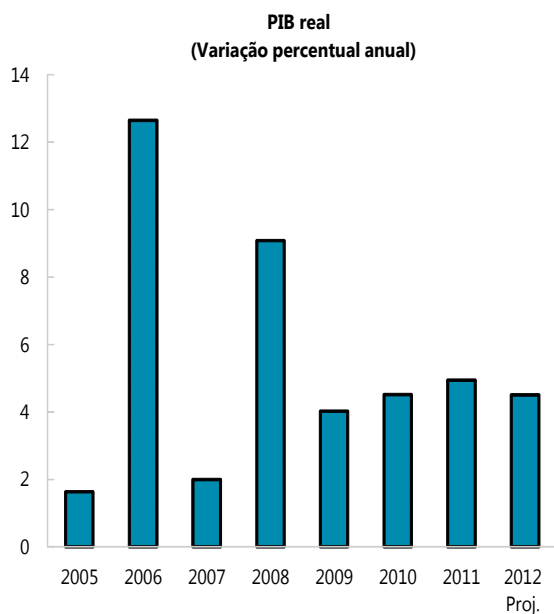
no rendimento ao decidir sobre a composição da carteira.

46. Embora os bancos tenham aumentado as provisões e estejam a ser mais selectivos na concessão de crédito, o aumento dos empréstimos mal parados é uma preocupação quando se trata de manter a estabilidade financeira.

O corpo técnico aconselha o BCSTP a monitorizar de perto os efeitos sobre a rentabilidade e o capital dos bancos, a exigir provisões adicionais caso se verifique que o aumento dos empréstimos mal parados dure mais tempo do que o previsto, e a completar, conforme planeado, as inspecções *in loco* de todos os bancos comerciais.

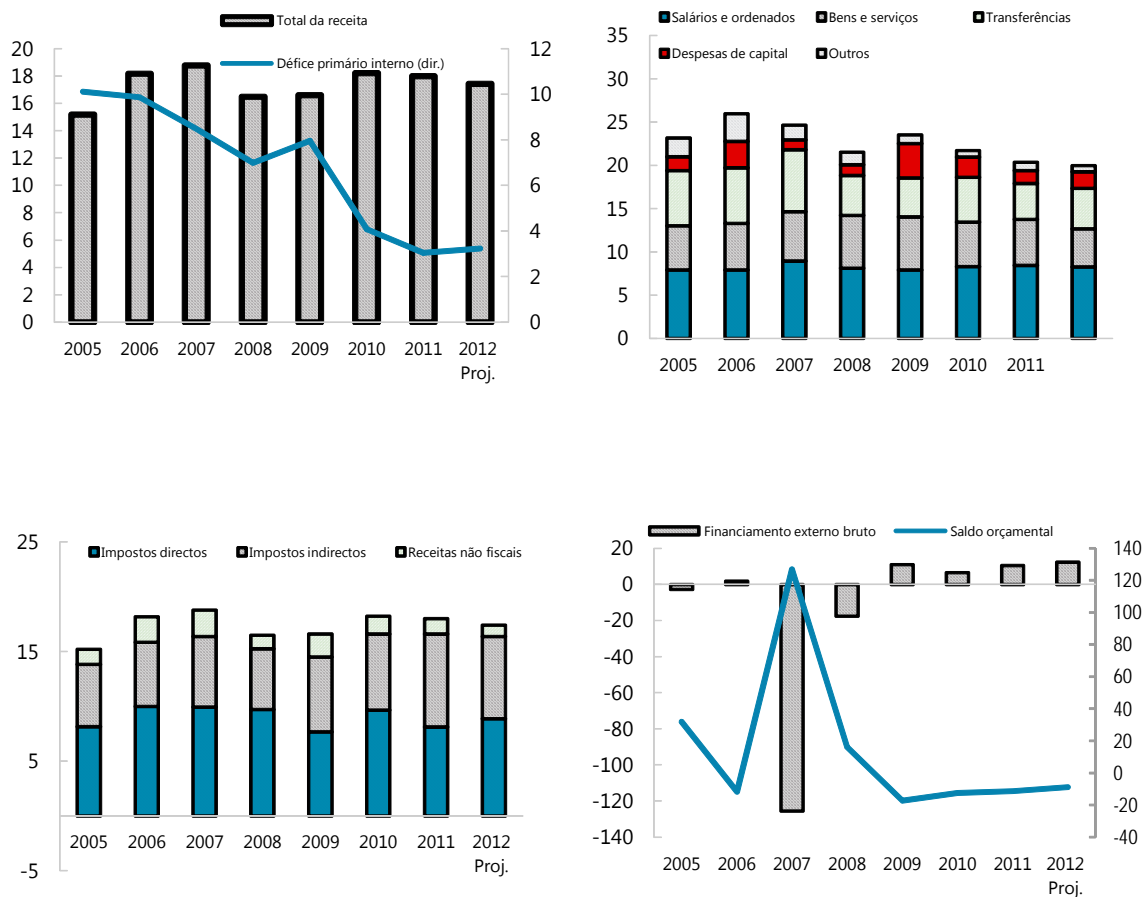
47. O corpo técnico apoia a solicitação das autoridades de um novo acordo trienal ao abrigo da ECF, com base na solidez do seu programa macroeconómico a médio prazo, e o forte empenho das autoridades no êxito da implementação do programa.

Figura 1. São Tomé e Príncipe: Desenvolvimentos Macroeconómicos Recentes



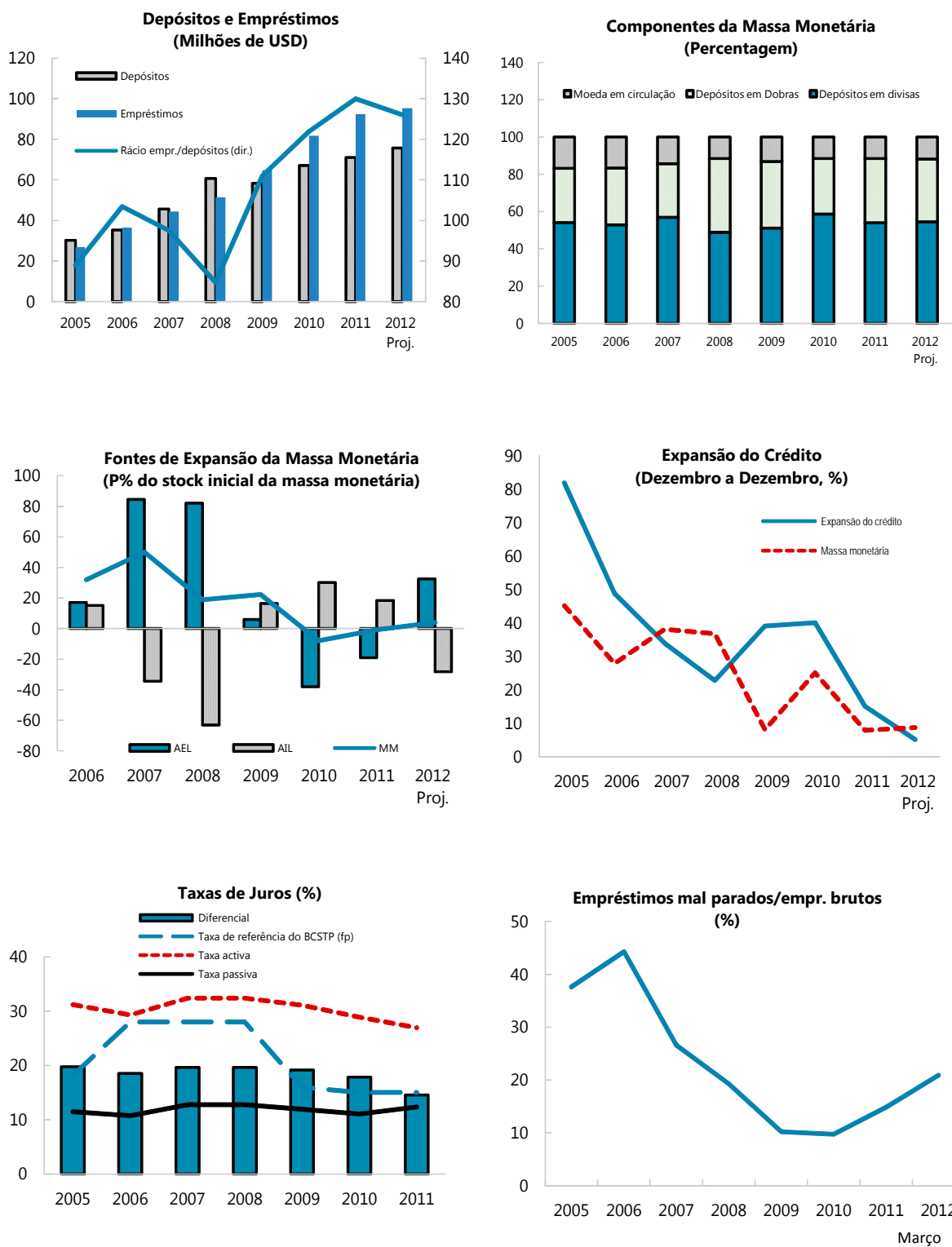
Fontes: Dados fornecidos pelas autoridades são-tomenses e estimativas do corpo técnico do FMI.

Figura 2. São Tomé e Príncipe: Indicadores Orçamentais, 2005–12



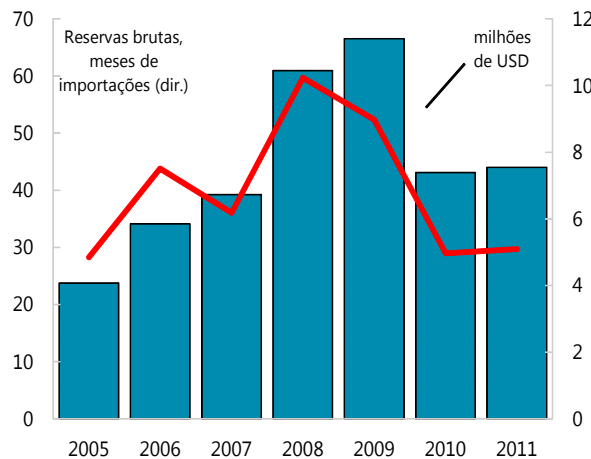
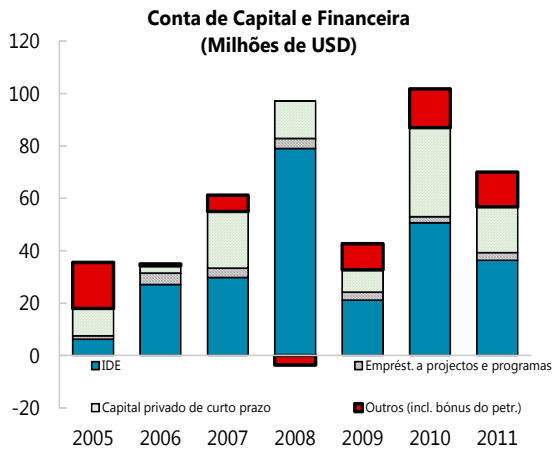
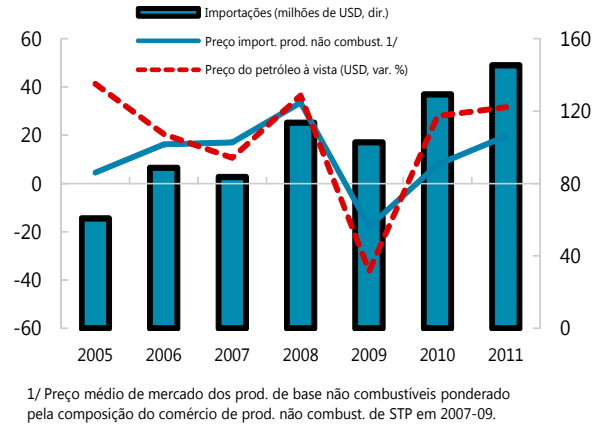
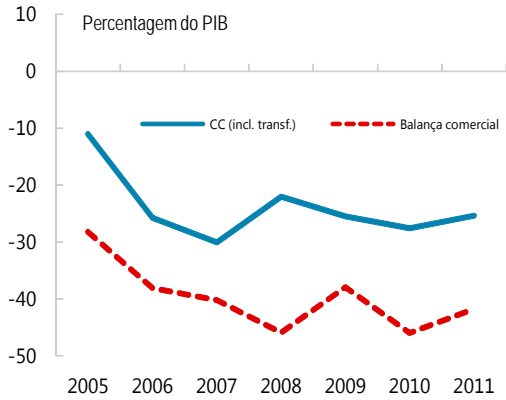
Fontes: Dados fornecidos pelas autoridades são-tomenses e estimativas do corpo técnico do FMI.

Figura 3. São Tomé e Príncipe: Evolução da Moeda e do Crédito



Fontes: Dados fornecidos pelas autoridades são-tomenses e estimativas do corpo técnico do FMI.

Figura 4. São Tomé e Príncipe: Sector Externo, 2005–11



Fontes: Dados fornecidos pelas autoridades são-tomenses e estimativas do corpo técnico do FMI.

Tabela 1. São Tomé e Príncipe: Principais Indicadores Económicos, 2008–15

(Variação percentual anual, salvo indicação em contrário)

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	Efectivo		Est.		Programa			
Rendimento nacional e preços								
PIB a preços constantes	9,1	4,0	4,5	4,9	4,5	5,5	6,0	37,7
PIB não petrolífero a preços constantes	9,1	4,0	4,5	4,9	4,5	5,5	6,0	6,0
Preços no consumidor								
Fim do período	24,8	16,1	12,9	11,9	8,3	6,0	4,0	3,0
Média do período	32,0	17,0	13,3	14,3	9,6	7,1	5,0	3,5
Comércio externo								
Exportações de bens e serviços não factoriais	29,6	12,0	24,0	19,5	12,3	8,7	17,7	312,4
Importações de bens e serviços não factoriais	36,0	-9,5	25,8	12,5	8,8	-3,3	3,6	53,3
Taxa de câmbio (Dobras por USD; fim do período) ¹	15.228	16.814	18.651	19.008
Taxa de câmbio efectiva real (depreciação = -)	13,2	12,0	-2,8	11,7
Moeda e crédito								
Base monetária	18,9	22,3	-7,9	-0,7	4,1	7,7	11,8	10,6
Massa monetária (M3)	36,8	8,2	25,1	8,0	8,8	15,2	9,6	41,7
Crédito à economia	22,8	39,1	40,0	15,1	5,2	7,3	7,6	35,5
Velocidade (PIB/M3; fim do período)	2,6	2,8	2,6	2,9	3,0	3,0	3,1	3,1
Taxa de juro de referência do banco central (%)	28,0	16,0	15,0	15,0
Taxa de juro activa (%)	32,4	31,1	28,9	27,0
Taxa de juro passiva (%)	12,8	11,9	11,0	12,4
Finanças públicas								
Total da receita, donativos e bónus de assin. do petróleo ²	45,4	31,2	38,1	37,1	44,8	32,7	29,2	27,1
<i>D/q</i> : receitas fiscais	15,2	14,5	16,6	16,6	16,4	17,1	17,6	15,1
Receitas não fiscais	1,2	2,1	1,6	1,4	1,1	1,3	1,4	1,1
Donativos	28,9	14,6	19,9	18,3	23,5	14,3	10,2	3,9
Bónus de assinatura do petróleo	0,0	0,0	0,0	0,8	4,0	0,0	0,0	0,0
Receitas do petróleo	7,1
Total da despesa e concessão líquida de empréstimos	31,2	49,6	49,1	49,0	53,6	45,0	40,2	29,2
<i>D/q</i> : custos com pessoal	8,1	7,9	8,3	8,4	8,3	8,3	8,3	6,5
Despesa corrente excl. juros e custos com pessoal	12,1	11,7	11,1	10,5	9,8	9,8	9,8	7,6
Despesas de capital custeadas pelo Tesouro	1,3	4,0	2,3	1,5	1,9	2,7	3,2	4,6
Despesas de capital custeadas por doadores	6,9	24,4	26,3	27,5	32,4	23,0	17,8	9,7
Saldo primário interno ³	-7,0	-8,0	-4,1	-3,0	-3,2	-3,1	-3,0	-3,0
Saldo global (base de compromissos)	14,2	-18,4	-11,0	-12,0	-8,8	-12,3	-11,1	-2,1
Sector externo								
Saldo da conta corrente								
Incl. transferências oficiais	-22,0	-25,5	-27,6	-25,4	-21,8	-23,0	-23,1	-11,7
Excl. transferências oficiais	-52,5	-42,9	-50,5	-45,6	-46,0	-38,0	-33,9	-16,0
VA da dívida externa	10,5	18,1	33,7	33,6	35,5	33,9	32,8	23,5
Serviço da dívida externa (% das exportações) ⁴	56,3	19,9	10,6	18,4	10,6	11,7	11,3	3,1
Export. de bens e serviços não factoriais (milhões de USD)	17,5	19,6	24,3	29,0	32,6	35,5	41,7	172,1
Reservas internacionais brutas ^{5,6,7}								
Milhões de USD	47,0	49,0	39,3	39,7	28,8	31,8	33,4	39,5
Meses de import. de bens e serv. não factoriais ⁸	7,9	6,6	4,5	4,6	3,3	3,5	3,6	3,8
Conta Nacional do Petróleo (milhões de USD)	12,0	9,7	7,8	8,3	17,6	14,2	11,5	35,4
Por memória:								
PIB								
Mil milhões de Dobras	2.696	3.185	3.719	4.376	5.063	5.801	6.488	9.183
Milhões de USD	183,5	196,5	201,0	248,3	264,8	298,8	333,0	469,5

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

¹ O ponto médio da taxa do BCSTP.² Inclui o alívio da dívida no âmbito das iniciativas HIPC e MDRI.³ Excl. receitas relacionadas ao petróleo, donativos, juros auferidos, pgtos. de juros programados e desp. de capital com financiamento externo.⁴ Em percentagem das exportações de bens e serviços não factoriais. Inclui o alívio da dívida HIPC e MDRI.⁵ As reservas internacionais brutas excluem a Conta Nacional do Petróleo e os depósitos em divisas dos bancos comerciais no BCSTP que se destinam a cumprir as exigências de capital ou de RMC ou a pagar a taxa de licenciamento.⁶ Para 2008 e 2009, inclui os proventos da privatização da participação do Estado na empresa de distribuição de combustíveis (ENCO), no montante de USD 32 milhões. Deste total, USD 10 milhões foram utilizados para amortizar parte da dívida da ENCO com a Sonangol, USD 0,96 milhões foram usados na auditoria da operação e USD 21,4 milhões foram colocados no banco central para reforçar as reservas.⁷ Para 2009, inclui uma nova afectação de DSE 6,5 milhões.⁸ Importações de bens e serviços não factoriais excl. as importações de bens de investimento e assistência técnica.

Tabela 2. São Tomé e Príncipe: Operações Financeiras do Governo Central, 2008–15
(Mil milhões de Dobras)

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	Efectivo			Est.		Projeções		
Total da receita e donativos	1225	995	1417	1622	2270	1897	1893	2488
Total da receita	444	529	677	787	882	1065	1230	1481
Receitas fiscais	411	462	617	726	828	990	1140	1385
Receitas não fiscais	33	67	60	61	54	75	90	96
<i>D/q:</i> Programa petrolífero com a Nigéria	0	0	0	0	0	0	0	0
Donativos	780	466	739	799	1188	832	663	358
Donativos a projectos	165	387	686	674	962	640	442	145
Donativos não destinados a projectos	99	13	25	83	182	151	172	146
Donativos relacionados à Iniciativa HIPC	516	66	28	43	43	42	49	67
Bónus de assinatura do petróleo	0	0	0	35	201	0	0	0
Receita do petróleo	649
Total da despesa	841	1581	1824	2145	2716	2610	2610	2682
Despesa primária interna	633	783	829	920	1046	1243	1422	1754
Despesas correntes	569	646	737	851	946	1081	1207	1329
<i>D/q:</i> custos com pessoal	219	252	309	369	418	479	536	600
Juros devidos	23	23	16	24	32	33	34	33
Bens e serviços	164	195	191	234	223	255	285	312
Transferências	124	144	192	181	237	272	306	335
Outras despesas correntes	39	32	28	43	36	41	46	48
Despesas de capital	219	902	1066	1266	1735	1489	1362	1312
<i>D/q:</i> financiadas pelo Tesouro	34	126	87	65	96	155	208	418
Financiadas por fontes externas	185	776	979	1201	1638	1334	1153	895
Gastos sociais relacionados à Iniciativa HIPC	53	33	21	29	35	41	41	41
Saldo primário	360	-609	-424	-547	-478	-747	-751	-227
Saldo orçamental global (base de compromissos)	383	-586	-408	-524	-446	-713	-717	-194
Variação líquida nos atrasados, <i>float</i> e discrepâncias estatísticas (redução = -)	52	35	-58	25	0	0	0	0
Atrasados externos	0	0	0	0	0	0	0	0
Atrasados internos	21	0	0	65	0	0	0	0
<i>Float</i> e discrepâncias estatísticas	31	35	-58	-40	0	0	0	0
Saldo orçamental global (base de caixa)	435	-552	-466	-499	-446	-713	-717	-194
Financiamento	-435	552	466	499	446	713	717	194
Externo líquido	-473	348	246	461	629	645	662	673
Desembolsos (projectos)	20	388	293	528	676	694	711	750
Financiamento programático (empréstimos)	30	0	1	1	0	0	0	0
Empréstimos de curto prazo líquidos	0	0	0	0	0	0	0	0
Amortização programada	-530	-75	-48	-68	-47	-49	-50	-76
Variação nos atrasados (capital)	0	0	0	0	0	0	0	0
Reescalamento bilateral	7	2	0	0	0	0	0	0
Economias de fluxos da HIPC	0	32	0	0	0	0	0	0
Interno líquido	38	203	220	38	-183	68	55	-479
Crédito bancário líquido ao governo	-272	170	220	38	-183	68	55	-479
Crédito do sistema bancário (excl. Conta Nacional do Petróleo)	-301	149	201	51	0	0	0	-13
<i>D/q:</i> Conta de privatização ¹	-309	196	13	0	0	0	0	0
Conta Nacional do Petróleo	29	21	18	-13	-183	68	55	-466
Financiamento não bancário	310	33	0	0	0	0	0	0
Défice de financiamento	0	0	0	0	0	0	0	0
Por memória:								
Saldo primário interno ²	-188	-254	-152	-133	-164	-178	-193	-273
Alívio da dívida MDRI (fluxo em milhões de USD)	1,8	1,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo da conta de privatização (milhões de USD)	21,0	5,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo da CNP (milhões de USD, excl. transferências ao orçamento)	12,0	9,7	7,8	8,3	17,6	14,2	11,5	35,4

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Para 2008, inclui os proventos da privatização da participação do Estado na empresa de distribuição de combustíveis (ENCO), no montante de USD 32 milhões. Deste total, USD 10 milhões foram utilizados para amortizar parte da dívida da ENCO com a Sonangol, USD 0,96 milhões foram usados na auditoria da operação e USD 21,4 milhões foram colocados no banco central para reforçar as reservas.

² Exclui as receitas relacionadas ao petróleo, juros auferidos, pagamentos de juros programados e despesas de capital financiadas com recursos externos.

Tabela 3. São Tomé e Príncipe: Operações Financeiras do Governo Central, 2008–15
(Percentagem do PIB)

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	Efectivo			Est.		Projecções		
Total da receita e donativos	45,4	31,2	38,1	37,1	44,8	32,7	29,2	27,1
Total da receita	16,5	16,6	18,2	18,0	17,4	18,4	19,0	16,1
Receitas fiscais	15,2	14,5	16,6	16,6	16,4	17,1	17,6	15,1
Receitas não fiscais	1,2	2,1	1,6	1,4	1,1	1,3	1,4	1,1
<i>D/q: Programa petrolífero com a Nigéria</i>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Donativos	28,9	14,6	19,9	18,3	23,5	14,3	10,2	3,9
Donativos a projectos	6,1	12,2	18,5	15,4	19,0	11,0	6,8	1,6
Donativos não destinados a projectos	3,7	0,4	0,7	1,9	3,6	2,6	2,7	1,6
Donativos relacionados à Iniciativa HIPC	19,1	2,1	0,7	1,0	0,8	0,7	0,8	0,7
Bónus de assinatura do petróleo	0,0	0,0	0,0	0,8	4,0	0,0	0,0	0,0
Receita do petróleo	7,1
Total da despesa	31,2	49,6	49,1	49,0	53,6	45,0	40,2	29,2
Despesa primária interna	23,5	24,6	22,3	21,0	20,7	21,4	21,9	19,1
Despesas correntes	21,1	20,3	19,8	19,4	18,7	18,6	18,6	14,5
<i>D/q: custos com pessoal</i>	8,1	7,9	8,3	8,4	8,3	8,3	8,3	6,5
Juros devidos	0,9	0,7	0,4	0,5	0,6	0,6	0,5	0,4
Bens e serviços	6,1	6,1	5,1	5,3	4,4	4,4	4,4	3,4
Transferências	4,6	4,5	5,2	4,1	4,7	4,7	4,7	3,6
Outras despesas correntes	1,4	1,0	0,8	1,0	0,7	0,7	0,7	0,5
Despesas de capital	8,1	28,3	28,7	28,9	34,3	25,7	21,0	14,3
<i>D/q: Financiadas pelo Tesouro</i>	1,3	4,0	2,3	1,5	1,9	2,7	3,2	4,6
Financiadas por fontes externas	6,9	24,4	26,3	27,5	32,4	23,0	17,8	9,7
Gastos sociais relacionados à Iniciativa HIPC	2,0	1,0	0,6	0,7	0,7	0,7	0,6	0,4
Saldo primário	13,3	-19,1	-11,4	-12,5	-9,4	-12,9	-11,6	-2,5
Saldo orçamental global (base de compromissos)	14,2	-18,4	-11,0	-12,0	-8,8	-12,3	-11,1	-2,1
Variação líquida nos atrasados, <i>float</i> e discrepâncias estatísticas (redução)	1,9	1,1	-1,6	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0
Atrasados externos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Atrasados internos	0,8	0,0	0,0	1,5	0,0	0,0	0,0	0,0
<i>Float</i> e discrepâncias estatísticas	1,1	1,1	-1,6	-0,9	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo orçamental global (base de caixa)	16,1	-17,3	-12,5	-11,4	-8,8	-12,3	-11,1	-2,1
Financiamento	-16,1	17,3	12,5	11,4	8,8	12,3	11,1	2,1
Externo líquido	-17,6	10,9	6,6	10,5	12,4	11,1	10,2	7,3
Desembolsos (projectos)	0,7	12,2	7,9	12,1	13,4	12,0	11,0	8,2
Financiamento programático (empréstimos)	1,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Empréstimos de curto prazo líquidos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Amortização programada	-19,7	-2,3	-1,3	-1,6	-0,9	-0,8	-0,8	-0,8
Variação nos atrasados (capital)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Reescalamento bilateral	0,3	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Economias de fluxos da HIPC	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Interno líquido	1,4	6,4	5,9	0,9	-3,6	1,2	0,9	-5,2
Crédito bancário líquido ao governo	-10,1	5,3	5,9	0,9	-3,6	1,2	0,9	-5,2
Crédito do sistema bancário (excl. Conta Nacional do Petróleo)	-11,2	4,7	5,4	1,2	0,0	0,0	0,0	-0,1
<i>D/q: Conta de privatização</i> ¹	-11,5	6,2	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Conta Nacional do Petróleo	1,1	0,6	0,5	-0,3	-3,6	1,2	0,9	-5,1
Financiamento não bancário	11,5	1,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Défice de financiamento	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Por memória:								
Saldo primário interno ²	-7,0	-8,0	-4,1	-3,0	-3,2	-3,1	-3,0	-3,0
Alívio da dívida MDRI (fluxo em milhões de USD)	1,8	1,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo da conta de privatização (milhões de USD)	21,0	5,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo da CNP (milhões de USD, excl. transferências ao orçamento)	12,0	9,7	7,8	8,3	17,6	14,2	11,5	35,4
PIB nominal (mil milhões de Dobras)	2.696	3.185	3.719	4.376	5.063	5.801	6.488	9.183

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

¹ Para 2008, inclui os proventos da privatização da participação do Estado na empresa de distribuição de combustíveis (ENCO), no montante de USD 32 milhões. Deste total, USD 10 milhões foram utilizados para amortizar parte da dívida da ENCO com a Sonangol, USD 0,96 milhões foram usados na auditoria da operação e USD 21,4 milhões foram colocados no banco central para reforçar as reservas.

² Exclui as receitas relacionadas ao petróleo, juros auferidos, pagamentos de juros programados e despesas de capital financiadas com recursos externos.

Tabela 4. São Tomé e Príncipe: Síntese das Contas do Banco Central, 2008–15
(Mil milhões de Dobras)

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	Efectivo				Projeções			
Activos externos líquidos	1.199	1.228	998	891	1.070	1.054	1.054	1.628
Crédito a não residentes	1.306	1.668	1.311	1.385	1.410	1.417	1.410	1.985
Reservas internacionais oficiais ¹	1.111	1.284	1.052	1.148	1.160	1.164	1.156	1.730
Outros activos externos	195	385	259	237	250	253	254	255
Passivos com não residentes	-107	-440	-313	-494	-340	-363	-355	-358
Passivos de curto prazo com não residentes	-93	-91	-110	-287	-129	-151	-143	-144
Outros passivos externos ¹	-15	-348	-203	-207	-211	-212	-213	-214
Activos internos líquidos	-703	-622	-439	-337	-494	-433	-360	-860
Crédito interno líquido	-393	-211	14	70	-106	-38	72	-465
Crédito a outras sociedades de depósitos	1	1	9	1	1	1	1	1
Crédito líquido ao governo central	-406	-232	-23	35	-145	-80	28	-510
Crédito ao governo central	126	157	258	262	266	267	267	268
D/q: uso de DSE/PRGF	82	113	211	215	219	220	221	222
Passivos com o governo central	-532	-389	-281	-228	-411	-347	-239	-779
Depósitos do governo central	-89	-42	-33	-25	-25	-25	-25	-38
Recursos de contrapartida	-22	-30	-43	-30	-30	-30	-30	-30
Depósitos em divisas	-420	-318	-205	-173	-356	-292	-184	-711
D/q: Conta Nacional do Petróleo	-183	-163	-145	-157	-340	-276	-224	-695
Crédito a outros sectores	13	20	28	35	39	41	43	45
Outras rubricas (líquido)	-311	-411	-454	-407	-388	-395	-432	-395
Base monetária	496	606	558	554	577	621	694	768
Emissão monetária	141	167	191	204	171	185	206	228
Reservas bancárias	355	439	367	350	405	436	488	540
D/q: moeda nacional	143	144	297	268	320	344	385	426
D/q: moeda estrangeira	212	295	71	82	85	92	103	114
Por memória:								
Reservas internacionais brutas (milhões de USD) ²	47,0	49,0	39,3	39,7	28,8	31,8	33,4	39,5
Meses de importações de bens e serviços não factoriais ³	7,9	6,6	4,5	4,6	3,3	3,5	3,6	3,8
Reservas internacionais líquidas (milhões de USD) ⁴	40,9	43,5	33,3	24,6	22,1	24,0	26,1	32,2
Meses de importações de bens e serviços não factoriais ³	6,9	5,9	3,8	2,8	2,5	2,6	2,8	3,1
Conta Nacional do Petróleo (milhões de USD)	12,0	9,7	7,8	8,3	17,6	14,2	11,5	35,4
Reservas em divisas dos bancos comerciais (milhões de USD)	13,9	17,5	3,8	4,3	4,4	4,7	5,3	5,8
Depósitos garantidos (milhões de USD)	0,0	0,0	1,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Base monetária (variação percentual anual)	18,9	22,3	-7,9	-0,7	4,1	7,7	11,8	10,6

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projecções do corpo técnico do FML.

¹ Para 2009, inclui uma nova afectação de DSE 6,5 milhões.

² As reservas internacionais brutas excluem a Conta Nacional do Petróleo e os depósitos em divisas dos bancos comerciais que se destinam a pagar a taxa de licenciamento ou cumprir os requisitos de capital.

³ Importações de bens e serviços não factoriais excl. as importações de bens de investimento e assistência técnica.

⁴ As reservas internacionais líquidas excluem a Conta Nacional do Petróleo e os depósitos em divisas dos bancos comerciais no BCSTP que se destinam a cumprir as exigências de capital ou de RMC ou a pagar a taxa de licenciamento.

Tabela 5. São Tomé e Príncipe: Síntese Monetária, 2008–15

(Mil milhões de Dobras)

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	Efectivo				Projeções			
Activos externos líquidos	1.418	1.279	1.364	1.214	1.365	1.328	1.640	2.213
Activos externos líquidos do BCSTP	1.199	1.228	998	891	1.070	1.054	1.054	1.628
Activos externos líquidos das outras soc. de depósitos	219	50	367	323	295	275	585	586
Activos internos líquidos	-373	-148	50	313	296	584	457	759
Crédito interno líquido	334	810	1.466	1.733	1.635	1.833	2.089	2.305
Crédito líquido ao governo central	-450	-280	-60	-22	-212	-149	-44	-586
Crédito ao governo central	127	158	261	267	267	268	269	270
Passivos com o governo central	-577	-438	-321	-290	-479	-417	-313	-856
Depósitos orçamentais	-89	-42	-33	-25	-25	-25	-25	-38
Recursos de contrapartida	-22	-30	-43	-30	-30	-30	-30	-30
Depósitos em divisas	-465	-366	-245	-235	-424	-363	-258	-788
<i>D/q: Conta Nacional do Petróleo</i>	-183	-163	-145	-157	-340	-276	-224	-695
Crédito a outros sectores	784	1.090	1.526	1.756	1.847	1.982	2.133	2.891
<i>D/q: crédito em moeda estrangeira</i>	572	739	1.099	1.120	1.098	1.178	1.269	1.728
<i>(Em milhões de USD)</i>	38	44	59	59	57	61	65	88
Outras rubricas (líquido)	-707	-958	-1.415	-1.420	-1.339	-1.249	-1.631	-1.546
Massa monetária (M3)	1.045	1.130	1.415	1.527	1.661	1.913	2.099	2.975
Passivos em moeda nacional incluídos em M2	534	553	585	703	755	869	943	1.354
Moeda (M1)	429	437	562	654	719	828	898	1.290
Em circulação	120	149	163	177	196	225	244	351
Depósitos transferíveis em Dobras	309	288	399	477	523	603	653	939
Outros depósitos em Dobras	105	116	23	48	36	41	45	64
Depósitos em divisas	511	578	829	824	906	1.043	1.157	1.621
Por memória:								
Velocidade (rácio PIB/M3; fim do período)	2,6	2,8	2,6	2,9	3,0	3,0	3,1	3,1
Multiplicador monetário (M3/M0)	2,1	1,9	2,5	2,8	2,9	3,1	3,0	3,9
Base monetária (taxa de crescimento, 12 meses)	18,9	22,3	-7,9	-0,7	4,1	7,7	11,8	10,6
Crédito a outros sectores residentes (taxa de cresc. em 12 meses)	22,8	39,1	40,0	15,1	5,2	7,3	7,6	35,5
M3 (taxa de crescimento em 12 meses) ¹	36,8	8,2	25,1	8,0	8,8	15,2	9,6	41,7

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

¹ Os dados monetários revisados dos bancos comerciais a partir de Janeiro de 2010 não são comparáveis às séries históricas.

Tabela 6. São Tomé e Príncipe: Indicadores de Solidez Financeira, 2008–12
(Porcentagem)

	2008	2009	2010	2011	2012
	Dezembro	Dezembro	Dezembro	Dezembro	Março
Adequação dos fundos próprios					
Capital regulamentar/activos ponderados pelo risco					
Percentagem de bancos com capital igual ou superior a 10%	71,40	85,70	85,70	100,00	100,00
Percent. de bancos com capital inferior a 10% e superior ao mínimo de 6%		
Percentagem de bancos com capital inferior ao mínimo de 6%	28,60	14,30	14,30		
Capital (património líquido)/activos	24,70	23,20	27,90	28,00	25,12
Depósitos nos bancos com capital inferior ao mínimo de 6%		
Qualidade dos ativos					
Empréstimos em moeda estrangeira/total de empréstimos	74,20	73,00	77,50	67,08	64,16
Empréstimos mal parados	19,30	10,20	9,73	14,83	20,92
Provisões como percentagem dos empr. mal parados	10,90	24,00	42,20	46,05	37,04
Lucros e rentabilidade					
Lucros líquidos antes dos impostos/rendimento líquido	-13,10	-1,20			
Rendibilidade dos activos	-1,00	0,10	0,70	0,07	0,02
Rendibilidade do capital	-3,70		1,80	0,23	0,09
Despesas (incl. amortização e provisões)/rendimento	109,30	98,20	98,20	97,48	98,92
Liquidez					
Activos líquidos/total do activo	19,70	18,40	21,90	21,43	27,74
Activos líquidos/passivo de curto prazo			36,10	36,18	43,70
Empréstimos/total do passivo			109,73	103,04	117,42
Passivos em moeda estrangeira/total do activo	71,00	73,10	57,40	59,22	60,58
Empréstimos/depósitos			104,20	114,15	101,14
Sensibilidade ao risco de mercado					
Passivo em moeda estrangeira/capitais próprios	215,70	274,00	203,80	101,78	118,67

Fonte: Autoridades são-tomenses.

Tabela 7. São Tomé e Príncipe: Balança de Pagamentos, 2008–15
(Milhões de USD)

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	Efectivo			Est.	Projeções			
Balança comercial	-84,3	-74,6	-92,5	-103,7	-105,4	-105,0	-107,2	-57,3
Exportações, FOB	7,8	9,2	10,9	10,6	11,5	10,0	10,9	118,9
<i>D/q:</i> petróleo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	108,1
Cacau	5,0	5,4	4,3	5,3	4,6	4,5	5,2	4,8
Reexportação	2,2	3,0	5,2	5,1	6,4	5,0	5,2	5,4
Importações, FOB	-92,2	-83,8	-103,4	-114,3	-116,8	-115,0	-118,1	-176,2
<i>D/q:</i> alimentos	-24,2	-29,0	-31,9	-33,6	-32,6	-32,8	-33,6	-35,0
Produtos petrolíferos	-22,1	-14,7	-18,4	-25,2	-25,8	-25,2	-25,9	-27,1
Bens de investimento	-35,3	-30,0	-38,0	-40,2	-44,1	-40,9	-40,6	-26,6
Serviços e rendimentos (líquido)	-11,8	-8,9	-11,8	-12,5	-19,4	-11,7	-8,7	-21,1
Exportações de serviços não factoriais	9,7	10,4	13,4	18,5	21,2	25,4	30,8	53,2
<i>D/q:</i> viagens e turismo	7,7	8,3	11,1	15,1	17,7	21,8	26,7	35,8
Importações de serviços não factoriais	-21,4	-19,0	-25,9	-31,1	-41,3	-38,0	-40,4	-66,7
Serviços factoriais (líquido)	-0,1	-0,3	0,6	0,2	0,8	0,9	0,9	-7,6
<i>D/q:</i> relacionados ao petróleo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-8,6
Transferências privadas (líquido)	-0,2	-0,9	2,8	2,9	2,9	3,0	3,0	3,1
Transferências oficiais (líquido)	56,0	34,3	46,1	50,3	64,1	44,9	36,0	20,3
<i>D/q:</i> donativos para projectos	11,2	23,9	37,1	38,2	50,3	32,9	22,7	7,4
Donativos relacionados à Iniciativa HIPC	35,1	4,1	1,5	2,4	2,2	2,1	2,5	3,4
Saldo da conta corrente								
Incl. transferências oficiais	-40,4	-50,0	-55,5	-63,0	-57,7	-68,8	-76,8	-55,0
Excl. transferências oficiais	-96,4	-84,4	-101,6	-113,3	-121,8	-113,7	-112,8	-75,3
Conta de capital e financeira	70,4	72,2	51,8	82,9	65,3	68,3	76,1	84,1
Transferências de capital ¹	34,8	79,4	0,0	3,2	0,0	0,0	0,0	0,0
Conta financeira	35,6	-7,2	51,8	79,7	65,3	68,3	76,1	84,1
Sector público (líquido)	1,1	26,5	18,0	26,9	15,7	4,6	8,4	1,5
Empréstimos para projectos	1,9	2,7	2,3	2,9	3,3	2,4	1,5	1,0
Empréstimos para programas	2,0	0,3	0,1	0,0	0,0	0,0	4,6	4,6
Amortização	-2,0	-1,3	-1,2	-1,7	-2,6	-2,7	-2,9	-3,5
Outros investimentos	-0,8	24,7	16,8	25,7	14,9	4,9	5,2	-0,7
<i>D/q:</i> transferências para a ZDC	-0,1	-0,2	-0,1	-0,3	-0,5	-0,6	-0,6	-0,6
Sector privado (líquido)	34,4	-33,7	33,8	52,8	49,6	63,7	67,7	82,7
Investimento directo estrangeiro	79,0	21,0	50,7	38,3	22,5	25,0	27,9	30,3
<i>D/q:</i> Bónus de assinatura do petróleo	0,0	0,0	0,0	1,9	10,4	0,0	0,0	0,0
Investimento relacionado ao petróleo	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,0	0,0	102,9
Recuperação das desp. de capital relac. ao petróle.	0,0	0,0	0,0	-0,1	-0,1	0,0	0,0	-102,9
Bancos comerciais	-2,3	11,4	16,7	-2,6	-1,8	-1,1	15,9	-0,1
Capital privado de curto prazo	-42,2	-66,1	-33,5	17,1	28,9	39,8	24,0	52,5
Erros e omissões	-14,9	-12,1	-4,8	-24,3	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo global	15,1	10,1	-8,5	-4,5	7,6	-0,6	-0,7	29,1
Financiamento	-15,1	-10,1	8,5	4,5	-7,6	0,6	0,7	-29,1
Variação nas reservas oficiais, excl. CNP (aumento = -)	-18,5	-2,8	6,0	4,9	1,2	-3,3	-2,2	-5,2
Uso dos recursos do Fundo (líquido)	0,7	0,5	0,6	0,0	0,6	0,5	0,2	0,1
Compras	0,7	0,5	0,6	0,0	0,6	1,1	1,1	1,1
Recompras (incl. reembolso MDRI)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-0,6	-1,0	-1,1
Conta Nacional do Petróleo (aumento = -)	2,7	2,4	1,9	-0,5	-9,3	3,4	2,7	-24,0
Financiamento excepcional ²	0,0	-10,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Déficit de financiamento	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Por memória:								
Saldo da conta corrente (percentagem do PIB)								
Antes das transferências oficiais	-52,5	-42,9	-50,5	-45,6	-46,0	-38,0	-33,9	-16,0
Após as transferências oficiais	-22,0	-25,5	-27,6	-25,4	-21,8	-23,0	-23,1	-11,7
Rácio do serviço da dívida (percentagem das exportações) ³	56,3	19,9	10,6	18,4	10,6	11,7	11,3	3,1
Reservas internacionais brutas ^{4,5}								
Milhões de USD	47,0	49,0	39,3	39,7	28,8	31,8	33,4	39,5
Meses de importações de bens e serviços não factoriais ⁶	7,9	6,6	4,5	4,6	3,3	3,5	3,6	3,8

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

¹ Inclui o alívio da dívida MDRI.

² Para 2009, inclui uma nova afectação de DSE 6,5 milhões.

³ Em percentagem das exportações de bens e serviços não factoriais.

⁴ As reservas internacionais brutas excluem a Conta Nacional do Petróleo e os depósitos em divisas dos bancos comerciais no BCSTP que se destinam a cumprir as exigências de capital ou de RMC ou a pagar a taxa de licenciamento.

⁵ Para 2008, inclui os proventos da privatização da participação do Estado na empresa de distribuição de combustíveis (ENCO), no montante de USD 32 milhões. Deste total, USD 10 milhões foram utilizados para amortizar parte da dívida da ENCO com a Sonangol, USD 0,96 milhões foram usados na auditoria da operação e USD 21,4 milhões foram colocados no banco central para reforçar as reservas.

⁶ Importações de bens e serviços não factoriais excl. as importações de bens de investimento e assistência técnica.

Tabela 8. São Tomé e Príncipe: Balança de Pagamentos, 2008–15
(Percentagem do PIB)

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	Efectivo			Est.	Projeções			
Balança comercial	-46,0	-37,9	-46,0	-41,8	-39,8	-35,1	-32,2	-12,2
Exportações, FOB	4,3	4,7	5,4	4,3	4,3	3,4	3,3	25,3
<i>D/q:</i> petróleo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	23,0
Cacau	2,7	2,8	2,2	2,1	1,7	1,5	1,5	1,0
Reexportação	1,2	1,5	2,6	2,1	2,4	1,7	1,6	1,2
Importações, FOB	-50,2	-42,6	-51,4	-46,0	-44,1	-38,5	-35,5	-37,5
<i>D/q:</i> alimentos	-13,2	-14,8	-15,9	-13,5	-12,3	-11,0	-10,1	-7,5
Produtos petrolíferos	-12,1	-7,5	-9,1	-10,2	-9,7	-8,4	-7,8	-5,8
Bens de investimento	-19,2	-15,2	-18,9	-16,2	-16,7	-13,7	-12,2	-5,7
Serviços e rendimentos (líquido)	-6,4	-4,5	-5,9	-5,0	-7,3	-3,9	-2,6	-4,5
Exportações de serviços não factoriais	5,3	5,3	6,7	7,4	8,0	8,5	9,2	11,3
<i>D/q:</i> viagens e turismo	4,2	4,2	5,5	6,1	6,7	7,3	8,0	7,6
Importações de serviços não factoriais	-11,7	-9,7	-12,9	-12,5	-15,6	-12,7	-12,1	-14,2
Serviços factoriais (líquido)	0,0	-0,1	0,3	0,1	0,3	0,3	0,3	-1,6
<i>D/q:</i> relacionados ao petróleo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-1,8
Transferências privadas (líquido)	-0,1	-0,5	1,4	1,2	1,1	1,0	0,9	0,7
Transferências oficiais (líquido)	30,5	17,5	22,9	20,3	24,2	15,0	10,8	4,3
<i>D/q:</i> donativos a projectos	6,1	12,2	18,5	15,4	19,0	11,0	6,8	1,6
Donativos relacionados à Iniciativa HIPC	19,1	2,1	0,7	1,0	0,8	0,7	0,8	0,7
Saldo da conta corrente								
Incl. transferências oficiais	-22,0	-25,5	-27,6	-25,4	-21,8	-23,0	-23,1	-11,7
Excl. transferências oficiais	-52,5	-42,9	-50,5	-45,6	-46,0	-38,0	-33,9	-16,0
Conta de capital e financeira	38,3	36,8	25,8	33,4	24,7	22,8	22,8	17,9
Transferências de capital ¹	19,0	40,4	0,0	1,3	0,0	0,0	0,0	0,0
Conta financeira	19,4	-3,6	25,8	32,1	24,7	22,8	22,8	17,9
Sector público (líquido)	0,6	13,5	8,9	10,8	5,9	1,5	2,5	0,3
Empréstimos para projectos	1,0	1,4	1,1	1,2	1,3	0,8	0,4	0,2
Empréstimos para programas	1,1	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	1,4	1,0
Amortização	-1,1	-0,6	-0,6	-0,7	-1,0	-0,9	-0,9	-0,7
Outros investimentos	-0,4	12,6	8,4	10,4	5,6	1,6	1,6	-0,1
<i>D/q:</i> transferências para a ZDC	-0,1	-0,1	0,0	-0,1	-0,2	-0,2	-0,2	-0,1
Sector privado (líquido)	18,8	-17,1	16,8	21,3	18,7	21,3	20,3	17,6
Investimento directo estrangeiro	43,0	10,7	25,2	15,4	8,5	8,4	8,4	6,4
<i>D/q:</i> bónus de assinatura do petróleo	0,0	0,0	0,0	0,7	3,9	0,0	0,0	0,0
Investimento relacionado ao petróleo	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,0	0,0	21,9
Recuperação das desp. de capital relac. ao petróleo	0,0	0,0	0,0	-0,1	-0,1	0,0	0,0	-21,9
Bancos comerciais	-1,3	5,8	8,3	-1,1	-0,7	-0,4	4,8	0,0
Capital privado de curto prazo	-23,0	-33,6	-16,7	6,9	10,9	13,3	7,2	11,2
Erros e omissões	-8,1	-6,1	-2,4	-9,8	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo global	8,2	5,2	-4,2	-1,8	2,9	-0,2	-0,2	6,2
Financiamento	-8,2	-5,2	4,2	1,8	-2,9	0,2	0,2	-6,2
Variação nas reservas oficiais, excl. CNP (aumento = -)	-10,1	-1,4	3,0	2,0	0,4	-1,1	-0,7	-1,1
Uso dos recursos do Fundo (líquido)	0,4	0,3	0,3	0,0	0,2	0,2	0,1	0,0
Compras	0,4	0,3	0,3	0,0	0,2	0,4	0,3	0,2
Recompras (incl. reembolso MDRI)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-0,2	-0,3	-0,2
Conta Nacional do Petróleo (aumento = -)	1,5	1,2	0,9	-0,2	-3,5	1,1	0,8	-5,1
Financiamento excepcional ²	0,0	-5,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Défice de financiamento	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Por memória:								
Rácio do serviço da dívida (percentagem das exportações) ³	56,3	19,9	10,6	18,4	10,6	11,7	11,3	3,1
Reservas internacionais brutas ^{4,5}								
Milhões de USD	47,0	49,0	39,3	39,7	28,8	31,8	33,4	39,5
Meses de importações de bens e serviços não factoriais ⁶	7,9	6,6	4,5	4,6	3,3	3,5	3,6	3,8

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

¹ Inclui o alívio da dívida MDRI.

² Para 2009, inclui uma nova afectação de DSE 6,5 milhões.

³ Em percentagem das exportações de bens e serviços não factoriais.

⁴ As reservas internacionais líquidas excluem a Conta Nacional do Petróleo e os depósitos em divisas dos bancos comerciais no BCSTP que se destinam a cumprir as exigências de capital e de RMC ou a pagar a taxa de licenciamento.

⁵ Para 2008, inclui os proventos da privatização da participação do Estado na empresa de distribuição de combustíveis (ENCO), no montante de USD 32 milhões. Deste total, USD 10 milhões foram utilizados para amortizar parte da dívida da ENCO com a Sonangol, USD 0,96 milhões foram usados na auditoria da operação e USD 21,4 milhões foram colocados no banco central para reforçar as reservas.

⁶ Importações de bens e serviços não factoriais excl. as importações de bens de investimento e assistência técnica.

Tabela 9. São Tomé e Príncipe: Necessidades e Fontes de Financiamento Externo, 2008–15
(Milhões de USD)

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	Efectivo			Est.		Projeções		
Necessidades brutas de financiamento	-117,6	-63,6	-79,9	-84,3	-108,4	-115,5	-113,6	-85,7
Conta corrente, excl transferências oficiais	-96,4	-84,4	-101,6	-113,3	-121,8	-113,7	-112,8	-75,3
Exportações, FOB	7,8	9,2	10,9	10,6	11,5	10,0	10,9	118,9
Importações, FOB	-92,2	-83,8	-103,4	-114,3	-116,8	-115,0	-118,1	-176,2
Serviços e rendimentos (líquido)	-11,8	-8,9	-11,8	-12,5	-19,4	-11,7	-8,7	-21,1
Transferências privadas	-0,2	-0,9	2,8	2,9	2,9	3,0	3,0	3,1
Conta financeira	-2,8	23,5	15,6	24,0	12,3	1,6	1,4	-5,2
Amortização programada ¹	-2,0	-1,3	-1,2	-1,7	-2,6	-2,7	-2,9	-3,5
Reembolsos ao FMI ²	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-0,6	-1,0	-1,1
Outros fluxos do sector público (líquido)	-0,8	24,7	16,8	25,7	14,9	4,9	5,2	-0,7
Variação nas reservas externas (- = aumento) ³	-18,5	-2,8	6,0	4,9	1,2	-3,3	-2,2	-5,2
Financiamento disponível	117,6	63,6	79,9	84,3	108,4	115,5	113,6	85,7
Fundo Nacional do Petróleo (líquido)	2,7	2,4	1,9	1,4	1,1	3,4	2,7	-24,0
Bónus de assinatura do petróleo	0,0	0,0	0,0	1,9	10,4	0,0	0,0	0,0
Poupança (- = acum. do fundo de reserva petrol.)	2,7	2,4	1,9	-0,5	-9,3	3,4	2,7	-24,0
Desembolsos previstos	94,7	116,8	48,4	56,4	67,5	47,2	42,1	25,9
Assistência intercalar multilateral HIPC	35,1	4,1	1,5	2,4	2,2	2,1	2,5	3,4
Transferências de capital ^{1,2}	34,8	79,4	0,0	3,2	0,0	0,0	0,0	0,0
Donativos ⁴	20,8	30,3	44,6	47,9	61,9	42,7	33,5	16,9
Empréstimos concessionais	3,9	3,0	2,3	2,9	3,3	2,4	6,1	5,6
Empréstimos para projectos	1,9	2,7	2,3	2,9	3,3	2,4	1,5	1,0
Empréstimos para programas	2,0	0,3	0,1	0,0	0,0	0,0	4,6	4,6
Sector privado (líquido)	19,5	-45,8	29,0	26,6	39,3	63,7	67,7	82,7
FMI ³	0,7	0,5	0,6	0,0	0,6	1,1	1,1	1,1
Défice de financiamento	0,0	-10,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financiamento excepcional ³	0,0	-10,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Défice de financiamento residual	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

¹Inclui o alívio da dívida MDRI.

²Inclui o alívio da dívida do FMI ao abrigo da MDRI como uma redução do stock da dívida.

³Para 2009, inclui uma nova afectação de DSE 6,5 milhões.

⁴Inclui a receita do programa petrolífero com a Nigéria.

Tabela 10. São Tomé e Príncipe: Principais Indicadores Económicos, 2008–15
(Cenário não petrolífero; Variação percentual anual, salvo indicação em contrário)

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	Efectivo		Est.		Projeções			
Rendimento nacional e preços								
PIB a preços constantes	9,1	4,0	4,5	4,9	4,5	5,0	5,5	6,0
Preços no consumidor								
Fim do período	24,8	16,1	12,9	11,9	8,3	6,0	4,0	3,0
Média do período	32,0	17,0	13,3	14,3	9,6	7,1	5,0	3,5
Comércio externo								
Exportações de bens e serviços não factoriais	29,6	12,0	24,0	19,5	12,3	10,4	21,4	15,1
Importações de bens e serviços não factoriais	36,0	-9,5	25,8	12,5	8,8	-13,8	2,6	7,2
Taxa de câmbio (Dobras por USD; fim do período) ¹	15.228	16.814	18.651	19.008
Taxa de câmbio efectiva real (depreciação = -)	13,2	12,0	-2,8	11,7
Moeda e crédito								
Base monetária	18,9	22,3	-7,9	-0,7	4,1	7,7	2,3	-0,1
Massa monetária (M3)	36,8	8,2	25,1	8,0	8,8	15,2	8,6	9,1
Crédito à economia	22,8	39,1	40,0	15,1	5,2	6,8	7,1	5,7
Velocidade (PIB/M3; fim do período)	2,6	2,8	2,6	2,9	3,0	3,0	3,1	3,1
Taxa de juro de referência do banco central (%)	28,0	16,0	15,0	15,0
Taxa de juro activa (%)	32,4	31,1	28,9	27,0
Taxa de juro passiva (%)	12,8	11,9	11,0	12,4
Finanças públicas								
Total da receita, donat. e bónus de assinat. do petróleo ²	45,4	31,2	38,1	37,1	44,8	32,9	29,6	29,6
D/q: receitas fiscais	15,2	14,5	16,6	16,6	16,4	17,1	18,1	18,1
Receitas não fiscais	1,2	2,1	1,6	1,4	1,1	1,3	1,4	1,4
Donativos	28,9	14,6	19,9	18,3	23,5	14,4	10,0	10,2
Bónus de assinatura do petróleo	0,0	0,0	0,0	0,8	4,0	0,0	0,0	0,0
Receitas do petróleo	0,0
Total da despesa e concessão líquida de empréstimos	31,2	49,6	49,1	49,0	53,6	45,2	40,5	39,6
D/q: custos com pessoal	8,1	7,9	8,3	8,4	8,3	8,3	8,3	8,5
Despesa corrente excl. juros e custos com pessoal	12,1	11,7	11,1	10,5	9,8	9,8	9,9	9,7
Despesas de capital custeadas pelo Tesouro	1,3	4,0	2,3	1,5	1,9	2,7	3,1	2,8
Despesas de capital custeadas por doadores	6,9	24,4	26,3	27,5	32,4	23,1	17,9	17,6
Saldo primário interno ³	-7,0	-8,0	-4,1	-3,0	-3,2	-3,1	-2,5	-2,0
Saldo global (base de compromissos)	14,2	-18,4	-11,0	-12,0	-8,8	-12,4	-10,9	-10,0
Sector externo								
Saldo da conta corrente								
Incl. transferências oficiais	-22,0	-25,5	-27,6	-25,4	-21,8	-16,3	-16,4	-15,5
Excl. transferências oficiais	-52,5	-42,9	-50,5	-45,6	-46,0	-32,4	-27,9	-26,7
VA da dívida externa	10,5	18,1	33,7	33,5	36,9	33,3	30,7	30,5
Serviço da dívida externa (% das exportações) ⁴	56,3	19,9	10,6	18,4	10,6	11,5	10,8	10,7
Exportações de bens e serv. não factoriais (milhões de USC)	17,5	19,6	24,3	29,0	32,6	36,0	43,8	50,3
Reservas internacionais brutas ^{5, 6, 7}								
Milhões de USD	47,0	49,0	39,3	39,7	28,8	31,8	33,9	40,5
Meses de import. de bens e serviços não factoriais ⁸	7,9	6,6	4,5	4,6	3,8	4,1	4,2	4,8
Conta Nacional do Petróleo (milhões de USD)	12,0	9,7	7,8	8,3	17,6	14,2	11,5	9,3
Por memória:								
PIB								
Mil milhões de Dobras	2.696	3.185	3.719	4.376	5.063	5.774	6.427	7.003
Milhões de USD	183,5	196,5	201,0	248,3	264,8	297,4	329,9	358,0

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

¹ O ponto médio da taxa do BCSTP.

² Inclui o alívio da dívida no âmbito das iniciativas HIPC e MDRI.

³ Excl. receitas relacionadas ao petróleo, donativos, juros auferidos, pgtos. de juros programados e desp. de capital com financiamento externo.

⁴ Em percentagem das exportações de bens e serviços não factoriais. Inclui o alívio da dívida HIPC e MDRI.

⁵ As reservas internacionais brutas excluem a Conta Nacional do Petróleo e os depósitos em divisas dos bancos comerciais no BCSTP que se destinam a cumprir as exigências de capital ou de RMC ou a pagar a taxa de licenciamento.

⁶ Para 2008 e 2009, inclui os proventos da privatização da participação do Estado na empresa de distribuição de combustíveis (ENCO), no montante de USD 32 milhões. Deste total, USD 10 milhões foram utilizados para amortizar parte da dívida da ENCO com a Sonangol, USD 0,96 milhões foram usados na auditoria da operação e USD 21,4 milhões foram colocados no banco central para reforçar as reservas.

⁷ Para 2009, inclui uma nova afectação de DSE 6,5 milhões.

⁸ Importações de bens e serviços não factoriais excl. as importações de bens de investimento e assistência técnica.

Tabela 11. São Tomé e Príncipe: Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

	1990	1995	2000	2005	2010
Objectivo 1: Erradicar a pobreza extrema e a fome					
Parcela do rendimento detida pelos 20% mais pobres	--	--	5,23 ^{5/}	--	--
Prevalência de desnutrição, peso/idade (% dos menores de 5 anos)	--	--	10,1	--	13,1 ^{10/}
Hiato de pobreza a USD 1,25 por dia (PPC) (%)	--	--	7,87 ^{5/}	--	--
Proporção de pessoas que vivem com menos de USD 1,25 por dia (PPC) (% da população)	--	--	28,18 ^{5/}	--	--
Porcentagem da população nacional que vive abaixo da linha de pobreza, total	--	--	53,8 ^{5/}	--	66,2 ^{10/}
Prevalência de subnutrição (% da população)	14 ^{2/}	15 ^{3/}	8 ^{5/}	--	5 ^{9/}
Prevalência da fome (quilocalorias por pessoa por dia)	190 ^{2/}	190 ^{3/}	170 ^{6/}	--	160 ^{8/}
Emprego vulnerável, total (% do emprego total)	27 ^{1/}	--	--	--	--
Taxa de desemprego, total	--	--	14,4	--	16,7 ^{8/}
Objectivo 2: Atingir o ensino primário universal					
Taxa de alfabetização feminina (% das raparigas de 15-24 anos)	92 ^{1/}	--	94,85 ^{5/}	--	95,81 ^{10/}
Taxa de alfabetização masculina (% dos rapazes de 15-24 anos)	96 ^{1/}	--	95,97 ^{5/}	--	94,86 ^{10/}
Alunos que atingem o último ano de escolaridade primária, total (% da faixa)	--	--	58,83	68,91 ^{7/}	75,02 ^{8/}
Taxa de conclusão do ensino primário, total (% da faixa etária pertinente)	78	--	46,28 ^{4/}	74,34	85,31
Total de inscritos, ensino primário (% líquida)	97	--	87,59 ^{4/}	99,33	98,63
Objectivo 3: Promover a igualdade de género e a capacitação da mulher					
Proporção de assentos no parlamento nacional ocupados por mulheres (%)	12	--	9	9	18
Rácio entre raparigas e rapazes no ensino primário (%)	92	--	97 ^{4/}	97	100
Rácio entre raparigas e rapazes no ensino secundário (%)	--	--	--	107	103
Rácio entre raparigas e rapazes no ensino terciário (%)	--	--	--	--	98
Parcela de mulheres empregues no sector não agrícola (% do total do emprego não agrícola)	32 ^{1/}	--	--	--	--
Objectivo 4: Reduzir a mortalidade infantil					
Imunização, sarampo (% das crianças de 12-23 meses)	71	74	69	88	92
Taxa de mortalidade infantil (por mil nados vivos)	62	59	56	55	53
Taxa de mortalidade de menores de cinco anos (por 1 000)	95	90	86	83	80
Objectivo 5: Melhorar a saúde materna					
Taxa de fertilidade de adolescentes (nascimentos por mil mulheres de 15-19 anos)	--	--	87	72	62 ^{10/}
Partos assistidos por profissionais técnicos de saúde (% do total)	--	--	79	--	82 ^{10/}
Taxa de utilização de contraceptivos (% das mulheres de 15-49 anos)	--	--	29	--	38 ^{10/}
Mulheres grávidas que recebem atendimento pré-natal (%)	--	--	91	--	98 ^{10/}
Objectivo 6: Combater o HIV/SIDA, a malária e outras doenças					
Crianças c/febre que recebem medicamentos antimalária (% das crianças menores de 5 anos c/febre)	--	--	61	--	8 ^{10/}
Uso de mosquiteiros impregnados (% da população abaixo de 5 anos)	--	--	23	--	56 ^{10/}
Incidência de tuberculose (por 100 000 pessoas)	135	124	114	105	96
Taxa de detecção de casos de tuberculose (todas as formas)	11	--	60	85	76
Objectivo 7: Garantir a sustentabilidade ambiental					
Emissões de dióxido de carbono (em dólares PPC do PIB por kg)	--	--	0,62 ^{5/}	0,59	0,46 ^{9/}
Emissões de dióxido de carbono (em toneladas métricas per capita)	0,57	0,60	0,62	0,84	0,80 ^{9/}
Área florestal (% da área terrestre)	28	--	28	28	28
Acesso a saneamento melhorado (% da população com acesso)	--	20	21	24	26 ^{9/}
Acesso a uma fonte de água melhorada (% da população com acesso)	--	75	79	85	89 ^{9/}
Objectivo 8: Criar uma parceria global para o desenvolvimento					
Serviço da dívida (PGP e FMI apenas, % das exportações, excl. remessas dos trabalhadores)	29	27 ^{3/}	22	61	3
Uso da Internet (por 100 pessoas)	0,0	--	4,6	14	19
Assinaturas de telemóvel (por 100 pessoas)	0,0	0,0	0,0	8	62
AOD líquida recebida per capita (em dólares correntes)	466	657	247	213	189 ^{10/}
Linhas telefónicas (por 100 pessoas)	1,9	2,0	3,3	4,7	4,6
Outros					
Taxa de fertilidade, total (partos por mulher)	5,4	5,0	4,6	4,1	3,7 ^{10/}
RNB per capita, método Atlas (em dólares correntes)	--	--	--	770	1200
RNB, método Atlas (em milhões de dólares correntes)	--	--	--	118	199
Esperança de vida à nascença, total (anos)	62	63	62	63	64 ^{10/}
Taxa de alfabetização de adultos, total (% das pessoas acima de 15 anos)	73 ^{1/}	--	84 ^{5/}	--	89 ^{10/}
Taxa de alfabetização feminina (% das jovens de 15-24 anos)	94 ^{1/}	--	95 ^{5/}	--	95 ^{10/}
População, total (milhares)	116	128	140	153	165
Comércio (% do PIB)	--	--	--	--	--

Fonte: Indicadores do Desenvolvimento, do Banco Mundial.

1/ Corresponde a 1991 2/ Corresponde a 1992 3/ Corresponde a 1997 4/ Corresponde a 1999 5/ Corresponde a 2001
6/ Corresponde a 2002 7/ Corresponde a 2004 8/ Corresponde a 2007 9/ Corresponde a 2008 10/ Corresponde a 2009

Tabela 12. São Tomé e Príncipe: Cronograma de Desembolsos no âmbito do Acordo ECF, 2012–15

Data	Condições para o desembolso	Montante em DSE	% da quota
20/7/2012	Aprovação do acordo pelo Conselho.	370.000	5
15/4/2013	Observância dos CD para o fim de Dezembro de 2012 e conclusão da primeira avaliação.	370.000	5
15/10/2013	Observância dos CD para o fim de Junho de 2013 e conclusão da segunda avaliação.	370.000	5
15/4/2014	Observância dos CD para o fim de Dezembro de 2013 e conclusão da terceira avaliação.	370.000	5
15/10/2014	Observância dos CD para o fim de Junho de 2014 e conclusão da quarta avaliação.	370.000	5
15/4/2015	Observância dos CD para o fim de Dezembro de 2014 e conclusão da quinta avaliação.	370.000	5
15/6/2015	Observância dos CD para o fim de Março de 2015 e conclusão da sexta avaliação.	370.000	5
	Total	2.590.000	35

Fonte: FMI

Tabela 13. São Tomé e Príncipe: Critérios de Desempenho e Metas Indicativas para 2012–13
(Mil milhões de Dobras; acumulado desde ao início do ano, salvo indicação em contrário)

	2012		2013	
	Setembro	Dezembro	Março	Junho
	Metas indicativas	Critérios de desempenho ¹	Metas indicativas	Critérios de desempenho
	30-Sep-12	31-Dec-12	31-Mar-13	30-Jun-13
Critérios de desempenho:				
1 Limite inferior (piso) do saldo primário interno (conforme definido no MTE) ²	-99	-164	-47	-105
2 Limite superior (tecto) da variação do financiamento bancário líquido do governo central (à taxa de câmbio do programa) ^{2, 3, 4, 5, 9}	0	0	0	0
3 Piso das reservas internacionais líquidas do banco central (milhões de USD) ^{4, 5}	21,97	21,97	21,97	21,97
4 Tecto dos atrasados de pagamentos externos do governo central (stock, milhões de USD) ^{6, 9, 11, 12}	0	0	0	0
5 Tecto da captação ou garantia de nova dívida externa não concessional com vencimento original superior a um ano, pelo governo central ou pelo BCSTP (milhões de USD) ^{6, 7, 8, 9, 11, 12}	0	0	0	0
6 Tecto da dívida externa com vencimento original inferior a um ano contraída ou garantida pelo governo central ou pelo BCSTP (stock, milhões de USD) ^{6, 7, 8, 9, 12}	0	0	0	0
Metas indicativas:				
Tecto dos atrasados internos do governo central (stock, mil milhões de Dobras)	0	0	0	0
Tecto da base monetária em Dobras (stock, mil milhões de Dobras)	515	551	551	560
Despesas para redução da pobreza (com financiamento interno e externo)	213	285	73	146
Por memória:				
Transferências da CNP para o orçamento (milhões de USD)	1,2	1,2	3,5	3,5
Pagamentos líquidos do serviço da dívida externa (milhões de USD)	59	79	21	41
Apoio programático externo oficial (milhões de USD) ^{10, 11}	102	160	28	81
Despesas de capital custeadas pelo Tesouro (mil milhões de Dobras)	58	96	48	88

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI

¹ O desempenho nas datas de teste de Dezembro e Junho será avaliado na primeira e segunda avaliações, respectivamente.

² O tecto será ajustado em alta ou em baixa de acordo com as definições do MTE.

³ O tecto será ajustado em baixa pelo montante dos atrasados internos acumulados.

⁴ Exclui a Conta Nacional do Petróleo (CNP) no BCSTP.

⁵ O piso das reservas internacionais líquidas será ajustado em alta ou em baixa de acordo com as definições do MTE.

⁶ Este critério de desempenho aplica-se não apenas à dívida conforme definida no Ponto 9 das Directrizes do FMI sobre Critérios de Desempenho Referentes à Dívida Externa em Acordos com o Fundo, adoptadas pela Decisão No. 6230-(79/140) do Conselho de Administração do FMI (conforme modificada em 1 de Dezembro de 2009), mas também aos compromissos contraídos ou garantidos cujo valor ainda não tenha sido recebido. Para mais informações sobre a definição da dívida e dos atrasados externos, consulte os parágrafos 14-16 do MTE.

⁷ Aplica-se apenas à dívida com um elemento concessional inferior a 50%, conforme definido no Ponto 8.g.i) das Directrizes do FMI sobre Critérios de Desempenho Referentes à Dívida Externa em Acordos com o Fundo, adoptadas pela Decisão No. 6230-(79/140) do Conselho de Administração do FMI (conforme modificada em 1 de Dezembro de 2009). Para mais informações sobre a definição da concessionalidade, consulte a nota 6 do MTE.

⁸ A dívida é definida conforme o ponto 9 das Directrizes do FMI sobre Critérios de Desempenho Referentes à Dívida Externa em Acordos com o Fundo, adoptadas pela Decisão No. 6230-(79/140) do Conselho de Administração do FMI (conforme modificada em 1 de Dezembro de 2009). Para mais informações sobre a definição da dívida, consulte os

⁹ O termo "governo" é definido conforme o ponto 3 do MTE, que exclui as operações das empresas públicas.

¹⁰ O apoio programático externo oficial, conforme definido no MTE, é avaliado à taxa de câmbio do programa.

¹¹ Este critério será avaliado como um critério de desempenho contínuo.

¹² O termo "externo" é definido conforme a residência do credor, como indicado no Ponto 2 das Directrizes do FMI sobre Critérios de Desempenho Referentes à Dívida Externa em Acordos com o Fundo, adoptadas pela Decisão No. 6230-(79/140) do Conselho de Administração do FMI (conforme modificada em 1 de Dezembro de 2009).

Tabela 14. São Tomé e Príncipe: Indicadores de Referência Estruturais para 2012–13

Categoria	Indicadores de Referência Estruturais	Razão económica	Prazo
Fortalecer as Finanças Públicas			
Administração fiscal	i. Desenvolver um plano estratégico de reforma para modernizar a administração fiscal, em linha com as recomendações do FAD	Reforçar a administração de receitas	Fim de Dez. 2012
Controlo interno	ii. Reforçar o controlo interno, através da Reconciliação e certificação dos atrasados cruzados entre a ENCO, a EMAE e o Tesouro, e definir uma estratégia comum para tratar desta questão e prevenir a acumulação futura de atrasados entre estas entidades	Reforçar a GFP	Fim de Dez. 2012
Controlo externo	iii. Reforçar o controlo externo, através da Elaboração das contas gerais do Estado para 2012 e respectivo envio ao Tribunal de Contas	Reforçar a GFP	Fim de Jun. 2013
Melhorar a Gestão Monetária e a Estabilidade Financeira			
Gestão da liquidez	iv. Melhorar a gestão da liquidez através da Criação de um quadro de previsão da liquidez, reservas internacionais e contas do Estado para identificar excessos ou défice de liquidez	Reforçar o quadro de política monetária	Fim de Dez. 2012
Supervisão bancária	v. Reforçar a supervisão e regulação bancária: <ul style="list-style-type: none"> – Concluir o processo de supervisão <i>in loco</i> de dois bancos comerciais – Concluir o processo de supervisão <i>in loco</i> do maior banco comercial – Concluir o processo de supervisão <i>in loco</i> dos dois bancos comerciais restantes 	Garantir a estabilidade financeira	Fim de Dez. 2012 Fim de Jun. 2013 Fim de Dez. 2013
Reforçar o Enquadramento CBC/FT			
CBC/FT	vi. Reforçar o enquadramento CBC/FT através do Envio à Assembleia Nacional das propostas de alteração da Lei CBC/FT	Adequar a legislação CBC/FT às normas do GAFI e contribuir para retirar STP da lista negra	Fim de Dez. 2012

Tabela 15: São Tomé e Príncipe: Indicadores da Capacidade de Pagamento ao FMI, 2010–17

	Obs.			Proj.				
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Obrigações com o Fundo com base no crédito existente (milhões de DSE)								
Capital	0,00	0,00	0,00	0,40	0,63	0,70	0,61	0,44
Encargos e juros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,01	0,01	0,00
Obrigações com o Fundo com base no crédito existente e futuro (milhões de DSE)								
Capital	0,00	0,00	0,00	0,40	0,63	0,70	0,61	0,44
Comissões e juros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,02	0,02	0,01
Obrigações totais com base no crédito existente e futuro								
Milhões de DSE	0,00	0,00	0,00	0,40	0,65	0,72	0,63	0,45
Milhões de USD	0,00	0,00	0,00	0,61	0,99	1,10	0,96	0,68
Percentagem das exportações de bens e serviços	0,00	0,00	0,00	1,72	2,37	0,64	0,23	0,14
Percentagem do serviço da dívida ¹	0,02	0,00	0,00	14,69	20,99	20,38	22,22	12,10
Percentagem da quota	0,00	0,00	0,00	5,41	8,78	9,73	8,51	6,08
Percentagem das reservas internacionais brutas ²	0,00	0,00	0,00	1,67	2,56	2,42	1,93	1,27
Saldo de créditos do FMI								
Milhões de DSE	3,2	3,2	3,6	3,9	4,0	4,1	3,5	3,0
Milhões de USD	4,9	5,1	5,5	6,0	6,1	6,2	5,2	4,6
Percentagem das exportações de bens e serviços	20,1	17,4	16,8	16,8	14,7	3,6	1,3	0,9
Percentagem do serviço da dívida ¹	190,2	94,5	158,0	143,6	129,8	114,9	121,7	80,9
Percentagem da quota	43,2	43,2	48,2	52,8	54,3	54,9	46,6	40,7
Percentagem das reservas internacionais brutas ²	11,3	11,5	16,5	16,3	15,8	13,6	10,6	8,5
Por memória:								
Exportações de bens e serviços (milhões de USD)	24,3	29,0	32,6	35,5	41,7	172,1	411,0	489,4
Serviço da dívida (milhões de USD)	2,6	5,3	3,5	4,1	4,7	5,4	4,3	5,6
Quota (milhões de USD)	7,4	7,4	7,4	7,4	7,4	7,4	7,4	7,4
Reservas internacionais brutas ²	43,0	44,0	33,2	36,5	38,7	45,3	49,5	53,8
PIB (milhões de USD)	201	248	265	299	333	470	706	802

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

¹ Após o alívio da dívida HIPC e MDRI. O total do serviço da dívida inclui as recompras e os reembolsos ao FMI.

² As reservas internacionais brutas excluem a Conta Nacional do Petróleo e os depósitos em divisas dos bancos comerciais no BCSTP que se destinam a cumprir as exigências de capital ou de RMC ou a pagar a taxa de licenciamento.

APÊNDICE I. CARTA DE INTENÇÕES

São Tomé, 6 de Julho de 2012

Exma. Senhora Christine Lagarde
Directora-Geral
Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C. 20431

Senhora Directora-Geral:

1. São Tomé e Príncipe continua a considerar a cooperação com os seus parceiros de desenvolvimento como crucial para a implementação, com sucesso, das suas políticas económicas e das suas reformas estruturais. O Governo conseguiu progressos consideráveis nos últimos anos – não obstante a situação internacional tão adversa – na consolidação da posição fiscal, no apoio ao crescimento económico e na redução da inflação. O Governo está totalmente empenhado em prosseguir esta via.
2. Tendo como base a nova Estratégia Nacional de Redução da Pobreza, presentemente sob consulta pública alargada em São Tomé e Príncipe, o Programa Económico de Médio Prazo do Governo, enunciado no Memorando de Políticas Económicas e Financeiras (MPEF) anexo, tem por objectivo reforçar as finanças públicas e os quadros de política monetária, supervisão bancária e combate ao branqueamento de capitais. Para apoiar as políticas descritas no MPEF, o Governo de São Tomé e Príncipe vem solicitar a assistência do FMI ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado (ECF), no montante de DSE 2,59 milhões (35%) a serem desembolsados ao longo de três anos, em sete tranches iguais. O Governo solicita o primeiro desembolso, no montante de DSE 0,37 milhões, após a aprovação do acordo ECF pelo Conselho de Administração do FMI.
3. Os principais componentes do programa para 2012-15 são:
 - Um quadro macroeconómico para um elevado crescimento sustentado e uma inflação de um dígito;
 - Uma consolidação fiscal gradual e continuada, centrada em metas de défice primário interno que estão em linha com o financiamento disponível não gerador de dívida;
 - O reforço das administrações fiscal e aduaneira, de forma a mobilizar receita adicional destinada a despesas em infra-estruturas prioritárias e direccionadas à redução da pobreza;
 - A melhoria da gestão das finanças públicas, da transparência e da supervisão, e o desenvolvimento de um quadro macroeconómico de médio prazo;
 - O reforço da política monetária e das operações decorrentes da sua implementação, bem como da supervisão bancária; e

- O enfrentar dos desafios ainda presentes do quadro legal de combate ao branqueamento de capitais no país.

4. O Governo acredita que as políticas delineadas no MPEF anexo são as adequadas para atingir os objectivos do programa, mas, se necessário, tomará medidas adicionais para salvaguardar esses objectivos. São Tomé e Príncipe manterá consultas com o FMI sobre a adopção dessas medidas e antes de quaisquer alterações às políticas contidas no MPEF, em conformidade com as políticas do FMI relativamente a estas consultas. O Governo prestará ao FMI, em tempo útil, os dados necessários para a monitorização do programa. Durante a vigência do programa, o Governo compromete-se a não introduzir ou intensificar quaisquer restrições cambiais ou prática de taxas de câmbio múltiplas que colidam com o Artigo VIII do Convénio Constitutivo do FMI, e a não introduzir nem intensificar quaisquer restrições à importações para fins de balança de pagamentos.

5. Propomos que o FMI monitorize os progressos alcançados no âmbito do programa através de avaliações semestrais e dos critérios de desempenho quantitativos e de indicadores de referência estruturais apresentados nas Tabelas 1 e 2 do MPEF anexo. As definições das metas quantitativas indicativas e dos critérios de desempenho são apresentadas no Memorando Técnico de Entendimento (MTE) em anexo. A primeira avaliação deverá ser efectuada até Maio de 2013 e a segunda até Novembro de 2013.

O Governo autoriza o FMI a divulgar a presente Carta de Intenções e o MPEF e MTE anexos, bem como o relatório do corpo técnico do FMI e a Análise da Sustentabilidade da Dívida (ASD) actualizada que estão relacionados com a presente solicitação.

Com os melhores cumprimentos,

/s/

Américo d'Oliveira dos Ramos
Ministro das Finanças e Cooperação Internacional

/s/

Maria do Carmo Silveira
Governadora do Banco Central de São Tomé
e Príncipe

Anexos: – Memorando de Políticas Económicas e Financeiras
– Memorando Técnico de Entendimento

ANEXO I. MEMORANDO DE POLÍTICAS ECONÓMICAS E FINANCEIRAS PARA 2012–15

I. INTRODUÇÃO

1. O Governo está determinado a prosseguir as políticas macroeconómicas de promoção do crescimento e de redução da inflação e da pobreza. Assim, o Governo concluiu um acordo com o Fundo para a implementação de um programa económico de médio prazo para 2012-2015 a desenvolver no âmbito da Facilidade Crédito Alargado (ECF, na sigla em inglês). Esse programa económico de médio prazo, baseado na nova Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP), tem por objectivo alcançar a estabilidade fiscal, monetária e financeira. Para atingir tais objectivos, o programa inclui medidas para manter o défice primário interno em linha com o financiamento disponível, e a mobilização de recursos internos adicionais para o desenvolvimento de infra-estruturas e despesas direccionadas à redução da pobreza. O programa também inclui uma ambiciosa mas realista agenda de reformas estruturais que visam o reforço das finanças públicas e o adequado enquadramento da política monetária, de supervisão bancária e de combate ao branqueamento de capitais.

2. O programa de médio prazo assenta, em grande medida, na perspectiva de produção e exportação de petróleo. Existem vários sinais encorajadores segundo os quais a produção e exportação de petróleo irá processar-se a partir de 2015. A companhia petrolífera francesa Total adquiriu recentemente os direitos da companhia Chevron para exploração de petróleo no Bloco 1 da Zona de Desenvolvimento Comum (ZDC) com a Nigéria. A Total já possui uma plataforma de prospecção na adjacente zona exclusiva da Nigéria, pelo que não necessitará de construir ou trazer uma nova plataforma, podendo recorrer à perfuração horizontal. A companhia já anunciou planos de investimento na ordem de USD 200 milhões. A dimensão deste investimento indica uma elevada probabilidade de extracção de quantidades de petróleo comercialmente viáveis (suficiente para dar uma boa taxa de recuperação do investimento). Além disso, uma perfuração exploratória recente no Bloco 1 produziu resultados positivos e estão actualmente a ser feitos testes noutra poço.

II. DESENVOLVIMENTOS ECONÓMICOS RECENTES

3. A recuperação económica mantém-se. A recuperação económica iniciada em 2010 tem-se mantido, não obstante um ambiente externo desfavorável. O crescimento acelerou ligeiramente de cerca de 4,5% em 2010 para cerca de 5% em 2011, impulsionado essencialmente pelo sector da construção. Esta recuperação da actividade económica está, em grande medida, ligada à retoma dos financiamentos externos do sector privado decorrentes do investimento directo estrangeiro e outros fluxos de entrada de capitais privados.

4. A inflação está a diminuir de forma acentuada. A taxa anual média da inflação diminuiu consideravelmente de um pico de 32% em 2008 para cerca de 14% em 2011, sustentada essencialmente pelo acordo de ancoragem da dobra ao euro¹ e pela diminuição dos

¹ A dobra está ancorada ao euro a uma taxa de Db 24.500 por € desde 2010.

preços internacionais dos bens alimentares. A inflação homóloga cifrou-se em 8% em Abril de 2012, o nível mais baixo registado em 10 anos, impulsionado por preços mais baixos a nível internacional dos bens alimentares e pelos preços internos mais estáveis dos combustíveis e da energia.

5. O Governo continua a registar progressos substanciais na consolidação das finanças públicas. O défice primário interno melhorou de 8% do PIB em 2009 para 4,1% em 2010 e 3% em 2011. Estes baixos níveis de défice reflectem essencialmente os esforços do Governo para conter as despesas não prioritárias e para melhorar a arrecadação de receitas fiscais, através do reforço da aplicação da legislação fiscal e do aumento da arrecadação dos impostos em atraso. As despesas do Governo em bens e serviços e em projectos financiados com recursos internos têm sido geridas com parcimónia.

6. Não obstante estes progressos, mantém-se o desafio de eliminar os atrasados cruzados entre o Governo, a empresa pública de Água e Electricidade (EMAE) e a empresa importadora de combustíveis (ENCO). O Governo acumulou novos atrasados com a EMAE, no valor de cerca de 0,5% do PIB (Db 28 mil milhões) em 2011, essencialmente relacionados com o não pagamento das contas dos serviços de utilidade pública ao nível do governo regional e das câmaras, levando, no final do exercício, o stock da dívida dos atrasados do Governo para com a EMAE para 1,5% do PIB (Db 72 mil milhões). Pelo seu lado, o stock das contas não liquidadas da EMAE para com a ENCO atingiu cerca de 6% do PIB (Db 253,6 mil milhões) no final de 2011, enquanto que a ENCO acumulou cerca de 0,75% do PIB em impostos sobre os combustíveis para com o Governo (Db 36 mil milhões).

7. O ritmo do crescimento da massa monetária está a diminuir, impulsionado pelo crédito ao sector privado. Na sequência da aceleração substancial em 25% em 2010, o crescimento da massa monetária diminuiu para 8% em 2011 devido à acentuada desaceleração do crédito ao sector privado. O crescimento do crédito foi bastante robusto em 2009 e 2010, situando-se numa média anual de 40%, grande parte do qual destinado ao financiamento do consumo privado (incentivado pela implementação da bancarização dos salários dos funcionários públicos junto da banca comercial e pelas sucessivas reduções das reservas mínimas de caixa). Consequentemente, o rácio empréstimos/depósitos cresceu substancialmente para mais de 100%. Contudo, observou-se uma desaceleração no crescimento do crédito durante o ano de 2011 (para cerca de 15%) à medida que as novas fontes de crédito começaram a contrair-se e os níveis de endividamento das famílias aumentaram. O crescimento de crédito mês a mês manteve-se inalterado no primeiro trimestre de 2012 à medida que os bancos começaram a aumentar os níveis de provisionamento para o crédito mal parado (no total, o rácio do crédito mal parado aumentou de 14% em Setembro de 2011 para cerca de 21% em Março de 2012).

8. O Banco Central está a tomar medidas para garantir a solidez do sector financeiro. A Central de Risco de Crédito está operacional e fornece aos bancos as informações necessárias para analisar e avaliar a qualidade creditícia dos clientes. Além disso, o Banco Central conseguiu, com sucesso, exigir um aumento de capital aos bancos não rentáveis, um aumento, por parte de toda a banca, do rácio capital/activos ponderados pelo risco acima de 10%, e tem ainda vindo a

monitorizar criteriosamente a posição cambial líquida dos bancos. Como resultado dos esforços levados a cabo pelo Banco Central para desdolarizar o sistema financeiro, o crédito em dobras aumentou de cerca de 30% do crédito total em 2010 para quase 40% em 2012. A maioria dos bancos apresentou resultados positivos em 2011. Contudo, e tal como acima referido, o crédito mal parado tem vindo recentemente a aumentar. Em 2011 foram levadas a cabo inspecções *in loco* a dois bancos, que resultaram em recomendações adicionais sobre boa governação, na implementação de auditorias internas de controlo, e na utilização criteriosa da Central de Risco aquando da tomada de decisões sobre concessão de créditos.

9. O défice da conta corrente externa melhorou ligeiramente em 2011. A conclusão de alguns projectos de investimento contribuiu para o abrandamento do crescimento das importações que, em parte, haviam mitigado o impacto da subida dos preços internacionais dos combustíveis na balança comercial. Por outro lado, a estagnação no crescimento do crédito, em finais de 2011, e o abrandamento generalizado da actividade traduziu-se numa redução das importações de bens de consumo. Os fluxos de capital do sector privado financiaram apenas em parte o défice da conta corrente e, como resultado, observou-se uma diminuição das reservas internacionais líquidas.

III. A NOVA ESTRATÉGIA NACIONAL DE REDUÇÃO DA POBREZA

10. O Governo concluiu a nova Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP). A ENRP assenta as acções prioritárias sobre quatro pilares: reforma institucional para a promoção da boa governação; políticas para o desenvolvimento sustentável; desenvolvimento do capital humano e melhoria dos serviços sociais básicos; e coesão social. Neste contexto, o Governo definiu vários objectivos e eixos estratégicos: i) crescimento anual de, pelo menos, 6% a médio prazo; ii) redução em cerca de 6 pontos percentuais da quota de população que vive abaixo do limiar da pobreza; iii) garantia de acesso aos serviços sociais por parte de toda a população até 2016; iv) redução significativa das desigualdades sociais e de género; v) reforço da capacidade institucional e da autoridade e credibilidade do Estado; e vi) garantia da sustentabilidade ambiental. Para atingir tais objectivos, o programa de reformas económicas do Governo tem como metas reforçar as finanças públicas, criar uma margem adicional para despesas em infra-estruturas e direccionadas à redução da pobreza, reforçar o planeamento e execução da despesa pública, e levar a cabo outras reformas estruturais com vista a melhorar cada vez mais o ambiente de negócios. Após disponibilização para consulta pública alargada, a ENRP será aprovado pelo Conselho de Ministros até finais de Julho de 2012 e posteriormente apresentada à Assembleia Nacional.

IV. QUADRO MACROECONÓMICO E DE POLÍTICAS DE MÉDIO PRAZO PARA 2012–15

11. Com base na nova ENRP, o programa macroeconómico do Governo para 2012 – 2015 tem como metas alcançar a estabilidade fiscal, monetária e financeira, bem como o crescimento económico sustentável conducente à redução da pobreza. Os principais objectivos macroeconómicos deste programa são: i) aumentar a taxa anual de crescimento do PIB real não petrolífero para cerca de 6% no médio prazo; ii) reduzir a inflação para um único dígito e mantê-la, em termos gerais, em linha com a inflação internacional a médio prazo; e

iii) manter uma cobertura de reserva internacional bruta suficiente para pelo menos três meses de importações como apoio da ancoragem cambial.² As políticas centrar-se-ão na mobilização de receita interna de forma a criar uma margem fiscal adicional para gastos em infra-estruturas e direccionados à redução da pobreza, mantendo, em simultâneo, o défice primário interno em linha com o financiamento não gerador de dívida, e na melhoria da gestão da política monetária, supervisão bancária e estabilidade financeira.

A. Quadro Macroeconómico de Médio Prazo

12. O quadro macroeconómico de médio prazo pressupõe que a produção e exportação de petróleo terá início em 2015. Este quadro prevê uma aceleração do crescimento real do PIB de 4,5% em 2012 para 6% em 2014, apoiado por uma expansão do turismo, agricultura e construção. Os impulsionadores do crescimento incluem a perfuração na ZDC e na Zona Económica Exclusiva (ZEE), [e as obras do porto de águas profundas previstas para começar em 2014]. Os investimentos em infra-estruturas irão ajudar a estimular o crescimento em geral, e do turismo, transportes e telecomunicações em particular. É o caso dos planos existentes para novos investimentos estrangeiros num terminal de petróleo na costa norte da ilha de São Tomé e melhoria das suas estradas, da reabilitação do aeroporto internacional e do principal porto do país, e da construção de um novo centro comercial. Também com o objectivo de estimular o crescimento, estão previstos significativos investimentos para a ilha do Príncipe, nomeadamente o alargamento e modernização do seu aeroporto, obra fundamental para viabilizar os investimentos na área do turismo sustentável que foram recentemente aprovados para aquela ilha. O início previsto de produção de petróleo e as exportações em 2015 irão aumentar consideravelmente o crescimento do PIB naquele ano e melhorar significativamente o défice da conta corrente externa até ao final do período programático.

13. Em 2012, no entanto, o crescimento económico deverá desacelerar para 4,5%, já que os projectos financiados com recursos estrangeiros têm demorado mais tempo do que o esperado para começar. Após a realização de diversos projectos de investimento público de grande escala em 2011, o investimento público diminuiu durante o primeiro semestre de 2012. Espera-se uma retoma do crescimento na segunda metade do ano, impulsionado por projectos de construção para melhorar o aeroporto, porto e estradas, e para converter as instalações construídas para serem mercado distribuidor de peixe num centro comercial. O Governo tem vindo a procurar activamente ajuda e empréstimos concessionais para financiar o plano de investimento público.

14. A inflação deverá diminuir para 3% no médio prazo, sustentada pelo regime de ancoragem cambial. O início da produção de petróleo não deverá ter um impacto substancial

² Como suporte da ancoragem cambial, as autoridades celebraram um acordo com Portugal segundo o qual Portugal se compromete a fornecer apoio, na forma de uma linha de crédito de até 25 milhões de euros, o que acrescenta outros 3,25 meses de cobertura das importações pelas reservas internacionais.

sobre a inflação uma vez que a Conta Nacional do Petróleo (CNP) irá absorver a maior parte das receitas do petróleo. Apesar da evolução favorável da inflação medida em 2012, a inflação para o final do ano foi revista em alta, de 6 para 8%, na expectativa de aumentos nos preços internos dos combustíveis no segundo semestre do ano (os preços internos dos combustíveis foram aumentados pela última vez em Março de 2011).

B. Reforço das Finanças Públicas

15. O Governo reconhece a necessidade de prosseguir o reforço do desempenho orçamental para manter a estabilidade macroeconómica e promover um ambiente favorável ao crescimento sustentável e à redução da pobreza. Na prossecução dos seus objectivos orçamentais, o Governo irá evitar recorrer a empréstimos não concessionais e a financiamentos do Banco Central. O Governo está bem consciente da importância de uma posição orçamental forte para sustentar a paridade cambial. Ainda que o actual nível de reservas internacionais forneça o apoio suficiente para a paridade cambial, o Governo está preparado para pôr em prática as políticas restritivas necessárias para manter a viabilidade da ancoragem.

Política orçamental

16. O Governo continua comprometido com a prudência orçamental:

- **O programa orçamental de médio prazo é, em grande medida, determinado pelas perspectivas de produção e exportação de petróleo.** O Governo irá continuar a procurar, essencialmente, financiamentos não geradores de dívida, incluindo o recurso a transferências da CNP e donativos para apoio orçamental, e concentrar-se-á no reforço da arrecadação de receitas internas e na contenção de despesas não prioritárias. A partir de 2015, a margem orçamental deverá ser maior devido às receitas petrolíferas. O Governo continuará a recorrer à CNP, de acordo com a fórmula da lei do petróleo que, com base nas projecções actuais, permitirá que o défice primário interno se venha a situar em 3,0% do PIB em 2015 (equivalente a cerca de 3,9% do PIB não petrolífero). O Governo irá utilizar esta margem orçamental adicional para mais infra-estruturas e despesas direccionadas à redução da pobreza.
- **Para 2012, o Governo tem como meta um défice primário interno de 3,25% do PIB, que está em linha com o orçamento aprovado e com o financiamento disponível não gerador de dívida.** Para atingir esta meta, o Governo irá continuar a mobilizar receitas internas adicionais e a conter os gastos primários internos não prioritários. Do lado da receita, o Governo pretende alargar a base tributária, impondo o cumprimento das leis fiscais e melhorando a eficiência das administrações aduaneira e fiscal. Além disso, o Governo irá aumentar (gradualmente) os preços internos dos combustíveis em 10% no segundo semestre do ano. Espera-se que esta medida permita à ENCO regularizar os seus atrasados tributários e pagar atempadamente os impostos sobre os combustíveis. O Governo pretende controlar os gastos através da contenção de despesas em bens e serviços e da imposição de restrições orçamentais sobre os governos locais e

regional para evitar derrapagens orçamentais ou a acumulação de atrasados, protegendo, ao mesmo tempo, as despesas prioritárias com o aumento de projectos de desenvolvimento e direccionados à redução da pobreza financiados pelo Tesouro. Espera-se obter financiamento não gerador de dívida por parte do Banco Mundial, Guiné Equatorial e levantamentos da CNP.

- **O Governo pretende atingir um défice primário interno de 3,1 e 3% do PIB em 2013 e 2014, respectivamente.** As medidas de modernização das administrações aduaneira e fiscal, tornando-as mais eficientes e eficazes, e outras medidas para alargar a base tributária – reforço das acções de fiscalização através de inspecções, uma melhor análise das declarações de impostos, uma selecção mais criteriosa dos contribuintes para fins de inspecção, bem como a utilização de técnicas modernas de inspecção – irão ajudar a mobilizar receitas adicionais. Ainda que o Governo continue a proteger os gastos direccionados à redução da pobreza, tudo fará para conter e hierarquizar outras despesas. Por exemplo, as políticas salariais e de recrutamento do Governo serão consistentes com a manutenção da massa salarial anual em ambos os anos de 2013 e 2014 em 8,25% do PIB (inalterado desde 2012). Além do financiamento da CNP, o Governo já confirmou o apoio orçamental do Banco Mundial e espera garantir financiamento adicional não gerador de dívida por parte dos parceiros bilaterais regionais, que incluem a Guiné Equatorial, o Gabão e Marrocos.

Medidas estruturais para fortalecer as finanças públicas

17. O Governo tem conseguido progressos consideráveis na implementação de reformas orçamentais, ainda que a partir de uma base baixa. Há ainda necessidade de uma reforma abrangente para fortalecer ainda mais as finanças públicas. Neste sentido, o programa de reforma do Governo para os próximos três anos centra-se principalmente na modernização e fortalecimento das administrações aduaneira e fiscal, e na implementação de um plano de acção para melhoria da gestão das finanças públicas.

Melhorar a administração fiscal

18. O Governo irá continuar a tomar medidas no sentido da modernização das administrações fiscal e aduaneira. No entanto, a arrecadação de impostos (16,5% do PIB em 2011) é baixa quando comparada com outros países da África subsariana e outros pequenos Estados insulares. Para ajudar a alcançar o objectivo de aumentar o rácio da carga fiscal em percentagem do PIB para 18% do PIB não petrolífero até 2015, o Governo irá:

- Com a assistência técnica dos parceiros de desenvolvimento, desenvolver um plano estratégico de reformas para 2013-15 que visa modernizar a administração fiscal. Este plano compreende: i) a reforma organizacional da administração fiscal para integrar as suas funções essenciais de forma mais eficaz; ii) a modernização da legislação tributária, especialmente no que diz respeito à tributação indirecta, e a racionalização das isenções fiscais; iii) o reforço das operações fiscais e o aumento das receitas; iv) a utilização eficaz

de segmentação dos contribuintes no funcionamento da administração fiscal; v) a elaboração de um plano com medidas para melhorar a educação tributária dos contribuintes e oferecer-lhes melhores serviços; e vi) o reforço das capacidades da Direcção de Impostos (DI) e a melhoria das condições de trabalho dos seus funcionários.

- O Governo irá desenvolver, até ao final de 2012, uma estratégia de modernização continuada da administração aduaneira, com base nas recomendações de uma missão do Departamento de Finanças Públicas (FAD) do FMI, que está prevista para Novembro de 2012.

19. Para garantir uma implementação bem sucedida da estratégia de reforma, o Governo vai tomar medidas específicas para reforçar a administração fiscal. Essas medidas centrar-se-ão: i) na reestruturação da Direcção de Imposto (DI), através da coordenação da administração fiscal regional com a direcção central, e com a segmentação dos contribuintes entre grandes empresas e outros contribuintes; ii) no reforço das operações fiscais, através do melhoramento do registo de contribuintes, da gestão do processo, da monitorização do cumprimento das obrigações fiscais, da execução e gestão de impostos em atraso, e da informatização e educação do contribuinte, e iii) na capacitação da administração fiscal.

Fortalecer a gestão das finanças públicas

20. O Governo tem vindo a implementar reformas na gestão das finanças públicas desde 2005. Para a implementação cabal da Lei nº 3/2007 sobre o Sistema de Administração Financeira do Estado, a Lei do SAFE, o Governo continuará com as reformas centradas no reforço da transparência, da gestão financeira e da supervisão e, consoante a capacidade disponível, irá avançar para um quadro fiscal de médio prazo.

21. Além disso, o Governo pretende reforçar o quadro legal para a responsabilidade fiscal, e aproximá-lo dos padrões internacionais. A legislação das finanças públicas já tem alguns elementos de responsabilidade e de gestão transparente do sistema, mas ainda são necessárias melhorias. Os relatórios trimestrais da execução orçamental, o TOFE, o orçamento proposto e as Grandes Opções do Plano (GOP) estão disponíveis ao público. No entanto, outras informações relevantes, tais como as Contas Gerais do Estado, os principais compromissos e as despesas fiscais não são disponibilizadas de imediato. Neste sentido, o Governo tomará medidas para introduzir regras de transparência na Lei do SAFE segundo as quais os principais dados fiscais serão publicados periodicamente de acordo com um calendário predefinido.

22. O Governo irá continuar a fortalecer a gestão das finanças públicas e a fiscalização. O Governo tem vindo a testar, com a assistência técnica do FMI, uma versão electrónica do sistema de administração financeira do Estado (SAFE-e) que irá permitir ao Governo apresentar, pela primeira vez nos últimos vinte anos, as Contas Gerais do Estado à Assembleia Nacional e ao Tribunal de Contas a partir de 2013. O próximo passo será permitir que o Inspector-Geral de Finanças (IGF) e Tribunal de Contas tenham acesso directo ao sistema para monitorar a execução orçamental e financeira em tempo real. O Governo irá também propor à Assembleia Nacional a

introdução de emendas à Lei Orgânica do Tribunal de Contas para, por um lado, o dotar de poderes para suspender os contratos quando sejam detectadas irregularidades e, por outro, para que a Lei seja reforçada em termos de instrumentos punitivos e coercivos tais como multas.

23. O Governo irá trabalhar em estreita colaboração com a ENCO e a EMAE para resolver o problema dos atrasados cruzados. Isso implicará a reconciliação e a certificação do stock de contas não pagas e dos impostos sobre os combustíveis por regularizar; a busca de uma solução para sanear esses atrasados que possa ser aceite pelo Governo, a ENCO e a EMAE; e o desenvolvimento de um plano de acção que, se implementado, levará à solução permanente para esse problema. É provável que tal solução implique a adopção de um mecanismo automático de ajuste dos preços internos dos produtos petrolíferos, uma revisão profunda das estruturas de custos tanto da ENCO como da EMAE, bem como uma avaliação das necessidades de investimentos urgentes, por parte desta última, para a substituição dos equipamentos de produção de energia antiquados e pouco eficazes por equipamentos mais modernos e eficientes.

C. Reforçar a Gestão Monetária e a Estabilidade Financeira

24. Durante a vigência do programa, o Banco Central irá centrar-se na prossecução de três objectivos principais: fortalecer a gestão monetária, manter a estabilidade financeira e melhorar a credibilidade do sistema financeiro.

25. Para fortalecer a gestão monetária, o Banco Central irá trabalhar em estreita cooperação com o Ministério das Finanças. O Banco Central e o Ministério das Finanças assinaram um memorando de entendimento em Maio de 2012 para facilitar o fluxo de informações entre as duas instituições. A troca regular de informações incluirá dados sobre os movimentos de caixa do Tesouro (em moeda nacional e estrangeira), que são importantes para a previsão de liquidez e para as operações cambiais do Banco Central. Com a assistência técnica do FMI, o Banco Central está a desenvolver um modelo de previsão de liquidez e o respectivo manual de referência para orientar a gestão da liquidez interna. A previsão de liquidez incidirá sobre a moeda em circulação, a conta das despesas e receitas do Governo e as reservas internacionais líquidas, com o objectivo de identificar o nível de excesso de procura ou oferta de liquidez no sistema bancário.

26. O quadro monetário de S. Tomé e Príncipe, baseado na ancoragem da taxa de câmbio, exige uma gestão cautelosa das reservas internacionais do Banco Central. Como já referido, o Banco Central pretende manter a cobertura das reservas internacionais brutas acima dos três meses de importações durante a vigência do programa. Além disso, a crise económica e financeira internacional veio sublinhar a importância da diversificação da carteira de activos para enfrentar os riscos de crédito do emitente, de moeda e de liquidez. Neste sentido, o Banco Central procurará investir as suas reservas internacionais em activos financeiros de elevada qualidade e privilegiará a liquidez sobre o retorno na composição da carteira.

27. O Banco Central irá continuar a reforçar a supervisão bancária e a tomar as medidas necessárias para reduzir o risco de instabilidade no sistema bancário. O Banco Central levou

a cabo inspecções *in loco* de dois bancos comerciais em 2011, e tem planos para realizar inspecções *in loco* de mais dois bancos em 2012, e dos restantes três bancos em 2013. O Banco Central pretende contratar supervisores adicionais para ajudar a aumentar a frequência das inspecções *in loco* e para começar a formação de pessoal em supervisão baseada no risco. Considera-se necessária a assistência técnica do FMI em matéria de supervisão baseada no risco. O Banco Central está a rever os planos de negócios dos bancos comerciais e irá iniciar a análise de soluções de reestruturação para os bancos que não estão dispostos ou não são incapazes de recuperar a rentabilidade. Também planeia tomar medidas para garantir que, até 2014, estará em vigor um quadro jurídico e regulamentar sólido para lidar com os bancos problemáticos. Além disso, o novo plano de contas do Banco Central, que deverá ser introduzido em 2013, irá adoptar as Normas Internacionais de Reporte Financeiro. O Banco Central irá ainda reforçar a coordenação com os supervisores bancários de países vizinhos.

28. O Banco Central irá continuar a reforçar a sua comunicação com a banca e o público em geral. O Banco Central irá manter, no seu sítio na Internet, dados actuais sobre os agregados monetários e macroeconómicos e irá publicar, anualmente e em tempo útil, as suas demonstrações financeiras auditadas. Em 2011, o Banco criou um Gabinete de Apoio ao Cliente para promover a educação dos clientes sobre o sector financeiro, monitorizar as práticas de negócios desleais e tratar das reclamações apresentadas. Como parte dos esforços continuados para melhorar a divulgação e promover a defesa dos consumidores, o Banco Central irá requerer a publicação trimestral das contas dos bancos comerciais no seu sítio.

D. Outras Reformas Estruturais

Fortalecer a gestão da dívida externa

29. Não obstante o alívio substancial da dívida no âmbito das iniciativas HIPC e MDRI, São Tomé e Príncipe é vulnerável ao risco de sobreendividamento externo. A mais recente análise conjunta FMI/Banco Mundial da sustentabilidade da dívida salientou a necessidade de uma cuidadosa estratégia de gestão da dívida para acompanhar uma orientação de política orçamental prudente, especialmente se o início da produção de petróleo se vier a estender muito para além de 2015. Como parte das reformas para melhorar o desempenho nesta área, o Governo atribuiu ao Departamento da Dívida Externa do Ministério das Finanças um papel estratégico na monitorização e gestão da dívida.

30. Para estabelecer um papel institucional forte para o processo de gestão da dívida pública externa, a Assembleia Nacional aprovou, em Abril de 2012, os princípios gerais de uma nova lei de gestão da dívida. Os artigos específicos da lei estão agora em discussão e o texto final poderá ser aprovado e publicado no segundo semestre de 2012. O projecto de lei, preparado em cooperação com a *Debt Relief International* (DRI) e a missão do DeMPA do Banco Mundial, estabelece a responsabilidade e estrutura de governação do Departamento da Dívida Externa e define o seu enquadramento estratégico.

31. O Departamento da Dívida Externa irá promover a transparência e melhores práticas na gestão da dívida. O Departamento vai continuar a preparar relatórios de síntese

sobre a situação da dívida e estratégia do país e publicá-los no sítio do Ministério das Finanças. Para melhorar a eficácia operacional do Departamento, a *Debt Relief International* deu formação em gestão da dívida e o Ministério das Finanças foi dotado da aplicação informática CSDRMS em ambiente Oracle para a gestão da dívida.

Fortalecer o enquadramento CBC/FT

32. São Tomé e Príncipe foi recentemente colocado na lista pública das jurisdições de alto risco e não cooperantes do Grupo de Acção Financeira Internacional (GAFI). Trata-se de uma lista de jurisdições que apresentam deficiências no quadro de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo (CBC/FT) e que ainda não fizeram progressos suficientes na solução desses problemas. O GAFI apelou a S. Tomé e Príncipe para que trabalhasse no sentido de: i) adequadamente criminalizar o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo; ii) criar uma Unidade de Informação Financeira (UIF) plenamente operacional e a funcionar eficazmente; iii) garantir que as instituições financeiras e empresas e profissões não financeiras designadas estejam sujeitas a uma regulação e supervisão adequadas no domínio CBC/FT; e iv) implementar sanções eficazes, proporcionais e dissuasoras, a fim de lidar com pessoas singulares ou colectivas que não cumpram com os requisitos nacionais em matéria de CBC/FT.

33. O Governo está plenamente empenhado em resolver as deficiências do enquadramento CBC/FT. Mais especificamente, com a assistência técnica do Departamento Jurídico do FMI, o Governo vai preparar os projectos de alterações necessárias à lei CBC/FT, que foi aprovada em 2008 e actualizada em 2010, com vista ao envio de tais alterações à Assembleia Nacional para aprovação até ao final de 2012. Além disso, o Governo irá reforçar as operações da UIF, dotando-a de mais pessoal e facilitando a respectiva formação. Espera-se que estas acções venham reforçar as funções essenciais da UIF, nomeadamente a recepção, análise e divulgação de relatórios de transacções suspeitas de profissionais e de instituições financeiras e não financeiras.

Melhorar o ambiente de negócios

34. São Tomé e Príncipe fez progressos no sentido de melhorar o ambiente de negócios, mas são ainda necessárias reformas suplementares. O Inquérito do Banco Mundial *Doing Business 2012* classificou S. Tomé e Príncipe entre os países que mais reformas promoveram no ano passado, tendo a sua classificação geral melhorado 11 posições. Na nova Estratégia Nacional de Redução da Pobreza, o Governo identificou as novas áreas prioritárias da reforma para revitalizar o sector da energia e promover a participação do sector privado. Com a participação do Banco Mundial, o Governo começou a implementar uma estratégia de médio prazo para tornar a Empresa estatal de Água e Electricidade (EMAE) comercialmente viável. O Governo também está empenhado em continuar a simplificação do quadro regulamentar e em reforçar a capacidade institucional para promover o investimento, aliviar os estrangulamentos em infra-estruturas críticas na área de telecomunicações, e implementar a estratégia de turismo do país com especial ênfase no aumento das acessibilidades.

E. Estatísticas

35. Debatendo-se embora com graves limitações de recursos financeiros, humanos e tecnológicos, o Governo continua a trabalhar para fortalecer o sistema de estatística. O Instituto Nacional de Estatística (INE) está a avançar no sentido de implementar um novo sistema que melhor reflecta os inquéritos e informações do mercado e que inclua estimativas sobre o sector informal. O inquérito ao orçamento das famílias foi concluído em 2011 e pode servir como base para a reponderação dos componentes do IPC e expandir a sua cobertura sobre todo o país. O Departamento de Contabilidade do Ministério das Finanças está actualmente a compilar as Contas Gerais do Estado desde 2010, o que acontece pela primeira vez nos últimos vinte anos. O Banco Central pretende implementar um novo plano de contas em 2013. Uma empresa de consultoria independente está actualmente a rever o novo plano de contas proposto para garantir a sua conformidade com as Normas Internacionais de Reporte Financeiro. O Governo recebeu recentemente apoio técnico do FMI para ajudar a melhorar as estatísticas da balança de pagamentos, começar a adoptar a metodologia recomendada na sexta edição do Manual da Balança de Pagamentos (BPM6), e analisar a possibilidade de produzir dados sobre a Posição de Investimento Internacional.

F. Capacitação e Assistência Técnica

36. A capacitação e a assistência técnica são cruciais para o sucesso da implementação do programa económico de médio prazo. O Governo vai continuar a trabalhar em estreita colaboração com os seus parceiros de desenvolvimento tradicionais, incluindo o FMI e o Banco Mundial, nas áreas prioritárias da gestão das finanças públicas, administração fiscal e aduaneira, gestão monetária, supervisão bancária, gestão da dívida e CBC/FT. O Governo vai tentar a adesão ao futuro Centro Regional de Assistência Técnica do FMI em Acra, o AFRITAC Ocidental 2, o que irá alargar o acesso à assistência técnica e à formação e facilitar o acompanhamento pela assistência técnica em áreas críticas de reforma.

G. Monitorização do Programa

37. O primeiro ano do programa abrange os 12 meses decorridos entre 16 de Julho de 2012 e 15 de Julho de 2013. Os progressos no âmbito do programa serão monitorizados por avaliações semestrais e pela metas quantitativas trimestrais e indicadores estruturais que são apresentados nas Tabelas 1 e 2. Um resumo das principais medidas de reforma estruturais identificadas pelo Governo é apresentado na Tabela 3. As definições das metas indicativas quantitativas e dos critérios de desempenho são fornecidas no Memorando Técnico de Entendimento (MTE) anexo. A primeira avaliação deverá ser concluída até Maio de 2013 e a segunda avaliação em Novembro de 2013.

Tabela 1. São Tomé e Príncipe: Critérios de Desempenho e Metas Indicativas para 2012–13
(Mil milhões de Dobras, acumulado desde ao início do ano, salvo indicação em contrário)

	2012		2013	
	Setembro	Dezembro	Março	Junho
	Metas indicativas	Critérios de desempenho ¹	Metas indicativas	Critérios de desempenho ¹
	30-Sep-12	31-Dec-12	31-Mar-13	30-Jun-13
Critérios de desempenho:				
1 Limite inferior (piso) do saldo primário interno (conforme definido no MTE) ²	-99	-164	-47	-105
2 Limite superior (tecto) da variação do financiamento bancário líquido do governo central (à taxa de câmbio do programa) ^{2, 3, 4, 5, 9}	0	0	0	0
3 Piso das reservas internacionais líquidas do banco central (milhões de USD) ^{4, 5}	21,97	21,97	21,97	21,97
4 Tecto dos atrasados de pagamentos externos do governo central (stock, milhões de USD) ^{6, 9, 11, 12}	0	0	0	0
5 Tecto da captação ou garantia de nova dívida externa não concessional com vencimento original superior a um ano, pelo governo central ou pelo BCSTP (milhões de USD) ^{6, 7, 8, 9, 11, 12}	0	0	0	0
6 Tecto da dívida externa com vencimento original inferior a um ano contraída ou garantida pelo governo central ou pelo BCSTP (stock, milhões de USD) ^{6, 7, 8, 9, 12}	0	0	0	0
Metas indicativas:				
Tecto dos atrasados internos do governo central (stock, mil milhões de Dobras)	0	0	0	0
Tecto da base monetária em Dobras (stock, mil milhões de Dobras)	515	551	551	560
Despesas para redução da pobreza (com financiamento interno e externo)	213	285	73	146
Por memória:				
Transferências da CNP para o orçamento (milhões de USD)	1,2	1,2	3,5	3,5
Pagamentos líquidos do serviço da dívida externa (milhões de USD)	59	79	21	41
Apoio programático externo oficial (milhões de USD) ^{10, 11}	102	160	28	81
Despesas de capital custeadas pelo Tesouro (mil milhões de Dobras)	58	96	48	88

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

¹ O desempenho nas datas de teste de Dezembro e Junho será avaliado na primeira e segunda avaliações, respectivamente.

² O tecto será ajustado em alta ou em baixa de acordo com as definições do MTE.

³ O tecto será ajustado em baixa pelo montante dos atrasados internos acumulados.

⁴ Exclui a Conta Nacional do Petróleo (CNP) no BCSTP.

⁵ O piso das reservas internacionais líquidas será ajustado em alta ou em baixa de acordo com as definições do MTE.

⁶ Este critério de desempenho aplica-se não apenas à dívida conforme definida no Ponto 9 das Directrizes do FMI sobre Critérios de Desempenho Referentes à Dívida Externa em Acordos com o Fundo, adoptadas pela Decisão No. 6230-(79/140) do Conselho de Administração do FMI (conforme modificada em 1 de Dezembro de 2009), mas também aos compromissos contraídos ou garantidos cujo valor ainda não tenha sido recebido. Para mais informações sobre a definição da dívida e dos atrasados externos, consulte os parágrafos 14-16 do MTE.

⁷ Aplica-se apenas à dívida com um elemento concessional inferior a 50%, conforme definido no Ponto 8.g.i) das Directrizes do FMI sobre Critérios de Desempenho Referentes à Dívida Externa em Acordos com o Fundo, adoptadas pela Decisão No. 6230-(79/140) do Conselho de Administração do FMI (conforme modificada em 1 de Dezembro de 2009). Para mais informações sobre a definição da concessionalidade, consulte a nota 6 do MTE.

⁸ A dívida é definida conforme o ponto 9 das Directrizes do FMI sobre Critérios de Desempenho Referentes à Dívida Externa em Acordos com o Fundo, adoptadas pela Decisão No. 6230-(79/140) do Conselho de Administração do FMI (conforme modificada em 1 de Dezembro de 2009). Para mais informações sobre a definição da dívida, consulte os

⁹ O termo "governo" é definido conforme o ponto 3 do MTE, que exclui as operações das empresas públicas.

¹⁰ O apoio programático externo oficial, conforme definido no MTE, é avaliado à taxa de câmbio do programa.

¹¹ Este critério será avaliado como um critério de desempenho contínuo.

¹² O termo "externo" é definido conforme a residência do credor, como indicado no Ponto 2 das Directrizes do FMI sobre Critérios de Desempenho Referentes à Dívida Externa em Acordos com o Fundo, adoptadas pela Decisão No. 6230-(79/140) do Conselho de Administração do FMI (conforme modificada em 1 de Dezembro de 2009).

Tabela 2. São Tomé e Príncipe: Indicadores de Referência Estruturais para 2012–13

Categoria	Indicadores de Referência Estruturais	Razão económica	Prazo
Reforçar as Finanças Públicas			
Administração fiscal	i. Desenvolver um plano estratégico de reforma para modernizar a administração fiscal, em linha com as recomendações do FAD	Reforçar a administração de receitas	Fim de Dez. 2012
Controlo interno	ii. Reforçar o controlo interno, através da Reconciliação e certificação dos atrasados cruzados entre a ENCO, a EMAE e o Tesouro, e definir uma estratégia comum para tratar desta questão e prevenir a acumulação futura de atrasados entre estas entidades	Reforçar a GFP	Fim de Dez. 2012
Controlo externo	iii. Reforçar o controlo externo, através da Elaboração das contas gerais do Estado para 2012 e respectivo envio ao Tribunal de Contas	Reforçar a GFP	Fim de Jun. 2013
Melhorar a Gestão Monetária e a Estabilidade Financeira			
Gestão da liquidez	iv. Melhorar a gestão da liquidez através da <ul style="list-style-type: none"> - Criação de um quadro de previsão da liquidez, reservas internacionais e contas do Estado para identificar excessos ou défice de liquidez 	Reforçar o quadro de política monetária	Fim de Dez. 2012
Supervisão bancária	v. Reforçar a supervisão e regulação bancária: <ul style="list-style-type: none"> - Concluir o processo de supervisão <i>in loco</i> de dois bancos comerciais - Concluir o processo de supervisão <i>in loco</i> do maior banco comercial - Concluir o processo de supervisão <i>in loco</i> dos dois bancos comerciais restantes 	Garantir a estabilidade financeira	Fim de Dez. 2012 Fim de Jun. 2013 Fim de Dez. 2013
Reforçar o enquadramento CBC/FT			
CBC/FT	vi. Reforçar o enquadramento CBC/FT através do envio à Assembleia Nacional das propostas de alteração da Lei CBC/FT	Adequar a legislação CBC/FT às normas do GAFI e contribuir para retirar STP da lista negra	Fim de Dez. 2012

Tabela 3. São Tomé e Príncipe: Outras Medidas de Reforma Planeadas

Categoria	Medidas Estruturais	Razão económica	Calendário indicativo
Reforçar as Finanças Públicas			
Administração fiscal	i. Reforçar as funções nucleares da administração tributária através de: <ul style="list-style-type: none"> - Reorganização dos serviços da DI, criação de auditoria interna e serviço central multidisciplinar - Criação do sistema de dossier único para cada contribuinte - Reforço das operações fiscais através de: <ul style="list-style-type: none"> i) melhoria da segurança do registo do contribuinte, ii) reforço das inspecções, iii) reorganização das acções de cumprimento tributário, iv) desenvolvimento de novas funcionalidades informáticas, e v) reforço das relações com os contribuintes - Introdução de segmentação na organização dos serviços, métodos de trabalho, e afectação de recursos, distinguindo as grandes empresas e os outros contribuintes - Reforço das capacidades da DI e melhoria das condições de trabalho dos seus funcionários 	Reforçar a administração de receitas	2013–15
Administração aduaneira	ii. Elaborar um plano de reforma para reforçar a administração alfandegária	Reforçar a administração de receitas	Dez. 2012
Quadro fiscal de médio prazo	iii. Conceber um cenário fiscal de médio prazo que inclua elementos das GOP para gradualmente chegar a um QFMP	Reforçar a GFP	Dez. 2013
Quadro de responsabilidade fiscal	iv. Introduzir regras de transparência no âmbito das quais a informação fiscal relevante, tal como execução orçamental, dívida pública, [cenário fiscal de médio prazo], e contas gerais do Estado, é publicada em relatórios trimestrais em datas pré-anunciadas	Reforçar a GFP	Mar. 2013
Controlo interno	v. Reforçar o controlo interno, através de <ul style="list-style-type: none"> - Atribuição aos inspectores da IGF de senha para aceder ao SAFE-e - Melhoria dos recursos operacionais do IGF 	Reforçar a GFP	Dez. 2012
Controlo externo	vi. Reforçar o controlo externo, através de <ul style="list-style-type: none"> - Melhoria dos recursos operacionais do Tribunal de Contas - Emendar a Lei orgânica do Tribunal de Contas para o dotar de instrumentos punitivos e coercivos, tais como multas e poderes para suspender contratos se forem detectadas irregularidades - Disponibilização de acesso por parte do Tribunal de Contas ao sistema SAFE-e para que possa monitorizar a execução orçamental e financeira em tempo real 	Reforçar a GFP	2013–14 Jan. 2013
			2014
			Dez. 2012

Categoria	Medidas Estruturais	Razão económica	Calendário indicativo
Melhorar a Gestão Monetária e a Estabilidade Financeira			
Gestão da liquidez	vii. Melhorar a gestão da liquidez através da	Reforçar o quadro de política monetária	2012–15
	- Definição de uma taxa directora e introdução de instrumentos de mercado aberto com o objectivo de neutralizar as condições de liquidez		2013–15
	- Melhoria do sistema de pagamentos para operações do mercado interbancário baseado nas melhores práticas internacionais		2013–15
Supervisão bancária	- Reforçar a supervisão e regulação bancária	Garantir a estabilidade financeira	2012–15
	- Exigir que a banca comercial divulgue trimestralmente as contas preliminares normalizadas na Internet		2013–15
	- Emendar o quadro legal e regulatório para tratar com bancos problemáticos		2013–15
	- Avaliar os planos de negócio e iniciar a análise de soluções de reestruturação para bancos que não querem ou não podem recuperar a rentabilidade		2013–15
Estatísticas			
Estatísticas monetárias	viii. Introdução do novo plano de contas no Banco Central e fornecimento regular e atempado destes dados ao FMI no formato de reporte padrão (SRF)	Aumentar a transparência	Fim de Dez. 2013
Reforçar o Enquadramento CBC/FT			
CBC/FT	ix. Reforçar o enquadramento CBC/FT através do - Aumento dos recursos humanos e financeiros da UIF e dotá-la de orçamento adequado e detalhado destinado efectivamente ao reforço das suas funções nucleares	Adequar a legislação CBC/FT às normas do GAFI e contribuir para retirar STP da lista negra	Fim de Dez. 2012

ANEXO II. SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE: MEMORANDO TÉCNICO DE ENTENDIMENTO

23 de Maio de 2012

1. O presente Memorando Técnico de Entendimento (MTE) contém as definições e mecanismos de ajustamento para clarificar a medição das variáveis incluídas na Tabela 1, Critérios de Desempenho Quantitativos e Metas Indicativas no âmbito do Instrumento de Crédito Alargado (ECF, na sigla em inglês) para o período de 2012-15, anexa ao Memorando de Políticas Económicas e Financeiras (MPEF). Salvo indicação em contrário, todos os critérios de desempenho quantitativos e metas indicativas serão avaliados em termos de fluxos cumulativos a partir do início de cada ano civil.

I. FORNECIMENTO DE DADOS AO FMI

2. Os dados relativos a todas as variáveis sujeitas aos critérios de desempenho e metas indicativas serão fornecidos ao corpo técnico do Fundo mensalmente, com um desfasamento não superior a quatro semanas para os dados relativos às reservas internacionais líquidas do Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP) e a seis semanas para outros dados. Todas as revisões de dados serão transmitidas de imediato pelas autoridades ao corpo técnico do Fundo. Para as variáveis relevantes para avaliar o desempenho em relação aos objectivos do programa mas que não constem especificamente no presente Memorando, as autoridades consultarão o corpo técnico do FMI, à medida do necessário, sobre o modo da sua aferição e reporte. Os critérios de desempenho incluídos no programa, conforme a definição abaixo, referem-se ao saldo primário interno e financiamento bancário líquido do Governo Central, reservas internacionais líquidas do Banco Central, atrasados de pagamentos externos, dívida externa não concessional de curto prazo e de médio e longo prazo contraída ou garantida pelo Governo Central e/ou pelo Banco Central.

II. DEFINIÇÕES

3. **Governo**, para efeitos do presente MTE, refere-se ao Governo Central, que inclui todos os ministérios, gabinetes e entidades, e outros organismos que constituam agências ou instrumentos da autoridade central de São Tomé e Príncipe. Entretanto, o Governo Central não inclui as operações das empresas públicas.

4. **Receitas internas do Governo (excluindo receitas petrolíferas)** incluem todas as receitas fiscais e não fiscais do Governo (em moeda nacional e estrangeira), com excepção de: 1) donativos externos, 2) receitas da venda local de donativos em espécie (por exemplo, o petróleo bruto recebido da Nigéria, ajuda alimentar, etc.) e 3) todos os fluxos brutos de entradas para o Governo relacionados com os pagamentos dos bónus de assinatura do petróleo e com os juros acumulados na Conta Nacional do Petróleo (CNP). As receitas serão calculadas em base de caixa conforme apresentado no quadro das operações financeiras do Governo elaborado pelas Direcções do Orçamento e do Tesouro do Ministério das Finanças e Cooperação Internacional.

5. Despesa primária interna abrange todas as despesas do Governo avaliadas na base de compromissos, excluindo: 1) as despesas de capital financiadas através de empréstimos concessionais e donativos externos e 2) os pagamentos de juros programados. A divulgação das despesas internas do Governo será baseada na execução do orçamento de Estado elaborada mensalmente pelas Direcções do Orçamento e do Tesouro do Ministério das Finanças e Cooperação Internacional.

6. Dentro da despesa primária interna, as **despesas para a redução da pobreza** dizem respeito aos gastos do Governo previstos no orçamento que têm efeito directo na redução da pobreza, como acordado com o corpo técnico do FMI e do Banco Mundial. Tais despesas, que incluem tanto gastos correntes como de capital, são definidas da seguinte forma:

a. **Despesas correntes para a redução da pobreza:** Abrangem os ministérios e categorias de despesas (por código orçamental) descritos na matriz abaixo:

Code	Description of expenditure	Ministry of Education	Ministry of Health	Ministry of Labour
01.00.00	Personnel expenses	x	x	x
02.01.05	Other durable goods	x	x	
02.02.02	Fuel and lubricants ¹	x	x	x
02.02.04	Food ¹	x		
02.02.05	Medicine	x	x	
02.02.06	Clothing and footwear ¹	x	x	x
02.02.09	Other nondurable goods	x	x	
02.03.01.01	Water and energy	x	x	x
02.03.02	Custody of goods	x	x	
02.03.06	Communications	x	x	x
04.02.01	Private institutions	x		x
04.03.01	Individuals	x		x
04.04.02	Other inward transfers		x	
06.01.00	Education and training		x	
06.04.01	Project costs	x		
06.04.04.02	Miscellaneous	x	x	

¹ Expenditures on fuels and lubricants (*combustíveis e lubrificantes*) that are effected for administrative purposes are excluded. Likewise, food (*alimentação*) and clothing and shoes (*roupas e calçados*) supplied to administrative staff are excluded.

b. **Despesas de capital para a redução da pobreza financiadas pelo Tesouro:** Cobrem os projectos que se considere terem um impacto directo no alívio da pobreza nos seguintes sectores: educação, saúde, redes de apoio social, agricultura e pescas, desenvolvimento rural, juventude e desportos, abastecimento de água potável, e electrificação.

7. Despesas de capital financiadas pelo Tesouro: Classificam-se como parte da despesa primária interna e cobrem projectos que não sejam directamente financiados por donativos para projectos nem empréstimos concessionais. As despesas de capital financiadas pelo Tesouro deverão corresponder ao plano do Governo de 2012 para investimento em estradas, pontes,

escolas, água e energia. Deverão incluir gastos em construções novas, reabilitação e manutenção. As despesas com ordenados e salários e aquisição de bens e serviços relacionadas com os projectos não serão classificadas como despesa de capital. O programa de investimentos do Governo será executado pelos Ministérios das Obras Públicas e Recursos Naturais, Educação e Saúde.

8. Saldo primário interno é definido como a diferença entre a receita interna e a despesa primária interna do Governo. A título indicativo, no final de Dezembro de 2011, estima-se que este saldo seja de 133 mil milhões de dobras, repartido da seguinte forma:

	Receita interna do Governo:	787 mil milhões
<i>Menos:</i>	Despesa primária do Governo: (conforme definida no parágrafo 5)	<u>920 mil milhões</u>
<i>Igual a:</i>	Saldo primário interno:	-133 mil milhões

9. Atrasados internos são definidos como a diferença entre a despesa em base de compromissos e os pagamentos de caixa (montantes devidos há mais de 40 dias e não pagos).

10. Para efeitos do presente MTE,¹ a **taxa de câmbio do programa** será de 19.008 dobras por dólar americano, 24.500 dobras por euro e 28.987 dobras por Direitos de Saque Especiais (DSE).

11. Crédito bancário líquido ao governo central (CLG) é definido como stock de todos os créditos concedidos ao Governo pelo BCSTP e pelas outras sociedades de depósitos (OSD), menos todos os depósitos do Governo Central no BCSTP e nas OSD, conforme reportados mensalmente pelo BCSTP ao corpo técnico do FMI. O saldo da Conta Nacional do Petróleo (CNP) não está incluído no crédito líquido ao Governo Central. Todas as contas expressas em moeda estrangeira serão convertidas em dobras à taxa de câmbio do programa. Como referência, no final de Dezembro de 2011, estima-se que o saldo do crédito líquido ao Governo Central (excluindo a CNP) seja de 135 mil milhões de dobras, repartido da seguinte forma:

	Crédito do BCSTP, incluindo o uso de recursos do FMI:	262 mil milhões
<i>Menos:</i>	Depósitos do Governo no BCSTP (excluindo a CNP)	70 mil milhões
<i>D/q:</i>	Contas do Tesouro em dobras	25 mil milhões
	Contas do Tesouro em divisas	16 mil milhões
	Depósitos de contrapartida	<u>30 mil milhões</u>
<i>Igual a:</i>	Crédito líquido concedido ao Governo pelo BCSTP	192 mil milhões
<i>Mais:</i>	Crédito das OSD ao Governo	5 mil milhões
<i>Menos:</i>	Depósitos do Governo nas OSD (incl. fundos de contrapartida)	<u>62 mil milhões</u>
<i>Igual a:</i>	Financiamento bancário líquido do Governo (excl. CNP)	135 mil milhões

¹ Este dado se refere ao ponto médio das taxas de câmbio publicadas na página web do BCSTP do dia 31 de Dezembro de 2011.

12. A base monetária em dobras é definida como a soma da moeda emitida – que consiste em notas e moedas em poder do público e do numerário nos cofres-fortes – e reservas bancárias em dobras. As reservas bancárias referem-se às reservas dos bancos comerciais – em dobras – detidas no Banco Central e incluem as reservas em excesso relativamente às reservas mínimas de caixa. A título indicativo, no final de Dezembro de 2011, estima-se que a base monetária em dobras seja de 472 mil milhões, calculada da seguinte forma:

Emissão de moeda:	204 mil milhões
<i>D/q:</i> Numerário nos cofres-fortes	26 mil milhões
Notas e moedas em poder do público	177 mil milhões
<i>Mais:</i> Reservas bancárias em dobras	<u>268 mil milhões</u>
<i>Igual a:</i> Base monetária em dobras	472 mil milhões

13. Reservas internacionais líquidas (RIL) do BCSTP são definidas, para efeitos de monitorização do programa, como, activos externos transaccionáveis de curto prazo, do BCSTP menos obrigações externas de curto prazo, incluindo obrigações em relação ao FMI. Todos os activos externos de curto prazo que não sejam integralmente convertíveis, nem imediatamente disponíveis para e controlados pelo BCSTP (isto é, os activos externos garantidos ou de outra forma onerados, incluindo, mas não se limitando, à conta geral HIPC, em DSE, e os activos utilizados como garantia ou caução a obrigações de terceiros) serão excluídos da definição de RIL. Qualquer título cujo valor de mercado no final de Dezembro de 2011 diferir em mais de 20% do seu valor de emissão nominal original será contabilizado pelo seu valor corrente de mercado, prevalecente na data de análise, conforme informação do Departamento de Mercados do BCSTP. O saldo: 1) da CNP no BCSTP, 2) dos depósitos de bancos relacionados às exigências de capital ou licenciamento e 3) das reservas bancárias expressas em moeda estrangeira não estão incluídos na definição do programa de RIL. Todos os valores serão convertidos em dólares americanos à taxa de câmbio corrente de mercado, prevalecente na data de análise. A título indicativo, no final de Dezembro de 2011, estima-se que as RIL sejam de 610 mil milhões de dobras, calculadas da seguinte forma:

Reservas internacionais brutas:	815 mil milhões
<i>D/q:</i> Numerário	33 mil milhões
Depósitos à ordem	74 mil milhões
Depósitos à prazo (incl. depósitos dos bancos em divisas)	346 mil milhões
Títulos excepto acções	236 mil milhões
<i>D/q:</i> Obrigações do Tesouro de Portugal	95 mil milhões
<i>Menos:</i> desconto (69,65)	29 mil milhões
Obrigações da Rede Ferroviária Nacional	123 mil milhões
<i>Menos:</i> desconto (36,45)	78 mil milhões
Títulos CDG garantidos por hipotecas	195 mil milhões
<i>Menos:</i> desconto (64,00)	70 mil milhões
Juros decorridos de títulos	16 mil milhões
Posição de reserva no FMI	0 mil milhões
Haveres em DSE	110 mil milhões
<i>Menos:</i> Obrigações de curto prazo (incl. obrigações com o FMI)	312 mil milhões

<i>Menos:</i> Reservas bancárias expressas em moeda estrangeira	<u>82 mil milhões</u>
<i>Igual a:</i> Reservas internacionais líquidas	421 mil milhões
<i>Mais:</i> Outros activos externos	237 mil milhões
<i>Menos:</i> Obrigações de médio e longo prazo (incl. a afectação de DSE)	<u>206 mil milhões</u>
<i>Igual a:</i> Activos externos líquidos	452 mil milhões
<i>Memo:</i> Conta Nacional do Petróleo (CNP)	157 mil milhões

14. O critério de desempenho relativo à dívida externa de curto prazo refere-se ao stock da dívida externa com um vencimento igual ou inferior a um ano (incluindo posições a descoberto mas excluindo o crédito normal à importação), devida ou garantida pelo Governo e/ou pelo BCSTP.² Em relação à linha de crédito preventiva de Portugal em apoio à paridade fixa da dobra em relação ao euro, os montantes por pagar nos primeiros três trimestres de determinado ano serão excluídos do limite da dívida externa de curto prazo. No entanto, os montantes por pagar no final de determinado ano serão incluídos na avaliação do cumprimento do critério de desempenho relativo à dívida externa de curto prazo. Como referência, estima-se que em final de Dezembro de 2011 o stock de dívida externa de curto prazo seja zero.

15. O critério de desempenho relativo à dívida externa não concessional de médio e longo prazo é um critério de desempenho contínuo que se refere à contracção ou garantia de nova dívida externa com vencimento original superior a um ano, pelo Governo e/ou pelo BCSTP.^{3,4} A dívida em processo de reescalonamento e reestruturação está excluída dos tectos estabelecidos para os pedidos de crédito não concessional. A dívida de médio e longo prazo será reportada pelo Departamento de Gerência da Dívida do Ministério das Finanças e Cooperação Internacional e (consoante o caso) pelo BCSTP, calculada em dólares americanos às taxas de câmbio prevaletentes. O Governo deverá consultar o corpo técnico do FMI antes da contratação ou garantia de novas obrigações de dívida de médio e longo prazo.

² O termo “dívida” define-se em conformidade com o Ponto 9 das Directrizes do FMI sobre Critérios de Desempenho Referentes à Dívida Externa em Acordos com o Fundo (Decisão No. 6230-(79/140) do Conselho de Administração do FMI conforme modificada em 1 de Dezembro de 2009). Por “dívida” entende-se um passivo corrente (ou seja, não contingente) criado por via contratual mediante a provisão de valor na forma de activos (incluindo moeda) ou serviços, e que requeira que o devedor realize um ou mais pagamentos na forma de activos (incluindo moeda) ou serviços, em data futura. Tais pagamentos serão de liquidação do capital e juros decorrentes da obrigação contratual.

³ Este critério de desempenho aplica-se não apenas à dívida conforme definida no Ponto 9 das Directrizes do FMI sobre Critérios de Desempenho Referentes à Dívida Externa em Acordos com o Fundo (Decisão No. 6230-(79/140) do Conselho de Administração do FMI, conforme modificada em 1 de Dezembro de 2009), mas também aos compromissos contraídos ou garantidos cujo valor ainda não tenha sido recebido.

⁴ O nível de concessionalidade dos empréstimos é avaliado de acordo com a taxa de juro de referência por moeda, publicada pela Divisão de Crédito à Exportação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). Para empréstimos a períodos não inferiores a 15 anos serão usadas as taxas de referência comerciais médias a 10 anos para a moeda do empréstimo. Para empréstimos por períodos menores aplicar-se-á a média de seis meses. Para os países menos desenvolvidos, como São Tomé e Príncipe, um empréstimo é considerado bonificado se, na data do desembolso inicial, o rácio entre o valor actual do empréstimo, calculado com base na taxa de juro de referência, face ao valor nominal do empréstimo for inferior a 50% (por outras palavras, um elemento de doação de pelo menos 50%). Para moedas sem taxa de juro de referência utilizar-se-á a taxa do DSE. Este critério não se aplica aos instrumentos de crédito do FMI.

16. A não acumulação de novos atrasados de pagamentos externos constitui um critério de desempenho contínuo. Os atrasados de pagamento externos do Governo são definidos como todas as obrigações de dívida pública externa não pagas, de acordo com os dados apresentados pelo Departamento de Gerência da Dívida do Ministério das Finanças e Cooperação Internacional e (consoante o caso) pelo BCSTP, com excepção dos atrasados que aguardem acordos de reescalonamento da dívida, que serão considerados atrasados técnicos. A dívida é considerada em atraso quando não tiver sido paga no prazo de vencimento, a não ser que o conceito de atrasado tenha sido contratualmente definido de outra forma. O critério de desempenho relacionado com os atrasados externos não se aplica aos atrasados externos que aguardam assinatura de acordos bilaterais no contexto do reescalonamento da dívida com os credores do Clube de Paris, consoante o caso, e outros credores bilaterais.

17. Pagamentos líquidos do serviço da dívida externa são definidos como o serviço da dívida devido menos a acumulação de quaisquer novos atrasados de pagamentos externos, incluindo atrasados técnicos.

18. Apoio programático externo oficial é definido como donativos e empréstimos, incluindo apoio em género quando os produtos sejam vendidos pelo Governo e as receitas sejam consignadas a uma rubrica orçamental de despesa, e qualquer outro financiamento extraordinário fornecido por entidades estrangeiras oficiais e incorporado no orçamento. Os montantes assumidos no programa consistentes com esta definição apresentam-se na Tabela 1 do MPEF na rubrica por memória com a designação “apoio programático externo oficial”.

III. FACTORES DE AJUSTAMENTO

19. O critério de desempenho relativo ao défice primário interno terá um factor de ajustamento. O limite do défice primário interno será ajustado em alta se o Governo encontrar apoio orçamental em 2012 e 2013 para além do descrito no MPEF; esse factor de ajustamento terá um limite de 22 mil milhões de dobras (0,5% do PIB em 2011) para 2012 e de 16,5 mil milhões de dobras para o primeiro semestre de 2013.⁵

20. Serão definidos factores de ajustamento dos critérios de desempenho relativos ao crédito líquido ao Governo Central e às reservas internacionais líquidas do BCSTP. Os desvios aos montantes previstos no programa para as transferências a partir da CNP para o orçamento, o apoio programático externo oficial e os pagamentos líquidos do serviço da dívida externa desencadearão ajustamentos aos critérios de desempenho referidos acima. Esses desvios serão calculados cumulativamente a partir do final de Dezembro de 2011 ou final de Dezembro de 2012, conforme apropriado (MPEF, Tabela 1). Segue-se uma explicação desses ajustamentos:

⁵ Os donativos e as despesas relacionadas com custos de realização de eleições não serão incluídos no cálculo do défice primário interno.

- **Ajustamentos aos tectos do crédito líquido ao Governo Central (CLG):** As diferenças trimestrais entre os montantes efectivos e projectados no recebimento das transferências da CNP para o orçamento, no apoio programático externo oficial, nos pagamentos líquidos do serviço da dívida externa, em divisas, serão convertidas em dobras à taxa de câmbio do programa e agregadas a partir do final de Dezembro de 2011 ou do final de Dezembro de 2012, conforme for apropriado, à data de análise. Os tectos serão ajustados em baixa (em alta) face ao valor dos desvios acumulados, em baixa (em alta) face à diferença entre os pagamentos líquidos efectivos e projectados do serviço da dívida externa, e no valor dos desvios em alta (em baixa) nas transferências da CNP e no apoio programático externo oficial. A aplicação combinada de todos os factores de ajustamento, em qualquer data de análise, é limitada a 57 mil milhões de dobras (o equivalente a USD 3 milhões à taxa de câmbio do programa).
- **Ajustamentos ao piso das reservas internacionais líquidas (RIL) do BCSTP:** As diferenças trimestrais entre os recebimentos projectados e efectivos das transferências da CNP para o orçamento, o apoio programático externo oficial e os pagamentos líquidos do serviço da dívida externa, em dobras, serão convertidas em dólares americanos à taxa de câmbio do programa e agregadas a partir do final de Dezembro de 2011 ou do final de Dezembro de 2012, conforme for apropriado, à data de análise. Os pisos serão ajustados em alta (em baixa) face ao valor dos desvios acumulados, em baixa (em alta) no serviço da dívida externa do Governo Central, e no valor dos desvios em alta (em baixa) nas transferências da CNP para o orçamento e no apoio programático externo oficial. A aplicação combinada de todos os factores de ajustamento, em qualquer data de análise, é limitada de modo a que o piso ajustado não seja inferior a USD 18,97 milhões.

IV. REPORTE DE DADOS

- 21.** A informação seguinte será fornecida ao corpo técnico do FMI para efeitos de monitorização do programa.
- 1) **Dados Orçamentais:** A Direcção do Orçamento do Ministério de Finanças e Cooperação Internacional fornecerá a seguinte informação ao corpo técnico do FMI, no prazo de seis semanas após o final de cada mês ou trimestre, com excepção do programa de investimento público (PIP), cujos dados serão fornecidos no prazo de três meses após o final de cada trimestre:
 - Dados mensais sobre as operações do Governo Central em termos de receita, despesa, e financiamento, incluindo uma descrição detalhada dos recursos líquidos consignados, em base de compromissos e de caixa;
 - Dados mensais sobre o crédito líquido ao Governo pelo BCSTP, registados conta por conta, num formato compatível com as contas monetárias do BCSTP;
 - Dados mensais detalhados sobre receitas fiscais e não fiscais;

- Dados mensais detalhados sobre a despesa de capital com financiamento interno em base de compromissos e de caixa;
 - Dados mensais sobre atrasados internos, por tipo;
 - Dados mensais sobre o apoio programático externo oficial (não relacionado a projectos);
 - Dados trimestrais sobre a execução do programa de investimento público (PIP), por projecto e fonte de financiamento;
 - Dados trimestrais sobre a execução das despesas de capital financiadas pelo Tesouro, por projecto, montante, cronograma de execução e progressos na execução;
 - Dados trimestrais sobre donativos para projectos e desembolsos de empréstimos (HIPC e não HIPC);
 - Dados trimestrais sobre alívio da dívida bilateral no âmbito da HIPC;
 - Estruturas de preços de petróleo pendentes mais recentes e apresentação de novas estruturas de preço (no prazo de uma semana após cada alteração).
- 2) **Dados Monetários:** O BCSTP fornecerá ao corpo técnico do FMI, no prazo de três semanas após o final de cada mês, as suas contas monetárias. Serão fornecidos outros dados monetários no prazo de seis semanas após o final de cada mês, no prazo de dois meses após o fim de cada trimestre no caso de dados trimestrais, e no prazo de dois meses após o final de cada ano para os dados anuais. Os dados semanais serão fornecidos no prazo de duas semanas após o final de cada semana. O BCSTP fornecerá a seguinte informação ao corpo técnico do FMI:
- Dados diários sobre taxas de câmbio, a serem publicados no sítio web do BCSTP;
 - Dados diários sobre taxas de juro, a serem publicados no sítio web do BCSTP;
 - Tabela diária de gestão da liquidez, incluindo base monetária em dobras e moeda em circulação, a ser publicada no sítio web do BCSTP;
 - Posição diária de reservas internacionais líquidas, a ser publicada no sítio web do BCSTP;
 - Dados mensais do balanço do BCSTP (no formulário 1SR do FMI, com as rubricas pro memória solicitadas);
 - Dados mensais do balanço individualizados de todas as sociedades de depósitos (no formulário 2SR do FMI);
 - Dados mensais do balanço consolidado das outras sociedades de depósitos (no formulário 2SR do FMI);

- Dados mensais consolidados da síntese das sociedades de depósitos (no formulário de inquérito 3SG do FMI);
 - Orçamento cambial mensal do Banco Central;
 - Mapa trimestral dos rácios prudenciais dos bancos e indicadores de solidez financeira;
 - Dados trimestrais sobre a posição financeira do BCSTP (demonstração de resultados, défice, execução orçamental, etc.).
- 3) **Dados da Dívida Externa:** O Gabinete da Dívida do Ministério das Finanças e Cooperação Internacional fornecerá ao corpo técnico do FMI, no prazo de dois meses após o final de cada mês, a informação seguinte:
- Dados mensais sobre amortização e juros da dívida externa, por credor: montante pago, programado e sujeito a alívio da dívida ou reescalonado;
 - Dados trimestrais sobre desembolsos de projectos com financiamento externo e empréstimos de apoio programático.
- 4) **Contas Nacionais e Estatísticas Comerciais:** Os dados seguintes serão fornecidos ao corpo técnico do FMI:
- Dados mensais do índice de preços no consumidor, fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística, no período de um mês após o final de cada mês;
 - Dados mensais sobre importações (valor das importações, impostos cobrados sobre importações e atrasados) e valores das exportações de produtos, fornecidos pela Direcção das Alfândegas do Ministério das Finanças e Cooperação Internacional, no prazo de dois meses após o final de cada mês;
 - Dados mensais sobre os carregamentos e consumo de petróleo (volume e preços CIF, por produto), fornecidos pela Direcção das Alfândegas.

APÊNDICE II. NOTA TÉCNICA SOBRE O TRATAMENTO DA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO NO QUADRO MACROECONÓMICO

Tratamento no relatório do corpo técnico sobre as consultas de 2011 nos termos do Artigo IV

O enquadramento macroeconómico do mais recente relatório do corpo técnico sobre as consultas ao abrigo do Artigo IV adoptou um modelo simples para calcular o impacto da produção de petróleo sobre os agregados macroeconómicos. A partir da informação prestada pelas autoridades e disponível nos media, espera-se que a produção de petróleo terá início em 2015, com duração de 20 anos. Os pressupostos básicos desse enquadramento assentam principalmente na Lei de Gestão da Receita Petrolífera (LGRP) de S. Tomé e Príncipe, no acordo entre S. Tomé e a Nigéria para a criação da Zona de Desenvolvimento Conjunto (ZDC) e no acordo de partilha de produção (APP) com a empresa petrolífera. Os pressupostos limitam-se à produção na ZDC, uma vez que as actividades de S. Tomé na Zona Económica Exclusiva (ZEE) ainda são incipientes. Os pressupostos sobre a produção de petróleo não incluem os bónus de assinatura relativos à atribuição dos direitos de exploração noutros blocos da ZDC ou na ZEE.

Os valores da produção anual de petróleo são derivados das estimativas do corpo técnico acerca dos volumes e das projecções sobre os preços do petróleo apresentadas na publicação *World Economic Outlook (WEO)*. A projecção era de 4,634 milhões de barris por ano a serem produzidos no Bloco 1 da ZDC, aplicando-se um desconto de 15% sobre o preço constante do *WEO* em função da qualidade. Com base nesses pressupostos, a receita bruta do projecto seria de USD 373 milhões em 2015. Com base nas regras da ZDC e no APP, a empresa petrolífera teria direito à primeira parcela das receitas (para recuperar os seus custos operacionais e o investimento de capital). Presume-se que os custos operacionais ascendam a USD 7 milhões por ano, e que o investimento de capital seja de USD 200 milhões por ano até 2018 e USD 100 milhões por ano daí em diante.

A produção líquida restante seria dividida entre os governos de S. Tomé e Príncipe e da Nigéria e a empresa petrolífera. Nos termos do APP, os dois governos ficam com 70% da produção líquida e a empresa petrolífera com 30%. As receitas da empresa petrolífera com a produção na ZDC seriam de USD 50 milhões em 2015. As receitas da Nigéria e de S. Tomé, no montante de USD 117 milhões, seriam complementadas pelos rendimentos derivados do arrendamento da superfície (10% da produção bruta) e royalties (12% da produção bruta).

Segundo o acordo da ZDC 60% dessas receitas são atribuídas à Nigéria e 40% a S. Tomé e Príncipe. Para S. Tomé, as projecções indicam receitas fiscais de USD 65 milhões em 2015. Este montante seria colocado na Conta Nacional do Petróleo (CNP), com uma parte dos proveitos a ser afectada ao orçamento nos termos da LGRP. O total da produção bruta de petróleo (USD 149 milhões) seria registado na conta corrente como exportações. As remessas da empresa petrolífera (USD 103 milhões) seriam lançadas na conta corrente como serviços factoriais líquidos. A produção líquida de petróleo (USD 66 milhões) seria incluída no PIB.

Problemas com o tratamento no relatório do corpo técnico sobre as consultas de 2011 nos termos do Artigo IV

A abordagem antiga padece de três incoerências: problemas metodológicos, classificações erróneas e problemas nos pressupostos subjacentes. Os ajustes no modelo para corrigir esses problemas resultaram em alterações significativas nos principais agregados macroeconómicos de S. Tomé e Príncipe a partir de 2015.

O tratamento da produção/exportação de petróleo precisa ser uniforme nas contas nacionais e na balança de pagamentos. A metodologia anterior utilizava a produção bruta para fins da balança de pagamentos e a produção líquida da recuperação de capital para fins das contas nacionais. Como resultado, a melhoria na balança comercial era muito mais acentuada do que a melhoria no PIB. Uma vez que o PIB pela óptica da despesa é calculado a partir de valores conhecidos das exportações líquidas e do investimento interno bruto, o consumo privado passa a ser o resíduo. Segundo os pressupostos anteriores, o consumo privado sofre uma queda de 28% em 2015 e não regressa aos níveis anteriores à produção de petróleo por mais dois anos. As melhores práticas internacionais, conforme definidas no *Balance of Payments and International Investment Position Manual 6 (BPM6)* recomendam que ambos os conjuntos de estatísticas macroeconómicas sejam tratados em bases brutas.

Um erro básico da antiga metodologia era o tratamento do investimento petrolífero e da recuperação de capital. O investimento será realizado na ZDC, utilizando sobretudo materiais e mão de obra importadas. Apenas o contributo directo de S. Tomé e Príncipe ao investimento deve ser tratado nas contas nacionais e na balança de pagamentos. O saldo projectado da conta corrente de S. Tomé e Príncipe não apresenta melhorias com o início da produção de petróleo em 2015 por causa da inclusão de outras importações relacionadas ao investimento e da classificação da recuperação do investimento de capital como serviços factoriais. O enquadramento anterior não utilizou duas cláusulas da LGRP. O governo pode cobrar impostos de 40% sobre o rendimento líquido resultante das operações petrolíferas, mas nenhum ajustamento nesse sentido foi feito nas contas orçamentais ou na balança de pagamentos. O enquadramento anterior também afectava a receita da produção petrolífera directamente ao orçamento a partir de 2015, com base na Hipótese do Rendimento Permanente. Isto contraria a LGRP, que exige a inclusão no orçamento, no primeiro ano de produção, de uma média do saldo inicial da CNP e do saldo final projectado ao final do ano. O novo enquadramento está em linha com as exigências da LGRP relativamente à afectação das receitas petrolíferas ao orçamento. Vinte por cento do saldo final da CNP no ano transacto são afectos ao orçamento todos os anos até 2015. Em 2015, são afectos ao orçamento 20% do saldo final da CNP no ano transacto, mais 20% do saldo final projectado da CNP em 2015. A partir de 2016, as receitas petrolíferas são afectas ao orçamento com base na hipótese do rendimento permanente, com uma taxa nominal de desconto de 8,8% e um limite superior de 3% para a taxa real de retorno.

Os pressupostos sobre a produção petrolífera não foram actualizados em pelo menos quatro anos. Os pressupostos, que assentam no projecto do perfil da produção do Bloco B da Guiné Equatorial de 1998, foram utilizados na avaliação inicial do acordo de partilha de produção entre a ZDC e a Mobil. Este perfil incluía uma produção inicial de 42.322 barris de petróleo por dia, ascendendo com o tempo até chegar ao pico de 153.300 barris de petróleo por dia no terceiro ano de produção, para em seguida começar a declinar no quinto ano de produção. O antigo

perfil de produção petrolífera mantinha a produção constante em 43.322 barris por dia (com um desconto de 70% para se chegar a uma estimativa conservadora). Infelizmente, este perfil não levava em conta a possibilidade de aumento da capacidade e de esgotamento das reservas. O perfil de produção de 1998 foi reinserido no enquadramento e modificado para ter em conta os novos pressupostos sobre o volume das reservas petrolíferas.

Impacto das correcções propostas

As profundas revisões decorrentes das alterações acima referidas resultaram em grandes alterações nos agregados macroeconómicos de 2015 e além. Foram feitas revisões significativas não apenas no perfil da produção petrolífera e no volume estimado de reservas, mas também na metodologia em que assentam os cálculos do PIB, da balança de pagamentos e das receitas orçamentais. O que se segue é uma demonstração do impacto dessas mudanças em comparação aos valores constantes do *Relatório do Corpo Técnico sobre as Consultas de 2011 ao abrigo do Artigo IV* (doravante "*Relatório do Corpo Técnico de 2011*").

- O PIB aumenta de USD 468 milhões (*Relatório do Corpo Técnico de 2011*) para USD 489 milhões em 2015. O crescimento do PIB real em 2015 é revisto de 24,4% (*Relatório do Corpo Técnico de 2011*) para 38%.
- O saldo da conta corrente (excl. transferências oficiais) passa de um défice de 28,8% do PIB antigo (*Relatório do Corpo Técnico de 2011*) para um défice de 15,2% do novo PIB de 2015. O saldo das contas de capital e financeira diminui de um excedente de 37,8% do PIB antigo (*Relatório do Corpo Técnico de 2011*) para 17,1% do novo PIB.
- As receitas petrolíferas são reduzidas de 14,3% do PIB antigo (*Relatório do Corpo Técnico de 2011*) para 7,7% do novo PIB de 2015. Esta alteração, em conjunto com a alteração na maneira de calcular a dotação orçamental de 2015, reduz o montante de financiamento não gerador de dívida disponível para o governo em 2015. Como resultado, o governo precisará de donativos e financiamento concessional adicionais até 2015.



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

6 de Julho de 2012

PEDIDO DE ACORDO TRIENAL AO ABRIGO DA FACILIDADE DE CRÉDITO ALARGADO — ANEXO INFORMATIVO

Elaborado por:

Departamento de África
(em consulta com outros departamentos)

SUMÁRIO

RELAÇÕES COM O FMI	2
RELAÇÕES COM O GRUPO DO BANCO MUNDIAL	6
RELAÇÕES COM O GRUPO DO BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO	8
QUESTÕES ESTATÍSTICAS	10

RELAÇÕES COM O FMI

(Em 31 de Maio de 2012)

Admissão e regime de consultas:

Admitido em 30 de Setembro de 1977; Artigo XIV

Conta de Recursos Gerais:	Milhões de DSE	% da Quota
Quota	7,40	100,00
Haveres do FMI na moeda do país (taxa de câmbio)	7,40	100,05
Posição na tranche de reservas	0,00	0,00

Departamento de DSE:	Milhões de DSE	% da Afectação
Afectação acumulada líquida	7,10	100,00
Haveres	3,76	53,01

Saldo de compras e empréstimos:	Milhões de DSE	% da Quota
Acordos ECF	3,21	43,37

Acordos financeiros mais recentes:

Tipo	Data de aprovação	Data de vencimento	Montante aprovado (Milhões de DSE)	Montante sacado (Milhões de DSE)
ECF ^a	02/03/2009	01/03/2012	2,59	0,74
ECF ^a	01/08/2005	31/07/2008	2,96	2,96
ECF ^a	28/04/2000	27/04/2003	6,66	1,90

^a Antigo PRGF.

Projectão dos Pagamentos ao FMI ¹

(Milhões de DSE; com base no presente uso de recursos e haveres correntes em DSE):

	<u>Próximos</u>				
	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>
Capital		0,40	0,63	0,70	0,61
Comissões/juros	0,00	0,00	0,01	0,01	0,01
Total	0,00	0,40	0,64	0,71	0,62

¹ Quando um país membro tem obrigações financeiras vencidas há mais de três meses, o montante desses atrasados é apresentado nesta secção.

Implementação da Iniciativa HIPC:

	Quadro reforçado
Compromissos da assistência HIPC	
Data do ponto de decisão	Dezembro de 2000
Assistência comprometida por todos os credores (milhões de USD) ¹	124,30
<i>Da qual:</i> assistência do FMI (milhões de USD)	1,24
(equivalente em milhões de DSE)	0,82
Data do ponto de conclusão	Março de 2007
Desembolso da assistência do FMI (milhões de DSE)	
Assistência prestada ao país membro	0,82
Assistência intercalar	...
Saldo no ponto de conclusão	0,82
Desembolso adicional do rendimento de juros ²	0,04
Total dos desembolsos	0,87

¹ A assistência comprometida ao abrigo do quadro original está expressa em termos do valor actualizado líquido (VAL) no ponto de conclusão; a assistência comprometida ao abrigo do quadro reforçado está expressa em termos de VAL no ponto de decisão. Por este motivo, não é possível somar os dois montantes.

² No âmbito do quadro reforçado, é efectuado um desembolso adicional correspondente ao rendimento dos juros auferidos sobre o montante da assistência HIPC comprometida mas não desembolsada.

Implementação da Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral (MDRI):

Dívida habilitada à MDRI (milhões de DSE) ¹	1,43
Financiada por: Fundo MDRI	1,05
Recursos HIPC remanescentes	0,38

Alívio da dívida por tipo de facilidade (milhões de DSE)

	Dívida admissível		
Data da prestação	GRA	PRGT	Total
Março de 2007	N/A	1,05	1,05
Dezembro de 2007	N/A	0,38	0,38

¹ A MDRI proporciona 100% de alívio da dívida aos países membros habilitados que se qualificam para receber esta assistência. A assistência concessional do Fundo MDRI e dos recursos HIPC proporciona alívio da dívida suficiente para cobrir a totalidade do stock da dívida com o FMI no final de 2004 que continua pendente de pagamento no momento em que o país membro se qualifica para esta modalidade de alívio da dívida.

Avaliação das salvaguardas:

Uma actualização da avaliação das salvaguardas do Banco Central de S. Tomé e Príncipe (BCSTP) foi finalizada em Novembro de 2009. A avaliação concluiu que a estrutura geral de governação e supervisão do BCSTP deveria ser fortalecida para atenuar os riscos de controlo associados às limitações do Banco em matéria de capacidades. Desde à avaliação, foram feitos alguns progressos para aperfeiçoar o quadro de reporte financeiro e o BCSTP está a desenvolver um novo plano de contas. As contas do BCSTP continuam a ser examinadas por firmas de auditoria de renome e as demonstrações financeiras são publicadas, embora com atrasos. Os serviços do FMI ainda não obtiveram as cartas de recomendações de 2010 e 2011 dos auditores externos sobre os controlos internos; a política de salvaguardas exige essa informação. Deu-se início à actualização da avaliação das salvaguardas do BCSTP, a qual será concluída antes da primeira avaliação do acordo. O exame de auditoria do BCSTP relativo a 2011 foi concluído e os serviços do FMI tiveram acesso às demonstrações financeiras auditadas.

Regime cambial:

Desde Janeiro de 2010, S. Tomé e Príncipe indexou a Dobra ao Euro, à taxa de Db 24.500 por Euro. Os bancos comerciais compram divisas directamente ao Banco Central, que pode cobrar uma comissão de até 1,5% sobre todas as operações em divisas. Qualquer taxa que os bancos decidam impor não pode exceder 2% para as operações em Euros e 4%

para as operações noutras moedas. O novo regime cambial eliminou a prática de taxas de câmbio múltiplas relacionada à existência de diversos mercados cambiais com diferentes taxas de câmbio efectivas para operações à vista que vigorava nos anos anteriores.

S. Tomé e Príncipe continua a se valer do regime transitório previsto no Artigo XIV, mas não mantém restrições nos termos do referido Artigo XIV. Contudo, o país mantém uma medida sujeita à aprovação do FMI nos termos do Artigo VIII: uma restrição cambial decorrente dos limites à transferência dos lucros líquidos de investimentos, nos termos do Artigo 3(i) e do Artigo 10.1(b) do Código de Investimento (Lei No. 7/2008), que condicionam a transferência desses lucros ao pagamento dos impostos e outras obrigações devidas ao Estado. A restrição refere-se ao facto de que a exigência se estende ao pagamento de impostos e outras obrigações que não têm relação com os lucros líquidos exportáveis.

Consultas ao abrigo do Artigo IV:

O Conselho de Administração concluiu as últimas consultas com S. Tomé e Príncipe ao abrigo do Artigo IV em 23 de Janeiro de 2012.

Programa de Avaliação do Sector Financeiro (FSAP), Relatórios Sobre a Observância de Normas e Códigos (ROSC) e Avaliações dos Centros Financeiros Offshore (OFC):

Não se aplicam.

Assistência técnica:

Data efectiva	Departamento/finalidade
Abril de 2012	Missão do FAD sobre administração da receita
Março de 2012	Missão do FAD sobre gestão financeira pública
Março de 2012	Missão do STA sobre a balança de pagamentos
Março de 2012	Missão do FAD sobre contabilidade pública
Fevereiro de 2012	Missão do FAD sobre gestão financeira pública
Fevereiro de 2012	Missão de diagnóstico do LEG sobre CBC/FT
Janeiro de 2012	Missão do FAD sobre administração fiscal
Novembro de 2011	Missão do FAD sobre contabilidade pública
Outubro de 2011	Missão do FAD sobre gestão financeira pública
Agosto de 2011	Missão do FAD sobre contabilidade pública
Junho de 2011	Missão do MCM sobre gestão de liquidez em regimes de câmbio fixo (seguimento)
Junho de 2011	Missão do FAD sobre contabilidade pública
Fevereiro de 2011	Missão do MCM sobre quadros de resolução bancária
Janeiro de 2011	Missão do FAD sobre contabilidade pública
Setembro de 2010	Missão do MCM sobre gestão de liquidez em regimes de câmbio fixo
Agosto/Setembro de 2010	Missão do STA sobre estatísticas monetárias e financeiras
Dezembro de 2009	Missão do MCM sobre supervisão bancária
Agosto de 2009	Missão do MCM sobre supervisão bancária
Junho de 2009	Missão do FIN sobre avaliação das salvaguardas
Mai de 2009	Missão do FAD sobre gestão financeira pública
Abril de 2009	Missão do MCM sobre supervisão bancária
Março de 2009	Missão do MCM sobre supervisão bancária
Janeiro de 2009	Missão do STA sobre contas nacionais
Novembro de 2008	Missão do MCM sobre supervisão bancária
Agosto de 2008	Missão do MCM sobre supervisão bancária
Março de 2008	Missão do MCM sobre supervisão bancária
Setembro de 2007	Missão do STA sobre estatísticas de finanças públicas
Julho de 2007	Missão do STA sobre estatísticas monetárias e financeiras
Julho de 2007	Missão do MCM sobre supervisão bancária
Março de 2007	Missão do FAD sobre gestão financeira pública
Março de 2007	Missão do MCM sobre o mercado cambial
Março de 2007	Missão do STA sobre estatísticas da balança de pagamentos
Fevereiro de 2007	Missão do LEG sobre legislação fiscal

Data efectiva	Departamento/finalidade
Novembro/Dezembro de 2006	Missão do LEG sobre códigos fiscais
Novembro/Dezembro de 2006	Missão do MCM sobre supervisão bancária
Novembro/Dezembro de 2006	Missão do MFD sobre mercado cambial e operações monetárias
Agosto de 2006	Missão do MFD sobre supervisão bancária
Junho de 2006	Missão do MFD para avaliar a implementação da assistência técnica

Representante Residente:

Desde Outubro de 2006 o FMI não tem um representante residente em S. Tomé e Príncipe.

RELAÇÕES COM O GRUPO DO BANCO MUNDIAL

Plano Executivo de Acção Conjunta (JMAP) para São Tomé e Príncipe

(Em Junho de 2012)

1. As equipas do FMI e do Banco Mundial para S. Tomé e Príncipe reuniram-se para discutir reformas estruturais essenciais para o país, bem como os seus respectivos programas de trabalho para o biénio 2012-13.

2. O programa de trabalho do Banco Mundial é norteado pela Nota de Estratégia Intercalar de 2011-2012, que focaliza a aceleração do crescimento económico sustentável e de bases alargadas e o fortalecimento da governação, das instituições públicas e do capital humano. Uma nova Estratégia de Assistência ao País (CAS) para 2013–2016 será elaborada no próximo ano, após a finalização de uma Nota Consultiva Conjunta (JSAN) sobre a nova Estratégia Nacional de Redução da Pobreza. Os fundamentos analíticos da Estratégia de Assistência ao País incluem um memorando económico intitulado “O sucesso para além do petróleo”, concluído em 2011, e uma Avaliação

da Pobreza, que deve ser concluída no início de 2013. Um primeira operação de apoio orçamental na vertente Governação e Competitividade foi aprovada em Março de 2012. Trata-se da primeira de uma série de três operações de apoio orçamental programático para 2012–14. Um novo relatório de Avaliação do Desempenho e da Gestão da Dívida (DeMPA) foi concluído em Outubro de 2011, e um plano de reformas para aperfeiçoar a gestão da dívida, em complemento ao DeMPA, foi concluído em Março de 2012.

3. O programa de trabalho do FMI prevê a discussão no Conselho de Administração do pedido das autoridades de um acordo trienal ao abrigo da ECF, uma visita do corpo técnico, uma missão para realizar a primeira avaliação do programa apoiado pela ECF e a assistência em matéria de capacitação nas áreas de gestão financeira pública, gestão de liquidez, supervisão bancária, CBC/FT e estatísticas.

4. O Banco e o Fundo estão a prestar apoios complementares para ajudar S. Tomé e Príncipe a fortalecer a gestão financeira pública e fazer progressos rumo à sustentabilidade da dívida. No que respeita a esta última, as equipas do FMI e do Banco Mundial elaboraram em conjunto uma actualização da análise de sustentabilidade da

dívida (ASD) em 2012. As equipas também emitirão uma Nota Consultiva Conjunta (JSAN) sobre a nova Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP) do governo, que foi concluída pelas autoridades e deve ser discutida pelo Conselho de Ministros até ao final de Julho de 2012.

<i>Título</i>	<i>Produtos</i>	<i>Datas provisórias das missões</i>	<i>Prazo previsto para conclusão</i>
A. Informação mútua sobre programas de trabalho pertinentes			
Programa de trabalho do BM nos próximos 12 meses	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação da Pobreza • Operação de apoio ao orçamento • Estratégia de Assistência ao País 	Out. 2012 Out. 2012, Nov. 2012 e Fev. 2013 Set./Out. 2012 e Fev. 2013	Exercício 2013 Exercício 2013 Exercício 2013
Programa de trabalho do FMI nos próximos 12 meses	<ul style="list-style-type: none"> • Pedido de ECF • Visita do corpo técnico • Primeira avaliação da ECF • Assistência técnica do FAD: <ul style="list-style-type: none"> ○ GFP ○ Administração da receita • Assistência técnica do MCM: <ul style="list-style-type: none"> ○ Gestão de liquidez ○ Supervisão bancária • Assistência técnica do LEG: <ul style="list-style-type: none"> ○ CBC/FT • Assistência técnica do STA: <ul style="list-style-type: none"> ○ Estatísticas monetárias e bancárias 	Maio de 2012 Outubro de 2012 Março de 2013	Julho de 2012 Junho de 2012 Maio de 2013
B. Pedidos de contributos para os programas de trabalho			
Pedido do FMI ao BM (com justificação sumária)	<ul style="list-style-type: none"> • Informação sobre as operações do BM de apoio ao orçamento e o calendário de desembolsos 	Em apoio ao programa orçamental de 2013	Outubro de 2012
Pedido do BM ao FMI (com justificação sumária)	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação das salvaguardas • Quadro macroeconómico 		Março de 2013 Outubro de 2012
C. Acordos quanto a produtos conjuntos			
Produtos conjuntos nos próximos 12 meses	<ul style="list-style-type: none"> • JSAN 		Dezembro de 2012

RELAÇÕES COM O GRUPO DO BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO

(Em 31 de Outubro de 2011)

1. S. Tomé e Príncipe tornou-se membro do Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento em 1976. Até à data, o BAfD financiou 28 operações no país. Este total inclui 22 projectos, alguns deles de apoio institucional, e 5 estudos, para um total de compromissos líquidos de UC 100 milhões no âmbito do Fundo Africano de Desenvolvimento (FAfD) (98,9%), bem como uma operação especial de apoio de UC 1 milhão no âmbito do Nigeria Trust Fund (NTF). Destes recursos, 94% foram concedidos na forma de empréstimos e apenas 6% na forma de donativos. Em 1 de Outubro de 2011, o montante total desembolsado, para a totalidade da carteira, ascendia a UC 84,29 milhões, ou 84,6% dos compromissos líquidos. A agricultura recebeu 24% do total da assistência, seguida pelas infra-estruturas/ transportes (23%); intervenções plurissectoriais (22%); sector social (20%); energia, água e saneamento (9%); e telecomunicações (2%). Estas operações ajudaram na construção e reabilitação de infra-estruturas económicas e sociais básicas (estradas, aeroporto, electricidade, água, escolas e centros de saúde) e no reforço das capacidades económicas e institucionais do país. O BAfD mantém um gabinete para os programas nacionais a funcionar no país desde 1995.

2. O BAfD tem apenas três projectos activos — iniciados em 2005, 2006 e 2011 — em desenvolvimento dos recursos humanos, agricultura (a segunda fase do projecto de desenvolvimento pecuário) e reabilitação das

infra-estruturas para a segurança alimentar (PRIASA). Em conformidade com a ENRP, estes projectos focalizam os principais factores a ter impacto sobre a pobreza. A segunda fase do projecto de desenvolvimento pecuário, financiado com recursos do FAfD-X (UC 4 milhões), foi aprovada em Maio de 2006 e formalizada em Julho de 2006; uma revisão intercalar foi realizada em Setembro de 2010 tendo como meta a reestruturação do projecto para otimizar os seus resultados. O projecto de desenvolvimento dos recursos humanos, financiado com recursos do FAfD-IX (UC 4 milhões), foi formalizado em Junho de 2003 e iniciado em Março de 2005. Este projecto trata da capacitação intersectorial ao proporcionar formação em alfabetização, informação e organização comunitária, bem como formação vocacional especializada adaptada a necessidades específicas, sobretudo nos sectores de petróleo e turismo. O projecto PRISA, aprovado em Novembro de 2010 e formalizado em Fevereiro de 2011, objectiva enfrentar os desafios nacionais em termos de segurança alimentar.

3. A estratégia de assistência do BAfD a S. Tomé e Príncipe (segundo o documento de estratégia nacional, CSP 2005-09) assenta em dois pilares: Pilar I - redução da pobreza na zona rural; e Pilar II - promoção da boa governação na gestão financeira pública. A afectação de recursos do FAfD-X (2005-07) para o país foi de UC 5,15 milhões, na forma de donativos. O primeiro pilar da estratégia ajudou a promover e diversificar a base

económica do país, sobretudo na agricultura e na zona rural, e a reforçar as operações nos sectores sociais. O segundo pilar apoiou as reformas macroeconómicas e a governação, através de um projecto de apoio institucional sobre governação e da assistência técnica ao processo da ENRP, que contribuiu para a melhoria da gestão financeira pública e a capacitação institucional para preparar o país para a era do petróleo que se anuncia.

A assistência técnica de UC 300.000 para o processo da ENRP foi aprovada em 2008 e revelou-se muito eficaz no desenvolvimento de mecanismos de seguimento da ENRP. O donativo de UC 1 milhão do BAfD para enfrentar a crise alimentar de S. Tomé e Príncipe foi aprovado pelo Conselho do BAfD em Abril de 2009 e desembolsado numa única parcela em Agosto de 2009. A missão do BAfD para concluir a estratégia de assistência nacional para 2005–09 foi realizada em Agosto de 2009, em conjunto com a revisão do desempenho da carteira do país (CPPR).

4. Em 2009 o BAfD actualizou um estudo sobre o perfil de governação de S. Tomé e Príncipe e em Junho de 2010 concluiu o estudo sobre os custos da insularidade. As conclusões deste importante relatório foram apresentadas em 10 de Novembro de 2010, em S. Tomé, e debatidas com autoridades, doadores e a sociedade civil. O estudo sobre as iniciativas de capacitação regional, no contexto da CEMAC, CEEAC, PALOP e pequenas economias insulares, foi adiado. Está em curso a programação de outros estudos sobre o trabalho económico e sectorial.

5. Na ausência de uma ENRP actualizada, e em harmonia com a posição tomada pelos outros parceiros de desenvolvimento, o BAfD decidiu não preparar uma nova estratégia nacional para 2010-14, conforme planeado

inicialmente, e sim finalizar a estratégia intercalar para 2010-11 (aprovada pelo Conselho do BAfD em 16 de Novembro de 2010). A referida estratégia intercalar financiou apenas um projecto (no âmbito do FafD-XI, UC 5 milhões) no sector agrícola: um projecto consolidado de infra-estrutura rural em apoio à segurança alimentar (Pilar II). O principal foco desta estratégia intercalar são as actividades de capacitação visando à elaboração da nova ENRP (Pilar I), através do acesso à facilidade do BAfD para estados frágeis.

6. Considerando que a estratégia intercalar para 2010-11 expira no final de 2011, e com base na informação prestada pelas autoridades de que a ENRP II manterá o mesmo foco estratégico que a ENRP I, o Banco iniciou os preparativos para a sua nova estratégia para S. Tomé e Príncipe, a CSP 2012-16. O objectivo supremo da CSP 2012-16 proposta pelo Banco é o reforço das capacidades do sector público de S. Tomé e Príncipe, especialmente na área de GFP, em harmonia com o Pilar I da CSP 2010-11 intercalar. Para o efeito, a proposta da CSP 2012–16 é articulada em torno de um único pilar, o reforço da capacitação institucional, a ser financiado no âmbito do FafD-XII.

7. S. Tomé e Príncipe atingiu os pontos de decisão e de conclusão em 2000 e 2007, respectivamente. Ao alcançar o ponto de decisão HIPC, o país qualificou-se para a MDRI, e o serviço da dívida no âmbito desta iniciativa foi estimado em USD 99,56 milhões. A assistência total do BAfD no âmbito da HIPC e MDRI ascendeu a USD 187,92 milhões. No final de Dezembro de 2008, o BAfD forneceu alívio de USD 13,33 milhões no âmbito da HIPC e USD 99 milhões no âmbito da MDRI.

Tabela 1. Projectos em curso do BAfD (Milhões de UC)

Título dos projectos	Facilidade	Compromisso	Taxa de desembolso (%)
Apoio ao desenv. dos recursos humanos	Empréstimo FAfD	3,5	14,16
	Donativo FAfD	0,5	43,63
Projecto de desenv. pecuário – Fase II	Donativo FAfD	4,0	21,25
PRIASA	Donativo FAfD	5,0	
Total		13,0	19,54 t

QUESTÕES ESTATÍSTICAS

Introdução

- Embora na generalidade os dados sejam apropriados para fins de supervisão, os graves constrangimentos em termos de recursos financeiros, humanos e tecnológicos atrasaram os avanços no fortalecimento do sistema estatístico.
- O país participa do Sistema Geral de Difusão de Dados (GDDS) do FMI desde 20 de Abril de 2004. Os metadados e planos para melhorias não foram actualizados desde à publicação original dos metadados no Boletim Electrónico sobre Normas de Difusão (DSBB). No período 2003–09, o país beneficiou de assistência técnica do STA e de outros provedores, em grande medida no âmbito do Projecto do GDDS para os PALOP.

Contas nacionais

- As estatísticas sobre o PIB/PNB são compiladas em base anual e fornecidas aquando das consultas do Artigo IV e missões de avaliação dos programas. O STA prestou assistência técnica na área de contas nacionais ao Instituto Nacional de Estatística (INE) em 2005, 2006, 2008 e 2009. As baixas taxas de resposta e/ou a insuficiência de rigor das

respostas aos inquéritos às empresas, inclusive da parte das empresas mais importantes, continuam a afectar a qualidade dos dados de negócios compilados.

- Em meados de 2011 foi divulgada uma nova série do PIB para o período 2007-10, com ano base 2001. As novas estimativas cobrem: i) o PIB pela óptica da produção a preços correntes e constantes e ii) mapas de classificação transversal por sector industrial. As séries revisadas reflectem com mais exactidão os desenvolvimentos económicos recentes. Com base nos mais recentes censo populacional, censo empresarial e sondagem das condições de vida, passou-se a atribuir maior peso aos sectores que apresentaram crescimento mais rápido, tais como comércio, transportes, comunicações e serviços. Ainda que a revisão da série do PIB constitua uma melhoria significativa, ainda há várias deficiências. Novas melhorias dependerão da realização de um novo inquérito ao orçamento familiar (e não às condições de vida), utilizando preços ao produtor e melhores estimativas da produção agrícola. O INE está em vias de adoptar um novo sistema para melhor capturar a informação dos inquéritos e mercados para garantir a inclusão de

estimativas do sector informal; está também a compilar dados de um inquérito ao orçamento familiar realizado no final de 2010.

Preços no consumidor

5. Desde 1997 as ponderações do IPC são baseadas num inquérito aos agregados familiares de três meses conduzido em 1995. É preciso compilar os dados do recente inquérito ao orçamento familiar para actualizar as ponderações. As actuais sondagens de preços cobrem apenas a capital, mas há planos para utilizar os resultados do inquérito ao orçamento familiar de 2010 para alargar a cobertura para todo o país.

Estatísticas das finanças públicas

6. Dados detalhados sobre as receitas e despesas são compilados e transmitidos ao AFR. As principais áreas que carecem de reforço são: i) monitorização das despesas com projectos financiados por doadores e ii) operações de financiamento. Todos os empréstimos a projectos financiados por doadores estão inscritos no orçamento, mas alguns são executados de forma independente. O governo solicitou a ajuda dos parceiros de desenvolvimento para inscrever todos os financiamentos externos no orçamento. A expectativa é que o registo das operações de financiamento e dos stocks seja aperfeiçoado em consequência do reforço da capacidade de gestão da dívida.

7. Uma missão de estatísticas de finanças públicas (EFP) de Outubro de 2004 auxiliou o Ministério das Finanças a compilar e disseminar EFP do governo geral segundo as directrizes do *Manual de Estatísticas de Finanças Públicas de 2001 (GFSM 2001)*. A missão preparou tabelas de passagem entre a classificação nacional do orçamento e as classificações segundo o *GFSM 2001*; estas

tabelas serão utilizadas para compilar as EFP que serão reportadas ao STA e ao AFR, bem como para informar as decisões do MF. Dada a importância das receitas relacionadas ao petróleo, a missão também examinou a classificação das receitas do petróleo nos termos da Lei de Gestão da Receita Petrolífera e fez recomendações sobre a classificação dessas transacções. Uma missão de seguimento, em Setembro de 2007, verificou que houve alguns progressos em relação às recomendações da missão de 2004. Em especial, em Janeiro de 2007 foi aprovada uma nova lei do orçamento que promoveu melhorias significativas nas classificações nacionais do orçamento. Apesar desses esforços, a tentativa de acelerar os progressos estatísticos esbarra na ausência de um sistema contabilístico apropriado.

Estatísticas monetárias e financeiras

8. Missões do STA prestaram assistência técnica em estatísticas monetárias em Dezembro de 2004, Abril/Maio de 2006, Junho de 2007 e Setembro de 2010, em resultado das quais melhorou-se a exactidão e oportunidade dos dados monetários transmitidos no formulário padrão de reporte de dados (SRF) relativamente ao banco central e às outras sociedades de depósitos.

9. As missões anteriores constataram que os balancetes mensais do BCSTP eram, na generalidade, apropriados para a compilação de estatísticas monetárias em conformidade com o *Manual de Estatísticas Monetárias e Financeiras (MFSM)*.

10. Um novo Plano de Contas das outras sociedades de depósitos (OSD) foi adoptado em Janeiro de 2010. A missão de Setembro examinou este novo plano de contas para o sistema financeiro e considerou-o apropriado

para a correcta classificação, sectorização e avaliação dos instrumentos financeiros, e compatível com a metodologia do *MFSM*. Contudo, a missão constatou graves deficiências na informação reportada por alguns bancos e incoerências na abordagem adoptada pelos bancos no reporte de dados ao BCSTP, para além do facto de que um banco ainda utiliza o plano de contas antigo. A missão preparou as tabelas de passagem que ligam os balancetes das OSD — com base no novo plano de contas — ao seu respectivo formulário SRF (formulário 2SR).

11. Uma missão de Setembro de 2010 auxiliou as autoridades a: 1) reconstruir o SRF das outras sociedades de depósitos após a introdução do novo plano de contas; 2) avaliar a qualidade dos dados reportados pelas OSD após a migração para o novo plano de contas; 3) dar seguimento ao trabalho de preparação de um SRF para o banco central, com base no novo plano de contas e 4) instituir uma base de dados monetários integrada (BDI) que gere automaticamente os dados para publicação em *International Financial Statistics* (IFS) e para atender as necessidades do Departamento de África (AFR) do FMI para fins de supervisão e do BCSTP para fins analíticos e de informação. De modo a chegar a uma base de dados integrada que satisfaça as necessidades de dados do STA, do AFR e do BCSTP, o STA reconstruiu os dados históricos desde Dezembro de 2001.

Estatísticas do sector externo

12. Existem deficiências significativas na recolha de dados de base relacionados ao comércio de mercadorias. Algumas transacções, inclusivamente algumas importações relacionadas ao investimento, não são totalmente capturadas na balança de pagamentos. Os dados mensais sobre as

principais exportações e importações são reportados com regularidade ao AFR, porém com algum desfasamento nos últimos meses, e os preços unitários e volumes de exportações são incluídos esporadicamente. O AFR não recebe nenhum dado sobre a posição de investimento internacional de S. Tomé e Príncipe, uma vez que o BCSTP ainda não compila esses dados.

13. O projecto do GDDS para os PALOP tem objectivado melhorias substanciais nos dados de base, inclusivamente nas taxas de resposta aos inquéritos e na metodologia de compilação da balança de pagamentos em linha com a sexta edição do *Manual da Balança de Pagamentos* (BPM6).

14. Uma missão de Junho de 2004 constatou incoerências na classificação das operações da balança de pagamentos e que alguns componentes continuam a ser em grande medida estimados. A limitação de recursos, especialmente em termos de pessoal qualificado, contribui para a falta de progressos nas taxas de resposta aos inquéritos. A missão recomendou melhorias na coordenação e partilha de dados entre os órgãos produtores de dados, a intensificação dos contactos com os respondentes dos inquéritos, bem como o uso de fontes alternativas para melhorar os dados de base. Uma missão de Março de 2007 constatou que houve poucos progressos na implementação das recomendações das missões anteriores, sobretudo por causa das limitações de recursos do BCSTP. A missão auxiliou as autoridades na reconciliação de dados da balança de pagamentos e elaborou um conjunto de recomendações e um plano de trabalho detalhado para reforçar a capacidade de compilação. As limitações de recursos do BCSTP também prejudicaram o

desenvolvimento de dados da posição de investimento internacional.

15. Uma missão de Março de 2012 auxiliou as autoridades a migrar para a metodologia *BPM6*. A missão recomendou melhorias na coordenação e partilha de dados entre os órgãos produtores de dados.

16. As autoridades deram continuidade aos esforços anteriores para fortalecer a gestão de dados da dívida, e uma nova unidade foi criada no final de 2003 no Ministério das Finanças para este fim. As autoridades estão a reconciliar os registos da dívida com os credores, e está a ser posto em operação o sistema de registo e gestão da dívida do Secretariado da Commonwealth.

Indicadores mais comuns exigidos para fins de supervisão

(Em 15 de Junho de 2012)

	Data da última observação	Data de recebimento	Frequência dos dados ⁶	Frequência do reporte	Frequência da publicação
Taxas de câmbio	Mai. 2012	Jun. 2012	D	D	D
Activos e passivos de reserva internacionais da autoridade monetária ¹	Abr. 2012	Mai. 2012	D	D	D
Reserva/base monetária	Abr. 2012	Mai. 2012	D	D	D
Massa monetária	Mar. 2012	Mai. 2012	M	M	M
Balanço do banco central	Abr. 2012	Mai. 2012	M	M	M
Balanço consolidado do sistema bancário	Abr. 2012	Mai. 2012	M	M	M
Taxas de juros ²	Mai. 2012	Mai. 2012	M	M	M
Índice de Preços no Consumidor	Mai. 2012	Jun. 2012	M	M	M
Receitas, despesas, saldo e composição do financiamento ³ – governo geral ⁴	Mar. 2012	Mai. 2012	T	T	T
Receitas, despesas, saldo e composição do financiamento ³ – governo central	Mar. 2012	Mai. 2012	T	T	T
Stocks da dívida contraída ou garantida pelo governo central ⁵	Dez. 2011	Mai. 2012	T	I	M
Balança de transacções correntes externas	Dez. 2011	Mai. 2012	A	I	A
Exportações e importações de mercadorias	Mar. 2012	Mai. 2012	M	M	A
PIB/PNB	2010	Ago. 2011	A	I	A
Dívida externa bruta	Dez. 2011	Mai. 2012	T	I	A

¹ Inclui os activos de reserva dados em garantia ou penhorados, bem como as posições derivadas líquidas.

² Taxa de referência do Banco Central.

³ Financiamento externo, bancário interno e não bancário interno.

⁴ O governo geral é composto pelo governo central (fundos orçamentais, fundos extra-orçamentais e fundos de segurança social) e pelos governos estaduais/provinciais e locais.

⁵ Composição por moeda e por vencimento.

⁶ Diária (D), semanal (S), mensal (M), trimestral (T), anual (A), irregular (I), não disponível (ND).



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

ANÁLISE CONJUNTA FMI /BANCO MUNDIAL DA SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA¹

6 de Julho de 2012

Aprovado por
**David Owen e Dhaneshwar
Ghura (FMI) e Marcelo Giugale
e Jeffrey Lewis (AID)**

Elaborado por:
Corpos técnicos do Fundo Monetário
Internacional e da Associação
Internacional de Desenvolvimento, em
colaboração com as autoridades de
S. Tomé e Príncipe.

São Tomé e Príncipe apresenta um risco elevado de sobreendividamento, segundo esta actualização da análise da sustentabilidade dívida (ASD) de países de baixo rendimento, efectuada em conjunto pelo Banco Mundial e o FMI. A actualização reflecte dados económicos e previsões recentes, inclusive para o sector petrolífero. A despeito das projecções revistas, não houve alteração na avaliação de risco elevado de sobreendividamento em relação à ASD publicada em Fevereiro de 2012. No cenário de base, o rácio VA da dívida/exportações permanece acima do limiar indicativo específico para o país por um período prolongado, em vista da estreita base exportadora do país. Tendo em conta a expectativa de produção comercial de petróleo a partir de 2015 e de investimento directo estrangeiro a ela associado, o perfil projectado da dívida é coerente com uma dinâmica de dívida manejável, porém de alto risco. Os cenários de stress mostram que a disponibilidade reduzida de financiamento em condições concessionais poderia ameaçar a estabilidade da dívida. Num cenário alternativo não petrolífero, todos os indicadores sofrem deterioração quando comparados aos resultados do cenário de base; para que se possa alcançar um nível de endividamento sustentável, seria necessário um ajustamento adicional de 1% do PIB no orçamento até 2015, para além de novos esforços para diversificar a economia e alargar a base de exportação no médio prazo.

¹ A presente ASD foi elaborada pelos corpos técnicos do FMI e do Banco Mundial em colaboração com as autoridades de S. Tomé e Príncipe. A presente análise actualiza a anterior ASD conjunta, de 8 de Fevereiro de 2012 (Relatório do FMI No. 12/34). A ASD observa os princípios da nota de orientação conjunta para a aplicação do quadro de sustentabilidade da dívida de países de baixo rendimento, de 22 de Janeiro de 2010 (*Staff Guidance Note on the Application of the Joint Fund-Bank Debt Sustainability Framework for Low-Income Countries*).

CONTEXTUALIZAÇÃO

1. A ASD anterior para S. Tomé e Príncipe foi realizada como parte das consultas de 2011 ao abrigo do Artigo IV e publicadas em Fevereiro de 2012.² A referida ASD concluiu que S. Tomé e Príncipe apresentava um alto risco de sobreendividamento. Ao mesmo tempo, mostrou uma dinâmica mais favorável dos indicadores da dívida do que as avaliações anteriores, o que reflecte melhorias nas receitas orçamentais e informações mais actualizadas sobre a futura produção de petróleo.

2. S. Tomé e Príncipe atingiu o ponto de conclusão da Iniciativa HIPC reforçada em Março de 2007, recebeu complementação (*topping-up*) da assistência em Dezembro de 2007 e beneficiou do alívio da dívida das iniciativas HIPC/MDRI. A MDRI, em especial, permitiu uma economia substancial do serviço da dívida, uma vez que 54% do total da dívida antes do ponto de conclusão HIPC referia-se à AID, ao BAfD e ao FMI. O alívio da dívida junto aos credores do Clube de Paris também ajudou a melhorar o perfil de endividamento do país.

3. Estima-se que a dívida externa pública e com garantia pública de S. Tomé e Príncipe, de médio e longo prazo, ascendia a USD 200,9 milhões (81% do PIB) em Dezembro de 2011 (Tabela 1).³ A carga da dívida aumentou dos USD 157,1 milhões registados no fim de 2010, mas continua muito abaixo do cume de USD 359,5 milhões verificado antes do alívio da dívida, no final de 2006. O total da dívida do sector público refere-se unicamente à dívida contraída ou garantida pelo governo central, e no presente não há qualquer dívida externa das empresas públicas. A composição da dívida mudou após o ponto de conclusão HIPC.

² Relatório do FMI No. 12/34 sobre S. Tomé e Príncipe (FMI, 2012).

³ Os atrasados técnicos (mais juros acumulados) junto a Angola (USD 25,4 milhões), Brasil (USD 5 milhões), China (USD 17,3 milhões), Itália (USD 25,8 milhões e Jugoslávia (USD 8,8 milhões) somam USD 82,3 milhões desse total.

A participação da dívida multilateral caiu de quase 60% antes do ponto de conclusão para cerca de 20%. Portugal é hoje o principal credor bilateral do país, e o maior credor multilateral é a AID.

Tabela 1. S. Tomé e Príncipe: Choque da dívida externa

(Em 31 de Dezembro de 2011)		
	Milhões USD	Parcela
Credores multilaterais	42,1	21%
AID	14,9	7%
FIDA	7,9	4%
BADEA	5,8	3%
OPEP	5,5	3%
FMI	4,9	2%
BAfD	2,2	1%
BEI	0,9	0%
Credores bilaterais	158,8	79%
Portugal	45,6	23%
Angola ¹	35,4	18%
Itália ¹	25,8	13%
Nigéria	20,0	10%
China ¹	17,3	9%
Jugoslávia ¹	8,8	4%
Brasil ¹	5,0	2%
Bélgica	0,9	0%
Total	200,9	100%

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas do corpo técnico do FMI.

¹ Inclui a dívida em litígio.

4. Para aplicar os termos da Acta Acordada de Maio de 2007, as autoridades firmaram acordos bilaterais com todos os credores do Clube de Paris, excepto a Rússia, com a qual o acordo foi concluído mas ainda não foi formalmente assinado.⁴ A Argélia concedeu alívio da dívida a S. Tomé e Príncipe em 2011. Estão em curso esforços para obter alívio da dívida adicional de outros credores fora do Clube de Paris.

⁴ A assinatura do acordo foi adiada devido ao pedido das autoridades russas de que a cerimónia oficial de assinatura seja realizada em Moscovo.

PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS

5. Os pressupostos do cenário de base para o período 2012–32 são os seguintes:

- Uma recuperação moderada da crise económica mundial, com a produção anual não petrolífera a registar a média de 5% até 2013, 6% entre 2014 e 2022 e 5,5% daí em diante. Espera-se que os motores do crescimento sejam a construção, o turismo e a agricultura. A produção de petróleo deve ser iniciada em 2015 no Bloco 1 da Zona de Desenvolvimento Conjunto (ZDC) com a Nigéria, elevando o crescimento do PIB para 38% naquele ano e para 48% em 2016, à medida que a produção de petróleo se aproxima do seu cume.
- Um recuo da inflação média anual, de 14,3% em 2011 para 9,6% em 2012, e para cerca de 3,5% em 2015. Presume-se que a inflação se mantenha ao redor dos 3% no longo prazo, o que reflecte a constante prudência orçamental e os efeitos da paridade da dobra ao euro, que está em vigor desde Janeiro de 2010.
- Um défice primário interno em linha com o financiamento disponível que não gera dívida. Presume-se que todas as necessidades de financiamento interno serão atendidas através de saques dos depósitos da Conta Nacional do Petróleo (CNP) do governo. Não há previsão de endividamento interno.
- Uma recuperação das entradas de capitais, inclusivamente o IDE para o sector petrolífero. As autoridades esperam que os investimentos em infra-estruturas apoiem o desenvolvimento do turismo, para além das obras de um porto de águas profundas (com início previsto para 2014). Após a conclusão desses grandes projectos, estima-se que o IDE recue para cerca de 6% do PIB.
- A expectativa é que o défice da balança corrente excl. juros (incl. donativos oficiais) permaneça acima de 21% do PIB até ao início das exportações de petróleo. Em seguida, o défice da balança corrente deve apresentar uma forte queda, para 12% do PIB em 2015, passando para um excedente de 14% em 2017 e tendendo gradualmente para o equilíbrio no longo prazo. O crescimento das exportações não petrolíferas será impulsionado pelo aumento da produção de cacau e pela reexportação de combustíveis para as empresas de aviação e navegação à medida que S. Tomé e Príncipe reabilita o seu aeroporto e alarga a sua conectividade.
- Um elemento de concessionalidade de 50% nos empréstimos contraídos durante a vigência do novo programa apoiado pelo FMI. No cenário de base, o financiamento em condições concessionais é progressivamente eliminado à medida que o país se torna um produtor de petróleo; o primeiro passo é a transição de donativos para créditos da AID, seguida do acesso ao financiamento a taxas de mercado à medida que inicia a produção de petróleo. Em todo o período projectado na ASD, presume-se que o país não recorrerá ao financiamento proveniente das futuras operações de privatização e nem a empréstimos comerciais, endividamento interno ou empréstimos de curto prazo.
- Projecta-se que o total de donativos caia do seu actual nível de 17% do PIB em

2011 para uma média de 12% do PIB até 2015, e que praticamente desapareça assim que as transferências da CNP para o orçamento se tornem mais robustas, a partir de 2016.

6. O cenário de base inclui revisões dos pressupostos da ASD anterior relativamente ao petróleo. Presume-se que a produção e exportação de petróleo sejam iniciadas em 2015 na ZDC. A produção seria de cerca de 8.200 barris por dia em 2015, chegando a cerca de 29.700 barris por dia em 2017–18. A produção média durante os 20 anos do ciclo de vida do projecto seria de cerca de 13.000 barris por dia. Isso corresponderia a uma média de USD 460 milhões de receitas anuais de exportação, dos quais USD 325 milhões seriam devidos aos parceiros da ZDC e cerca de 40% (USD 130 milhões) pertenceriam a S. Tomé e Príncipe.⁵ Nos termos da Lei de Gestão da Receita do Petróleo (LGRP), os bónus de assinatura do petróleo serão acumulados na Conta Nacional do Petróleo (CNP), da qual será sacado um máximo de 20% do saldo por ano para financiar o orçamento anual. Uma vez iniciada a produção, o grosso das receitas correntes será transferido para uma subconta da CNP — o Fundo Permanente de S. Tomé e Príncipe. Os recursos do Fundo Permanente serão investidos por forma a gerar um fluxo permanente de rendimento para a CNP. Numa situação de equilíbrio, todas as receitas são depositadas no Fundo Permanente, e uma taxa real de retorno a longo prazo (máximo de 5%), aplicada ao saldo no final do ano anterior será usada para definir o montante total a ser transferido todos os anos para o orçamento.

⁵ A ASD presume um preço médio do petróleo equivalente a USD 96 por barril. A ASD anterior elaborada pelo corpo técnico do FMI presumia um volume fixo de produção petrolífera de cerca de 12.700 barris por dia a partir de 2015 a um preço (descontado) de USD 82 por barril por causa das dúvidas iniciais quanto à qualidade das reservas de hidrocarbonetos.

7. O principal risco para o quadro macroeconómico decorre da incerteza quanto às perspectivas petrolíferas. A título ilustrativo, a ASD amplia a análise do cenário alternativo não petrolífero para avaliar as perspectivas para a dívida caso o volume de petróleo produzido não seja substancial. Os detalhes dos pressupostos alternativos de médio e longo prazo são os seguintes:

- Presume-se que o crescimento do PIB real seja 0,5 ponto percentual inferior ao do cenário de base em 2013-14, com o governo a reduzir o seu programa de investimento público na ausência de recursos provenientes das receitas do petróleo. No longo prazo, projecta-se que o crescimento se sustente numa faixa próxima a 5,5% ao ano, semelhante à norma histórica. Contudo, para alcançar este potencial, serão necessárias políticas macroeconómicas mais sólidas, novas medidas para melhorar o clima de investimento e o êxito na aplicação de uma estratégia de desenvolvimento do turismo. Na ausência de receitas petrolíferas, o investimento teria de ser suportado pela entrada de donativos.
- O défice primário interno sofre um ajuste adicional de 1% do PIB em 2015 e 0,5% do PIB no final do período coberto pelas projecções para se manter em linha com o financiamento projectado que não gera dívida. O ajustamento orçamental teria de advir de medidas de mobilização de receitas (ou seja, alargamento da base tributária com a consolidação das reformas fiscais) e de cortes em gastos não prioritários.
- O défice projectado da balança corrente excl. juros (incl. donativos) cairia de cerca de 25% do PIB em 2011 para cerca de 16% em 2015, como reflexo do declínio nas importações, enquanto os fluxos de IDE cairiam para cerca de 5% do PIB, o

que é coerente com a média dos países subsarianos.

- Os empréstimos concessionais caíram dos níveis anormalmente elevados registados em 2009–11, começando com a redução nos empréstimos planeados para o período 2013–15. Todos os empréstimos de longo prazo durante o período coberto pelas projecções da ASD seriam contraídos em condições altamente concessionais. Os cerca de

USD 12 milhões ora previstos em investimentos de capital a ser financiados por empréstimos concessionais em 2013 e 2014 teriam de ser adiados para manter o rácio VA da dívida/PIB próximo do limiar. Espera-se que o financiamento na forma de donativos permaneça próximo das normas históricas, mas a mobilização de donativos adicionais poderia atenuar o impacto da menor contratação de empréstimos para fins de investimentos de capital.

SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA EXTERNA

A. Cenário de base

8. No cenário de base, alguns indicadores da dívida interna permanecem acima dos seus limiares indicativos pertinentes no médio prazo (Figura 1, linhas azuis).⁶ Como reflexo da estreita base exportadora do país, o rácio VA da dívida externa pública e com garantia pública/exportações é quase o triplo do limiar indicativo de 100%, e deve permanecer acima do limiar até 2015, quando terá início a exportação de petróleo. Os indicadores da dívida externa apresentam uma melhora notável após o início da produção de petróleo, e permanecem abaixo do limiar durante todo o período coberto pelas projecções.

9. A posição de S. Tomé e Príncipe como credor líquido torna-se positiva em 2017.

A ASD é realizada com base em indicadores brutos da dívida. Contudo, quando são levados em conta os activos depositados na CNP, estima-se que o país torne-se um credor líquido dois anos após o início da produção de petróleo. A acumulação de depósitos no Fundo Permanente da CNP explica os grandes saldos residuais que se verificam a partir de 2016 (Tabela 1).

B. Análise de sensibilidade e cenário alternativo

10. Os testes de stress mostram que a sustentabilidade da dívida é altamente vulnerável a choques nos fluxos não geradores de dívida em que se presume que os novos empréstimos sejam 200 pontos básicos mais caros.⁶ (Figura 1, linhas vermelhas).⁷ Nesse caso,

os rácios projectados entre VA da dívida/PIB,

2,97 (fraco desempenho). Os limiares indicativos correspondentes a esta notação são 30% para o rácio VAL da dívida/PIB, 100% para o rácio dívida/exportações, 200% para o rácio VAL da dívida/receita, 15% para o rácio serviço da dívida/exportações e 18% para o rácio serviço da dívida/receita.

⁷ O país mostrou-se mais vulnerável a um choque nas exportações do que na ASD anterior.

⁶ A qualidade das políticas e instituições de S. Tomé e Príncipe no período 2007–10, segundo a média do índice CPIA do Banco Mundial de a avaliação das políticas e instituições nacionais recebeu notação de

(continua)

dívida/receita e dívida/exportações ultrapassariam os seus respectivos limiares por um período prolongado.

11. No cenário alternativo, não petrolífero, os indicadores da dívida projectados de S. Tomé e Príncipe permaneceriam próximos dos respectivos limiares, com uma única excepção (Figura 1, linhas verdes). O rácio VA da dívida/exportações ultrapassaria os limiares por uma margem significativa em todo o período projectado em razão da estreita base exportadora do país. Para que a ultrapassagem do limiar do rácio VA da dívida/PIB fosse revertida a mais longo prazo, o défice primário interno teria que se

manter em linha com o financiamento disponível não gerador de dívida.

12. Não há praticamente diferença alguma entre as ASD externa e pública, pois o governo de S. Tomé e Príncipe não emite dívida interna e não se prevê que venha a fazê-lo no cenário de base. A dinâmica da dívida parece insustentável quando o saldo primário permanece inalterado desde 2012 (Figura 2, linhas vermelhas). Isto salienta a importância de prudência orçamental constante para garantir a sustentabilidade da dívida, bem como reformas estruturais para melhorar o ambiente de negócios e, assim, apoiar o investimento privado e alcançar o crescimento rápido.

SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA PÚBLICA

13. Não há basicamente diferença alguma entre as ASD externa e pública, pois o governo de S. Tomé e Príncipe não emite dívida interna e não se prevê que venha a fazê-lo no cenário de base. A dinâmica da dívida parece insustentável quando o saldo primário permanece inalterado

desde 2012 (Figura 2, linhas vermelhas). Isto salienta a importância de prudência orçamental constante para garantir a sustentabilidade da dívida, bem como reformas estruturais para melhorar o ambiente de negócios e, assim, apoiar o investimento privado e alcançar o crescimento rápido.

CONCLUSÃO E OPINIÃO DAS AUTORIDADES

14. São Tomé e Príncipe ainda apresenta um alto risco de sobreendividamento externo. Contudo, o país está em condições de cumprir as suas obrigações correntes e, embora as projecções indiquem que alguns indicadores da dívida externa permanecerão acima dos seus respectivos limiares, eles apresentam uma tendência claramente descendente a longo prazo. As autoridades terão de monitorizar a adequação da orientação orçamental e estar preparadas para torná-la mais restritiva caso o cenário não petrolífero se materialize. Nesse contexto, a ASD

sublinha a necessidade das seguintes medidas para atenuar os riscos:

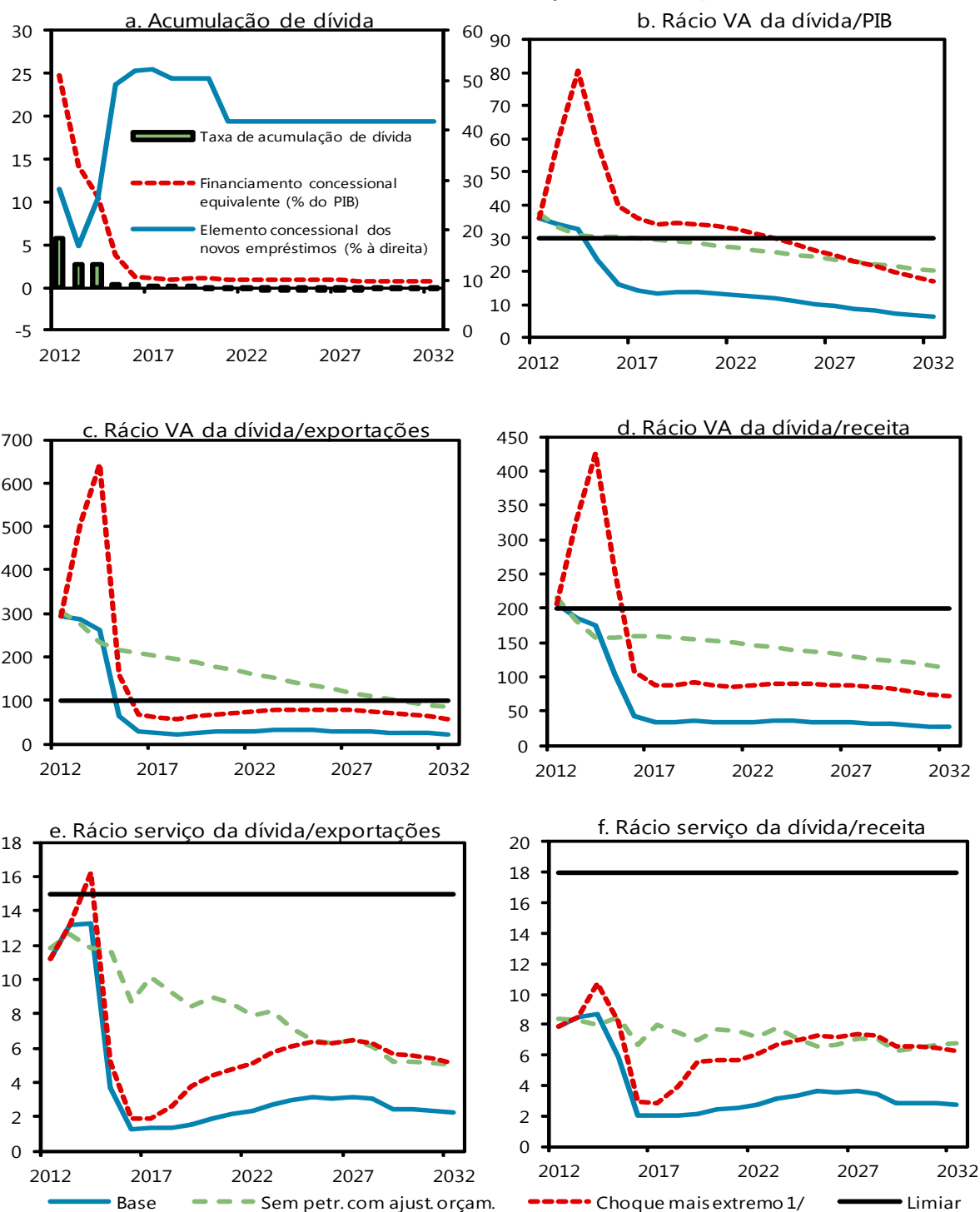
- Manter a prudência orçamental, especialmente no período que antecede a produção de petróleo;
- Acelerar as reformas para a melhoria das políticas e do desempenho institucional de modo a alargar o potencial de crescimento do país;

- Garantir condições de financiamento favoráveis na forma de donativos ou empréstimos em condições altamente concessionais; e
- Formular uma estratégia abrangente para reduzir os custos dos negócios e atrair investimentos tendentes a alargar a base exportadora.

15. As principais vulnerabilidades de médio prazo são o crescimento mais baixo do PIB, os choques externos e o endividamento em condições menos concessionais. Estas vulnerabilidades salientam a importância de políticas macroeconómicas sólidas para alargar o potencial de crescimento numa base sustentada. A criação de um bom sistema de gestão da dívida pública, assente numa estratégia de médio prazo para a gestão da dívida e num quadro orçamental de médio prazo, será essencial para guiar as futuras decisões em matéria de financiamento do desenvolvimento. Deve-se dar prioridade aos projectos que contribuam para o alto crescimento, a geração de empregos e as exportações, para ajudar a garantir a capacidade do serviço da dívida no futuro.

16. As autoridades concordam, em linhas gerais, com os principais pressupostos macroeconómicos e a análise que sustenta a ASD conjunta. As autoridades estão optimistas porém bastante cautelosas em relação às perspectivas da futura produção de petróleo e mostraram-se receptivas à discussão de um cenário não petrolífero. Embora reconheçam que o país ainda corre um alto risco de voltar a cair numa situação de sobreendividamento, elas destacaram que o apoio ao crescimento e à diversificação exige a mobilização de recursos suficientes para executar o programa de investimento público do país, o que continuará a exigir a contratação de empréstimos em condições altamente concessionais caso o financiamento na forma de donativos não esteja disponível. Por último, as autoridades observaram que o endividamento adicional não seria um motivo de apreensão, pois os níveis do serviço da dívida encontram-se actualmente bem abaixo dos limiares.

Figura 1. S. Tomé e Príncipe: Indicadores da dívida externa pública e com garantia pública em cenários alternativos, 2012-2032 1/



Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

1/ O teste de stress mais extremo é o que produz o rácio mais elevado em 2022. Nas figuras b, c, d, e, f, corresponde a um choque nos fluxos não geradores de dívida.

